UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Izabella Maria de Carvalho Chaves

EN-LUTAR PELA MEMÓRIA:
uma escrita etnopsicanálitica do luto a partir da experiência de Brumadinho — MG

Belo Horizonte
2024

Izabella Maria de Carvalho Chaves

EN-LUTAR PELA MEMÓRIA:

uma escrita etnopsicanálitica do luto a partir da experiência de Brumadinho — MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de pesquisa: Conceitos fundamentais em Psicanálise, Investigação, Campo Clínico e Cultural. Área de concentração: Estudos Psicanalíticos.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Massara Rocha

Belo Horizonte

2024

150
C512e
2024

Chaves, Izabella Maria de Carvalho.

En-lutar pela memória [manuscrito] : uma escrita etnopsicanálitica do luto a partir da experiência de Brumadinho — MG / Izabella Maria de Carvalho Chaves. - 2024.

150 f.

Orientador: Guilherme Massara Rocha.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Psicanálise - Teses. 2. Luto - Teses. 3. Memória -Teses. 4. Desastres ambientais – Brumadinho(MG) - Teses.
I. Rocha, Guilherme Massara . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III.Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE IZABELLA MARIA DE CARVALHO CHAVES

Realizou-se, no dia 22 de março de 2024, às 09:00 horas, on-line/plataforma zoom, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *EN-LUTAR PELA MEMÓRIA: uma escrita etnopsicanálitica do luto a partir da experiência de Brumadinho — MG*, apresentada por IZABELLA MARIA DE CARVALHO CHAVES, número de registro 2021707657, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Guilherme Massara Rocha - Orientador (UFMG), Prof(a). Pedro Teixeira Castilho (UFMG), Prof(a). Paulo César Endo (Universidade de São Paulo).

A Comissão considerou a dissertação:

(x) Aprovada

( ) Reprovada

Finalizados os trabalhos, a presente ata, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Massara Rocha**, **Professor do Magistério Superior**, em 02/05/2024, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Pedro Teixeira Castilho**, **Professor do Magistério Superior**, em 06/05/2024, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Endo**, **Usuário Externo**, em 11/08/2024, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3217391** e o código CRC **E14F9F44**.

AGRADECIMENTOS

Estes escritos são símbolos concretos da vivência do meu próprio luto, minhas perdas brumadinenses, que aqui se ressignificaram e transformaram em palavras. Estas letras se alinham e ganham sentido, por meio da vivência, da experiência e das memórias construídas, pelo coletivo e por pessoas muito importantes nesta trajetória.

Primeiramente, quero agradecer imensamente à minha inspiração, aquele cujo nome traz a marca de uma história em que a coragem, a aventura e a criatividade se destacam mais do que a tragicidade da vida: meu filho Ícaro. Agradeço por estar comigo desde as primeiras seletivas para o mestrado e me acolher sempre com o olhar, o carinho e a alegria, após longas horas de escrita, nesses seus primeiros 3 anos.

Agradeço à minha rede de apoio e incentivo, que, em meio à recente maternidade, me oportunizou desejar e ir além do que eu achava ser possível. Minha eterna gratidão à minha mãe, Maria Perciliana, meu pai Milton, meu esposo Alexssandre e minha irmã afetiva Giovanna.

Também agradeço a quem não me abandonou, mesmo com minha longa ausência e introjeção do eu, como citado por Freud (2016), ao descrever as etapas do luto. Aos amigos que estiveram sempre por perto, me escutando, discutindo as temáticas, lendo meus rascunhos, elucidando minhas questões e angústias, obrigada, meus queridos: Cárita, Leonardo, Flávia, Sergiana, Ingrid. Aos amigos do Centro de Atenção Psicossocial de Brumadinho (CAPS), da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e tantos outros que me estimularam a continuar.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), foram uma grande porta que se abriu para mim, em meio ao trágico, oportunizando a construção de novos caminhos. Agradeço aos queridos professores: Dr. André Luiz Freitas Dias, que dispôs a universidade a serviço de Brumadinho e das políticas públicas, de modo acessível e empático; Dra. Maria Stella Brandão Goulart, que me acolheu como aluna convidada em uma disciplina isolada, em minha busca agoniada por conhecimento, meses após o rompimento da barragem; Dra. Andréa Maris Guerra, a qual me apresentou uma psicanálise inserida na universidade que vai ao encontro da sociedade, das mazelas, das vulnerabilidades e dos sujeitos atravessados por todas essas questões.

De modo especial, agradeço ao meu professor e orientador Dr. Guilherme Massara Rocha. Em um encontro fortuito nas bancas de seleção as quais participei, garantiu a oportunidade de ser agraciada com a potência acadêmica da UFMG. A sua aposta em meu

projeto ofertou espaço para uma servidora do Sistema Único de Saúde (SUS), cujas práticas de trabalhos puderam ganhar corpo, por meio da teoria psicanalítica, e ocupar um lugar na universidade. Esse orientador foi a campo conhecer de onde derivou todo o desejo da pesquisa, e me acolheu sendo mulher, mãe, funcionária pública, moradora do interior, compreendendo meus limites e me incentivando com pequenas, mas potentes colocações a continuar. Assim, contribuiu com todo seu saber, para que este estudo se concluísse.

Por meio do mestrado, também pude conhecer um psicanalista por quem desenvolvi grande admiração, cujo trabalho é compromissado com os sujeitos, as cidades, as violações e políticas sociais. O professor Dr. Paulo Cesar Endo da Universidade de São Paulo (USP) tanto contribuiu para a realização desta pesquisa, juntamente com Andréa Guerra, em minha banca de qualificação. Os seus trabalhos me elucidaram tantas questões desafiantes advindas da violência vivida em Brumadinho.

Foi um caminho novo, desbravado juntamente com queridos colegas mestrandos e, especialmente, a amiga Juliana Silva. Demos as mãos diante da maternagem e do desafio acadêmico, nos escutamos, ofertamos um ombro amigo, impulsionamos uma à outra, descobrimos saídas. Aqui, chegamos juntas, apesar e por meio da divisão e da coexistência do desejo feminino e materno.

Enfim, quero agradecer aos brumadinenses e a todos que contribuíram de alguma forma para realização desta pesquisa, que me inspiraram, surpreenderam, promoveram movimentos em mim. Por meio da realização deste estudo, promoveram o reencontro com a minha história, minhas raízes, minha cultura e meu território. Dedico esta dissertação à minha cidade e às 272 vítimas da tragédia/crime do rompimento da barragem da Vale: meu amigo, meus conhecidos, meus conterrâneos. Que, por meio do luto e da memória, vocês estejam sempre presentes e transformando nossas vivências.

RESUMO

O presente estudo se debruçou na temática do luto derivado do acontecimento trágico e marcado por violações sociais e históricas, elegendo como objeto de pesquisa o rompimento da barragem de minérios B1, da Mina Feijão, da empresa Vale S. A, na cidade de Brumadinho, no estado de Minas Gerais (MG). À luz da psicanálise, investigamos os modos de subjetivação da perda coletiva e a expressão do sofrimento diante das intervenções marcadas pela dialética contemporânea do imediatismo e pela predominância do modelo capitalista e neoliberal na referida cidade. Como metodologia, utilizamos a pesquisa etnográfica de campo, a revisão bibliográfica e o levantamento dos dados pertinentes à temática. Após o estudo e as análises, concluímos haver uma tendência política, governamental e empresarial de inserção dos ideais neoliberais na cidade e em sua cultura, como meio de perpetuar a violência e, consequentemente, como um ataque ao processo de luto. Como saída, por meio da memória e guiados pela ética psicanalítica, compreendemos que a promoção do espaço de fala, o incentivo ao fortalecimento da coletividade, a preservação e a criação dos signos sociais e culturais são meios de garantir um espaço simbólico, para além do *setting* analítico formal. Tais ações propiciam a ressignificação do traumático e o atravessamento do luto, em prol da transformação social, como meio de resistência às violências e embargo para sua repetição.

Palavras-chave: luto; Brumadinho; psicanálise; memória.

ABSTRACT

This study focused on the theme of mourning resulting from a tragic event marked by social and historical violations, choosing as its object of research the collapse of the B1 ore dam at the Feijão Mine, owned by Vale S.A., in Brumadinho/MG. In the light of psychoanalysis, we investigated the modes of subjectivation of collective loss and the expression of suffering in the face of interventions marked by the contemporary dialectic of immediacy and the predominance of the capitalist and neoliberal model in the city. As a methodology, we used ethnographic field research, a literature review and a survey of data pertinent to the subject. At the end of the study and analysis, we concluded that there is a political, governmental and business tendency to insert neoliberal ideals into the city and its culture as a means of perpetuating violence and consequently an attack on the grieving process. As a way out, we understand that promoting a space for speech, encouraging the strengthening of collectivity, the preservation and creation of social and cultural signs through memory and guided by psychoanalytic ethics, are ways of guaranteeing a symbolic space, beyond the formal analytical setting. Actions that allow for the re-signification of the traumatic and the crossing over of mourning in favor of social transformation as a means of resisting violence and putting a stop to its repetition.

Keywords: mourning; Brumadinho; psychoanalysis; memory.

SUMÁRIO

1 Introdução 9
1.1 Aspectos metodológicos 17
2 BRUMA, BRUMADO, BRUMADINHO: UMA HISTÓRIA ENVIESADA PELA MINERAÇÃO 24
2.1 Brumadinho: a cidade das brumas e do ferro, um histórico 26
2.1.2 Um retrato de Brumadinho, palavras e afetos que compõem a memória 39
2.2 A mineração e a exploração: contextualização histórica da mineração Vale S. A e sua inserção em Brumadinho 46
2.2.1 Uma velada exploração: O que se esconde atrás da névoa que encobre nossas serras? 58
3 O ACONTECIMENTO: DA VIOLÊNCIA VELADA À CIDADE ENLAMEADA 68
3.1 Um enredo perverso que leva ao trágico 68
3.2 A lama impregna a cidade: um relato do desenrolar da tragédia e suas reverberações na pólis 74
3.3 O pós e contínuo trágico 81
3.3.1 Números que não reparam: as indenizações 84
3.3.2 O direito de re-para-ação: imobilização subjetiva e desmobilização social 87
3.3.3 A capitalização do sofrer 95
4 O LUTO E SEU POTENCIAL TRANSFORMADOR 101
4.1 O luto brumadinense no viés freudiano 101
4.1.1 A memória como instrumento do luto 109
4.1.2 O luto em seu potencial político, a vivência brumadinense orientada por Judith Butler 117
4.1.3 Interferências e intervenções no processo de luto: uma estratégia neoliberal? 123
4.1.4 O Luto Coletivo e o memorial: uma saída por meio da preservação e ressignificação da tragédia 129
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS CAMINHOS POSSÍVEIS TRAÇADOS PELA ETNOPSICANÁLISE 136
REFERÊNCIAS 141

INTRODUÇÃO

> *A pequena e pacata cidade acabou, instalou-se o caos geral, campo de guerra, 272 baixas em menos de 1 minuto. Que guerra é essa? Cidade pequena não faz guerra, não temos instinto para guerrear, não temos equipamentos, máquinas nem soldados. Mas, a grande empresa tinha. Ela tinha no seu comando geral um ditador, um tirano, que sem titubear assinou a sentença de morte de 272 pessoas, de forma fria, consciente e voltado para engrandecer cada dia mais a sua menina dos olhos, matou com requintes de crueldade e a sangue frio.*
> (Lamounier, 2020, para. 8).

A presente pesquisa é uma homenagem à cidade pela qual a pesquisadora carrega vínculo, orgulho e apreço: Brumadinho. Desde a primeira infância, o município mineiro é cenário de grande parte da história de vida. Como brumadinense, reconheço-me como cidadã, profissional, atingida e, por meio deste estudo, coloco-me como pesquisadora de um fenômeno trágico que marcou a história não apenas do município, mas do Brasil: o rompimento da barragem de rejeitos de minérios, B1, da Mina Feijão, da mineradora Vale, no marcante dia 25 de janeiro de 2019. Exatamente às 12 h 28 min 30 s, de uma sexta-feira, rapidamente, foram liberados 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos minerários, com velocidade estimada de mais de 70 km/h (Conselho Nacional dos Direitos Humanos [CNDH], 2019). Isso ocasionou o soterramento de 272 trabalhadores da empresa, funcionários terceirizados e moradores das regiões rurais próximas.

O escoamento da lama se desdobrou em perdas nos âmbitos humanos, ambientais, sociais e culturais do município. Como integrante do corpo social, instigada pelas vivências como psicóloga e psicanalista, um trabalho que se intensificou após o acontecimento, este estudo visa compreender como ocorre a vivência do luto que permeia o território e os seus munícipes, mediante a magnitude das perdas ocasionadas e o viés coletivo.

Tal fato carrega em si características e significantes únicos: a morte em meio à lama; o ambiente onde ocorreu (o local de trabalho de maior parte das vítimas); a fragmentação dos corpos e a complexidade em localizá-los; o modo incomum e vertiginoso de realizar os rituais fúnebres; a insegurança em todos os moradores. Culturalmente velada e evitada no discurso dos sujeitos, a morte foi imposta bruscamente e de difícil elaboração.

Após quatro anos, ainda são perceptíveis os desdobramentos da tragédia. Como principal fato, não se localizaram os corpos de três vítimas, referidas como “joias soterradas pela lama”. Essa questão traduz a dificuldade de simbolizar a perda, sem uma representação corpórea, imposta pelo tempo de forma crescente aos familiares. Observa-se também a morosidade dos trâmites judiciais, mesmo diante da investigação realizada pela Polícia Civil e do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Apesar da denúncia por crimes de homicídios

dolosos duplamente qualificados e ambientais, protocolada no dia 21 de janeiro de 2020, ainda mantém a impunidade dos envolvidos e um contínuo sentimento de injustiça (Ministério Público de Minas Gerais [MPMG], 2020).

Além disso, há a reedição da cena trágica em pequenos e não menos importantes acidentes trabalhistas que continuam a ocorrer no local. Somados à contínua extração de minérios na cidade, configuram-se como perpetuação da violência e da gestão necroeconômica que integra os empreendimentos minerários. Exemplo é o desmoronamento de um talude na área de recuperação da Mina Córrego do Feijão, o que soterrou um trabalhador no dia 18 de dezembro de 2020 (Santos, 2020). Apenas 9 dias depois, desabou uma tenda utilizada para o trabalho de resgates dos bombeiros, colocando em risco diversos profissionais (Brumadinho: parte de tenda feita pela Vale para apoio a buscas dos bombeiros desaba, 2020). Esses fatos causam vítimas diretas e indiretas e mantêm na comunidade o assombro da insegurança e do desamparo.

De forma mais ampla, destaca-se uma grande transformação e desorganização sociocultural do município, pela alteração brusca do cotidiano e suas características comunitárias, graças à intervenção e à alteração de suas referências históricas e culturais. Além disso, houve a imediata mudança da renda e condições econômicas dos munícipes que, ainda atônitos e envolvidos na situação traumática, receberam uma suposta compensação para as perdas no campo econômico, instaurando uma euforia e efeito inverso no campo dos afetos.

Desse modo, é notória a dependência econômica do município e dos moradores à atividade minerária e à empresa Vale S.A., seja por restritas opções de oferta de trabalho que não se correlacionam à mineração, seja por se sujeitarem às indenizações que transvestem o caráter da garantia de direitos em silenciamento dos atingidos, limitando a possibilidade de movimentos coletivos e singulares, frente ao trágico. O fato ocorrido em Brumadinho destaca a instauração e a imposição da falta e do desamparo frente às perdas que se constituem prioritariamente no âmbito subjetivo.

Destaca-se a contraditória resposta inicial da empresa envolvida e da sociedade em geral, direcionada à cidade e aos atingidos, que impõem o excesso de oferta de bens materiais e objetos. Além disso, o posterior movimento em massa de judicialização do sofrimento e da angústia, com o intuito de transformá-los em ganho de causa, tenta tamponar a falta, e não mais em objeto de causa.

Desse modo, como objetivo principal, esta pesquisa planeja investigar, à luz da psicanálise, a temática do luto, derivado do acontecimento trágico e marcado por violações sociais e históricas. Visamos compreender seus modos de subjetivação coletiva e de expressão

do sofrimento, diante das intervenções marcadas pela dialética contemporânea do imediatismo e pela predominância do modelo capitalista e neoliberal. Assim, elegendo como objeto de pesquisa o rompimento da barragem B1 de minérios, da Mina Feijão, da empresa Vale S. A, em Brumadinho, são objetivos específicos: através da pesquisa de campo etnográfica, analisar como se dá o processo de luto dos sujeitos atingidos no contexto territorial e coletivo; realizar revisão bibliográfica e levantamento dos dados pertinentes à temática; além de compreender o efeito das intervenções e cuidados éticos, com base na teoria e na prática psicanalítica.

Instigada pelas construções teóricas freudianas em torno da temática do luto, a presente pesquisa visa abordar o conceito, *a priori* clínico, em sua dimensão sociopolítica, a fim de compreender e analisar as consequências e os impactos das estratégias imediatistas, de base neoliberal e capitalista, em torno do processo de enlutamento. Levanta-se a hipótese de que tais estratégias e intervenções, implicitamente, cerceiam o modo de reconhecimento e expressão da perda, deturpam o potencial subjetivo e político do luto, e assim inserem os sujeitos em uma lógica capitalista e econômica de lidar com o vazio e a falta. Assim, hipotetizamos que o enlutamento da cidade, do coletivo e dos sujeitos pode propiciar uma saída para o estado de tragicidade, sua perpetuação e repetição.

Em referência à teoria psicanalítica, as temáticas de luto, morte e tragédia sempre estão presentes. Não sem razão, importantes narrativas literárias trágicas, como *Édipo, o rei*, *Antígona* (Sófocles, 1990) e *Hamlet* (Shakespeare, 1999), dentre outras, tornaram-se relevantes para a construção teórica e conceitual da abordagem. A vivência do Real trágico é um fenômeno cujos efeitos podem se comparar aos desses textos literários citados. Segundo Correa (2006, p. 45), esses enredos levam os leitores a uma única saída possível voltada para o inesperado, o avassalador e o mortal, "que suspende a história e imobiliza a ação. Um silêncio em que o sujeito volta a si".

Ao buscarmos uma referência na filosofia, podemos compreender o trágico pela teoria de Friedrich Schiller, como aquilo que se coloca de forma grandiosa, absoluta e imediata na subjetividade. No entanto, não possui forma ou possibilidade de conceituação no primeiro instante, deixando os rastros de tensões e antagonismos. Para o filósofo, sem elementos trágicos antecedentes, não se pode obter a tragédia. Também aludindo ao gênero literário, Schiller aborda a tragédia como o que advém de um conflito entre o real e o ideal.

Em concordância com a teoria psicanalítica, o homem moderno é visto por Schiller, como cindido, divido e em constante conflito (Schiller, 1991 como citado em Toledo, 2008). Desse modo, sem pretender sintetizar um conceito amplamente estudado, ao fazermos um recorte do conceito de tragédia, podemos considerá-la como efeito do acontecimento, marcando

um “antes” e um “depois” para o sujeito, algo que desvela, no ápice da cena, o enredo trágico que estava sendo escrito diante de nossos olhos que, ludibriados pela história, não poderia ser concebido como verídico e legitimado como possível.

Como colocado por Calazans e Matozinho (2021), a visão de sujeito formulada por Freud se constitui através das perdas, as quais são marcas observadas ao longo da construção da teoria psicanalítica. Desde a gênese do sujeito, na sua inscrição na linguagem e nos modos de enlaçamento social, o trágico se impõe, trazendo a marca da interdição, da separação e da divisão. Somente através da vivência dessa operação e do seu resto impossível de simbolizar, o sujeito é convocado a se lançar ao mundo externo, deslocando-se do gozo narcísico e fazendo movimentos desejantes em torno do Outro. Isso não se realiza por forma estritamente voluntária, pois esse processo envolve perda, sofrimento, sensação de desamparo e angústia. Pode-se considerar que esta seja a primeira experiência do sujeito com a perda, o fim do que despertava prazer e, assim, instaura-se o trabalho com os afetos mais típicos da vida humana.

Desse modo, é possível pensar que o processo de castração e a dissolução do Complexo de Édipo seja um protótipo da experiência com o luto, pois, apesar de não haver a perda total do objeto, há uma vivência de separação muito potente. Isso intervém na economia libidinal e revisita afetos que se aproximam e assemelham aos efeitos da perda no processo de enlutamento. Judith Viorst (2004), em seu livro de título sugestivo, *Perdas Necessárias*, aponta a multiplicidade de perdas que marcam a vivência de um sujeito e o quanto elas são essenciais para deslocar posições e amadurecer, dizendo de perdas de gozo e perdas narcísicas.

> Quando pensamos em perda, pensamos na morte das pessoas que amamos. Mas a perda é muito mais abrangente em nossa vida. Pois perdemos, não só pela morte, mas também por abandonar e ser abandonados, por mudar e deixar coisas para trás e seguir nosso caminho. E nossas perdas incluem não apenas separações e partidas dos que amamos, mas também a perda consciente ou inconsciente de sonhos românticos, expectativas impossíveis, ilusões de liberdade e poder, ilusões de segurança — e a perda do nosso eu jovem, o eu que se julgava para sempre imune às rugas, invulnerável e imortal (Viorst, 2004, p. 9).

O contexto atual se atravessa por intensas vivências trágicas, que envolveram grandes perdas, expressas desde a concretude da morte em números altos até a desconstrução de signos sociais. Isso acontece, principalmente, por se tratar de situações que, em seu ápice, revelam, como pano de fundo, uma lógica econômica mortífera sustentada pela obtenção de lucro e pela produtividade acima e em detrimento da vida. Isso permeia o cotidiano da sociedade, como os rompimentos de barragens de rejeitos de minérios, a pandemia, a guerra no Leste Europeu,

dentre tantos outros acontecimentos que não são inertes à subjetividade, mas remetem a questões estruturais e inconscientes do sujeito.

No texto *Reflexão para os tempos de guerra e morte*, Freud (2020) descreve a morte simultânea e em grande número, como algo que nos atinge de forma extremamente terrível. O autor aponta que, diante da perda, há frequentemente a tendência e a necessidade de se indicar a causa da morte, como meio de abordá-la de forma acidental e não natural à vida humana; assim, os sujeitos tentam se desviar da finitude inerente a todos. Ao projetarmos para as vivências presentes, é possível pensar o quanto a busca pelas causalidades pode levar o sujeito à maior frustração e à perda de expectativas. Isso porque, além de lidar com a realidade biológica da cadência e da vulnerabilidade do próprio corpo, assunto já carregado de evitação, ao se aprofundar na tragicidade envolvida, o sujeito precisa se posicionar com a realidade das violações políticas e econômicas que o permeiam.

Essas questões antes não são acessadas, pois associavam, aos violadores, a garantia de segurança e amparo. Desse modo, é possível haver uma maior predominância da resistência que circunda a temática da morte no meio social, comportamento já abordado por Freud, ao dizer: "mostrávamos a tendência inconfundível de deixar a morte de lado, de eliminá-la da vida. Tentávamos matá-la com silêncio" (Freud, 2020, p. 92). Apesar da típica censura ligada à temática da morte, especificamente no acontecimento de Brumadinho, o trágico se torna ensurdecedor e ecoa nos ouvidos dos que tentam silenciar as consequências do modelo econômico neoliberal vigente.

Como sirenes que tocam após o rompimento e continuam a ressoar em supostos testes de segurança de barragens de minério, contraditoriamente transmitem ainda maior desamparo à comunidade, reforçando que a ameaça continua presente. Assim, trazem a revivência dos afetos traumáticos. Ainda orientados pela teoria freudiana, a situação traumática remonta a toda a herança arcaica da concepção, advindo da perda do objeto de amor, da instauração da falta e da sensação de desamparo. Segundo Freud (1996),

> Em relação à situação traumática, na qual o paciente está desamparado, convergem perigos externos e internos, perigos reais e experiencias instintuais. Quer o ego esteja sofrendo uma dor que não para ou experimentando um acúmulo de necessidades instituais que não podem obter satisfação, a situação econômica é a mesma e o desamparo motor do ego encontra a expressão de desamparo psíquico (p. 163).

O desamparo perante a perda e o atravessamento dessa experiência compõem o trabalho de luto, que se define em *Luto e melancolia*, como ". . . a reação à perda de uma pessoa querida, ou de alguma abstração que esteja no lugar dela, como a pátria, a liberdade, um ideal e etc."

(Freud, 2016, p. 100). Como sintoma do luto e parte de seu processo, o psicanalista descreve a perda do interesse pelo mundo externo e da capacidade de adotar um novo objeto de amor, pois isso significaria substituir o objeto perdido. Além disso, acontece o afastamento de atividades que não estejam ligadas aos pensamentos relativos à perda. Portanto, traduz-se como consequência do luto a "inibição e limitação do Eu" (Freud, 2016, p. 100).

No luto, a perda do objeto está consumada e comprovada pela prova da realidade, que exige e demanda do psiquismo que a libido destinada ao objeto de amor seja desligada e reinvestida. Assim, esse processo inevitavelmente acontece em meio à dor, ao desprazer, à resistência e à necessidade de tempo. Essas questões são fundamentais para a sua elaboração.

> Cada uma das lembranças e expectativas pelas quais a libido estava conectada ao objeto é enfocada, superinvestida (*uberbesetzt*), e nelas ocorre a dissolução da libido ... O curioso é que esse desprazer doloroso nos parece natural. Mas de fato, o Eu se torna novamente livre e desimpedido (*ungehemmt*), após concluído o trabalho do luto (Freud, 2016, p. 101).

Diante da vivência dolorosa do trabalho de atravessamento do luto que remete os sujeitos à consciência da própria finitude, é possível considerar a indicação de Freud (2020, p. 92) de que: "no fundo, ninguém acredita em sua própria morte, ou, o que vem a ser o mesmo: no inconsciente cada um de nós está convencido de sua imortalidade", como um mecanismo de defesa. Conforme o psicanalista, a morte traz consigo o irrepresentável, em que, ao tentarmos imaginá-la, mas sempre na posição de expectador. Ao estar fora da cena, visamos escapar do destino funesto da vida.

No entanto, ao longo do desenvolvimento da teoria psicanalítica diante da temática da morte, em *Além do Princípio do Prazer*, Freud (1920) se dedica aos movimentos de repetição sintomática, de escolhas e posições subjetivas advindos da clínica. Isso expressava a busca pela restauração de um estado anterior não orientado pela busca exclusiva do prazer, mas caracterizado pela inércia, uma estabilização das tensões que desvitaliza o sujeito e não viabiliza movimentos.

Nesse sentido, em meio a diversas colocações e estudos, o psicanalista conclui que "o objetivo de toda vida é a morte" (Freud, 1920, p. 108), pois no percurso histórico dos seres vivos "o inanimado existia antes do vivente" (Freud, 1920, p. 108). Em outras palavras, o desejo da morte compõe o organismo vivo, mesmo que de maneira muito singular, e a sua imaginarização se faz presente por expressões inconscientes. Assim, o autor designa os saberes sobre a pulsão de morte que se fazem presente nos sujeitos. No caso desta pesquisa, as escutas participantes do luto brumadinense revelaram, por exemplo, a repetição sintomática das

sensações advindas da tragédia, com vivência de fenômenos característicos das mortes por soterramentos, os pesadelos regulares em parte dos sobreviventes e a tendência de retornar ao modelo de laço violador que levou à tragédia, o que foi incentivado pelas práticas empresariais e obteve grande adesão da população.

Na vertente da compreensão da morte em relação à civilização e aos laços sociais, as pulsões de vida e de morte são constituintes dos sujeitos e estão sempre articuladas na teoria freudiana em constante "fusão e desfusão", como esclarecem Miriam Debieux Rosa e Diego Penha (2020). Esse movimento é orientado, incentivado e autorizado pelas vivências sociais e sua gestão, o contexto coletivo e suas experiências em meio ao desamparo, trazendo um aspecto político para a teoria. Os autores apontam a tendência de a pulsão de morte buscar a eliminação de alguns afetos que seriam referentes ao traumático. No apaziguamento da tensão advinda de violações sociais, por exemplo, há a mortificação da possibilidade de o sujeito realizar movimentos frente ao sofrimento, que o submete à repetição sintomática e, até mesmo, dos mecanismos de violência, colocando-o em real risco de sucumbir.

> No entanto, na desfusão, a meta da pulsão de morte será desligar-se das vicissitudes, medos e angústias das relações para caminhar na direção da ausência de tensão e do repouso no mundo inorgânico. Quando acionada de modo desligado da pulsão de vida, sua descarga será sem nenhuma consideração para com a alteridade ou para com o próprio eu, funcionando como destruição psíquica de si e de sua relação com o outro — que pode dar vazão ao empuxo da morte do outro caso, ressaltamos, e que tais atos sejam favorecidos e autorizados socialmente como em guerras (Rosa & Penha, 2020, p. 44).

Comparado pela população a uma experiência de guerra, o acontecimento de Brumadinho, em sua peculiaridade, impõe o indizível, o inesperado e o incompreensível, características clássicas do Real que atravessa o sujeito. Trata-se de ". . . uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar" (Roudinesco & Plon, 1998, p. 645). Ao tratar do irrepresentável e dos eventos que desafiam a expressão, o pensamento e a compreensão, Nestrovski e Seligmann-Silva (2000) utilizam a palavra "catástrofe". Ao buscar sua etimologia, "virada para baixo" (*kata* + *strophé*) e demais sinônimos — desabamento e/ou desastre —, fazem um interessante percurso linguístico que conduz ao paradoxal resultado do atravessamento de um momento catastrófico e trágico.

Por definição, a catástrofe é um evento que provoca um trauma, outra palavra grega que quer dizer "ferimento". "Trauma" deriva de uma raiz indo-europeia com dois sentidos: "friccionar, triturar, perfurar"; mas também "suplantar", "passar através". Na contradição,

tritura e perfura, mas, ao mesmo tempo, é o que faz suplantá-la. Logo, revela, mais uma vez, o paradoxo da experiência catastrófica (Nestrovski & Seligmann-Silva, 2000, p. 8).

Nesse sentido, é imprescindível a possibilidade de haver espaços para a criação e o surgimento de possibilidades de narração e dialetização dos efeitos do traumático, dos rompimentos, da catástrofe, desviando da repetição sintomática mortífera. Com base na leitura de Freud (1920), o psicanalista Paulo Endo (2020) indica a importância da palavra e da linguagem diante das vivências trágicas e violadoras, como meio de provocar a saída da inércia: "... os sintomas sem as palavras para dizê-los e assim ligá-los, perturbá-los, colocá-los em movimento convertem-se em pura interioridade, não revelada pela palavra e impossível de inscrever-se, como diria Freud, no círculo associativo, no campo da linguagem" (p. 40).

Para além das individualidades, a vivência da cena trágica em meio à pólis aponta também características e movimentos traumáticos, de rupturas na ordem, nos meios de produção socioeconômico, na organização social ou na perpetuação cultural. Portanto, o fato trágico promove uma desconstrução de parâmetros, conceitos e ideais singulares e coletivos que alicerçavam e ofertavam segurança aos sujeitos e à pólis. De acordo com G. M. Rocha (2007, p. 89), em referência à teoria da historiadora Nicole Loraux, a cena trágica provoca o "desnudamento radical do homem", por meio do atravessamento do Real que "sela irrevogavelmente o abismo que separa o sujeito dos ideais que pareciam garantir sua existência".

A possibilidade de dizer dos impactos coletivos da tragédia, como a quebra dos ideais, permite também articular a transmissão dessas vivências entre gerações, fomentado a memória comunitária, em oposição à destruição do arquivo, consequência da pulsão de morte. Isso explicita Endo (2020), por meio da articulação das leituras de Freud (1920) e de Derrida (1995):

> É na possibilidade de dizer o próprio padecimento que se revelaria o suporte de linguagem no qual a história de um sujeito pode se inscrever como memória, recordação, traço e mneme. Na cultura são as instituições, leis lavradas, museus, bibliotecas, arquivos etc. Neles se encena a garantia da transmissão e também do desaparecimento, da extinção do que ali estaria guardado, aguardando (Endo, 2022, p. 40).

Mediante o movimento da atualidade, em que a possibilidade e a tentativa de desafiar os limites do impossível são ofertados e impostos aos sujeitos, é notória a evitação do discurso trágico que, em sua essência, aponta a vulnerabilidade e o sofrimento inerentes à condição humana. Também se observa uma fuga da vivência do luto e de suas consequências, suas características e seu processo de elaboração, descritos por Freud, que se apresentam na contramão do movimento contemporâneo e da pós-modernidade.

A tentativa de silenciamento e desconstrução da história e memória da morte e do luto, produto do catastrófico e da violência, surgem como estratégias para continuidade e manutenção do movimento capitalista e neoliberal, e não mais apenas como intrínseco à cultura e ao movimento de defesa subjetivo. Esse silêncio se impõe por meio da patologização do sofrimento, diante da mudança da defesa da violação de direitos em diagnósticos psiquiátricos, além da oferta de bens e indenizações que, supostamente, seriam reparadores. No entanto, mantêm os sujeitos paralisados e dependentes, interferindo na entrada e no atravessamento do estado de luto coletivo, o que pode ser utilizado como força motriz para mudanças sociais e fortalecimento político dos atingidos.

1.1 Marcos metodológicos

Ressalta-se que esta pesquisa considera a singularidade dos modos de elaboração do luto. No entanto, é observável um comportamento recorrente sobre os modos de expressão do sintoma social. Segundo a psicanalista Maria Rita Kehl (2009), esse termo ultrapassa a quantificação da repetição dos quadros, e não considera a sociedade enquanto sujeito, mas aborda o inconsciente social, por meio das histórias e traumas culturais relegados e destinados ao esquecimento, através da manipulação do sistema político e econômico, por exemplo, que retornam ao meio de modo sintomático, o que remete ao retorno do recalcado.

Desse modo, o social compõe o trajeto metodológico deste estudo como um corpo que coloca em cena e reage aos desarranjos e desencontros com a ordem e a normativa externa vigente. Nas palavras de Kehl (2009): “excluído das possibilidades de simbolização, o mal-estar silenciado acaba por se manifestar em atos que devem ser decifrados, de maneira análoga aos sintomas daqueles que buscam a clínica psicanalítica.” (p. 25).

Considerando que “uma parte das manifestações do sujeito do inconsciente diz respeito aos restos não simbolizados da ordem social, restos estes excluídos do campo dos fenômenos que a língua é capaz de decifrar” (Kehl, 2009, p. 26), ao tomarmos uma sociedade atravessada por uma vivência traumática como referência para a escuta psicanalítica, também lidamos com a expressão inconsciente do Real. Ou seja, o impossível de simbolizar se manifesta por meio de sintomas de repetição no âmbito coletivo, até que possa, de fato, ofertar um tratamento do gozo que sustente o sintoma através da linguagem e da palavra. A abordagem psicanalítica possibilita essa mediação, ao disponibilizar uma escuta ativa, fazendo furo na tentativa de esquecer e apagar a história e possibilitando, por meio da localização e legitimização da perda, promover ressignificações e movimentos.

Com a direção e o recorte teórico, apostamos em uma metodologia que execute o trabalho de valorização da vivência diante de um acontecimento trágico. Desse modo, construiremos uma espécie de memorial literário, por intermédio do registro das memórias da pesquisadora, advindas das observações e análises das manifestações do mal-estar social que derivam do atravessamento do luto trágico, em contraposição às propostas neoliberais na cidade de Brumadinho. Assim, elegemos como instrumentos metodológicos da pesquisa a etnografia realizada por meio da técnica de observação participante.

Para realizar uma pesquisa etnográfica, que propõe o estudo e a descrição de um povo e/ou um grupo, em meio a suas instituições, fenômenos, experiências, comportamentos interpessoais, crenças e culturas, é elementar a inserção do pesquisador no campo a ser estudado, estabelecendo uma relação próxima de longo prazo. Logo, deve estar "face a face com as pessoas que estão estudando e que, assim, são tanto participantes quanto observadores das vidas em estudo" (Angrosino, 2009, p. 30 – 31). Segundo o antropólogo Bronisław Malinowski, fundador da Antropologia Social e da metodologia em questão, abordar o objeto pesquisado de modo ampliado e integral é fundamental para sua validação.

> Sem dúvida, para um trabalho etnográfico ser válido, é imprescindível cobrir a totalidade de todos os aspectos — social, cultural e psicológico — da comunidade; pois esses aspectos são de tal forma interdependentes que um não pode ser estudado e entendido a não ser levando-se em consideração todos os demais (Malinowski, 1978, p. 11 – 12).

Essa questão também é apontada por Godoy e Bairrão (2015), compreendendo que, em pesquisas que extravasam o viés clínico e se dispõem ao campo, "não há como abordar esferas da vida social, perspectivas subjetivas e relações sociais e culturais sem a participação nos eventos considerados importantes pelo grupo pesquisado" (p. 81). Portanto, a escolha metodológica obtém como referencial a inserção da pesquisadora no cenário estudado, por meio de seus vínculos como residente da cidade, desde a primeira infância, e seu histórico profissional como Psicóloga/ Psicanalista da rede de políticas públicas e privada, por longa data, com atuação intensa no acontecimento trágico. Por meio dessa vivência, a pergunta do projeto surgiu, levando à busca pelo aprofundamento da temática, a fim de entrelaçar os registros pessoais derivados da observação participante, inerente à função exercida, com o estudo teórico de base psicanalítica, para maior compreensão do fenômeno.

Articulando os aspectos metodológicos desta pesquisa com a psicanálise, é possível trazer à cena um conceito mais apropriado, a escuta participante (Bairrão, 2005), em que a abordagem psicanalítica comprometida com o social se dispõe a restituir, dar espaço à voz do

coletivo e suas representações, acolhendo e atentando às ressonâncias expressas nos atos e movimentos em meio à cidade. Ultrapassando a observação, a escuta participante se propõe a ir além do enunciado e, ao narrar as cenas observadas, preocupa-se com a montagem discursiva, permitindo transmitir a enunciação, a posição subjetiva do grupo pesquisado (Bairrão, 2015).

Aliando a clínica ao viés social, é possível destacar um conceito basilar para a psicanálise lacaniana: o significante, que resumidamente se trata do "elemento significativo do discurso (consciente ou inconsciente) que determina os atos, as palavras e o destino do sujeito, à sua revelia e à maneira de uma nomeação simbólica" (Roudinesco & Plon, 1998, p. 708). Como os significantes se constituem e estabelecem sua cadeia de significação na relação com o Outro, é possível considerá-lo para além dos limites privados e psíquicos, sendo expressos também nos contextos públicos, como nas ruas, nas narrativas, nas manifestações sociais, nos arranjos dos territórios, espaços onde o inconsciente também se revela. Esses aspectos interessam ao pesquisador analista inserido no campo que se dispõe à observação e à escuta da linguagem que se exprime para além da fala e denuncia entraves e sintomas coletivos, como elucidado pelo psicanalista José Bairrão:

> Os significantes circulam socialmente, atingindo de modo singular cada sujeito, mas inter-relacionando e estabelecendo laços entre um número enorme de pessoas. Delineiam campos de identidade e de diferenças, cimentam laços culturais e intergeracionais, inscrevem a possibilidade de rememorações intra e intersubjetivamente dadas e criptografam a memória de glórias e de misérias. Guardam gozos, lutos e conflitos (Bairrão, 2005, p. 442).

Por meio da etnografia, ressaltamos a importância de criar e disponibilizar meios para os sujeitos construírem, a seu modo, a narrativa de suas memórias, diante da vivência da perda e do trágico, em especial, o que é ponto fundamental para a travessia do estado de luto. Assim, também o pesquisador, na posição de narrador etnográfico, inserido no contexto estudado, permite-se aos efeitos do fenômeno e os transcreve como parte dos dados da pesquisa; considerando que a narrativa de um evento traumático, demanda um exercício de evocação da memória, de afetos e a busca por significantes que revelam e convidam o sujeito a se haver com sua posição subjetiva perante a perda.

Juntamente com Gonçalves et al. (2012), pode-se elucidar que "a narração é tida como simultaneamente constitutiva da experiência, do evento, do social e dos personagens-pessoas. É tomada para além de uma função representativa, evidenciando assim sua função poética de dar forma ao 'Real'" (p. 24). Ao se tratar de um acontecimento de porte e consequências de tão amplo espectro, é possível contemplar um efeito do narrar no campo social e político. Desse

modo, a escuta psicanalítica etnográfica, por meio da inserção no território e no grupo, busca pela ética clínica revisitar as faltas, os vazios, o suprimido e o recalcado existentes na cadeia significante expressa nas narrativas, na tentativa de evocar o Real.

Nesse sentido, a psicanálise aplicada à metodologia etnográfica busca contrapor a perda da valorização das narrativas ocorrida ao longo do tempo, que impactou na transmissão dos saberes culturais, na preservação da memória de um povo; na possibilidade de construir um discurso crítico e político; na ressignificação de traumas; na proteção contra novas e repetidas violações sociais. O filósofo Lyotard (1988) aponta que a pós-modernidade, por meio do avanço do saber científico, que abrange e enfatiza apenas algumas espécies de enunciados e exclui outros, contribui para o cenário descrito, uma vez que desvaloriza o conhecimento advindo das tradições culturais e das vivências. Desse modo, para o filósofo, o saber deve ultrapassar os enunciados denotativos e buscar acessar e misturar "as ideias de saber-fazer, de saber-viver, de saber-escutar, etc" (p. 36). Isso se constrói ao permitir que as vivências sejam constituintes da teoria, que as expressões narrativas e a experiência ganhem destaque, modulando as bases teóricas que fundamentam o conhecimento.

> Trata-se então de uma competência que excede a determinação e a aplicação do critério único de verdade, e que se estende às determinações e aplicações dos critérios de eficiência (qualificação técnica), de justiça e/ou de felicidade (sabedoria ética), de beleza sonora, cromática (sensibilidade auditiva, visual), etc. Assim compreendido, o saber é aquilo que torna, alguém capaz de proferir "bons" enunciados denotativos, mas também "bons" enunciados prescritivos, avaliativos... (Lyotard, 1988, p. 36).

Ao elegermos como referencial o saber etnográfico, compreendemos que a cultura, o *modus operandi*, os discursos e os movimentos de uma comunidade são constituídos por um passado, o qual é transmitido e se reatualiza, por meio de narrativas e significantes coletivos. Ao trazer alguns postos narrativos para exemplificação, Lyotard (1988) aponta que o lugar do remetente só se fundamenta por meio da também ocupação do lugar de destinatário, complementando que o saber de uma narrativa parte das seguintes reflexões: o que é preciso dizer para ser entendido? O que é preciso escutar para poder falar? O que é preciso representar (sobre a cena da realidade diegética) para poder se constituir no objeto de um relato? Essas questões vão de encontro com a ética psicanalítica e norteiam a presente pesquisa.

A psicanálise se alicerça em grandes textos que dizem de um olhar freudiano atento, participativo, crítico e político do meio social, indicando suas repercussões no psiquismo e manifestações sintomáticas. Assim, é possível pensar a escrita etnográfica como "uma narrativa que procura dar conta desses dois aspectos na simultaneidade, propondo de uma só vez e a um

só momento a não mais antagônica relação entre subjetividade e objetividade, cultura e personalidade" (Gonçalves et al., 2012, p. 9).

Diante das dicotomias e dos entraves nas pesquisas acadêmicas de viés social, como o singular e o universal, o pessoal e coletivo, Bairrão orienta que, por meio da psicanálise, "O mais íntimo processa-se com os elementos mais públicos. O dentro mostra-se fora e o fora encontra-se dentro. O que atinge muitos é crucial para um, o que afeta um circula em todos" (Bairrão, 2005, p. 443). Coincidentemente, a palavra "atingido" se tornou um significante muito forte e repercussivo em meio à experiência do rompimento da barragem de Brumadinho, o que extrapolou as fronteiras territoriais do município e provocou inúmeras repetições do bordão "Somos todos atingidos" durante os primeiros meses do acontecimento. O dentro e o fora da cidade dissolvem suas fronteiras, esbarram-se e entrelaçam-se, por meio dos efeitos do Real que toca os sujeitos, pelas cenas do desmoronar das serras mineiras sobre vidas, repetidas inúmeras vezes na mídia.

Ao mesmo tempo, nas relações sociais da cidade, o dentro e o fora se estabelecem, provocando alguns vãos e separações entre atingidos direta e indiretamente, mediante as intervenções reparatórias e indenizatórias que distinguem interesses e desvelam uma lógica de manutenção da economia minerária predatória. O dentro e o fora cruzam e descruzam em modos distintos de atravessamento do luto e do trágico.

Desse modo, o dentro e o fora se tornam um norteador ético da pesquisadora, que, como atingida e dentro da cena, tem em vista ocupar também o lugar como analista que coloca a escuta como testemunha do social e não apenas interpreta por meio de meros significados. Porém, atua em função de "uma restituição do saber inconsciente do outro, de modo que se dê ouvidos e se recupere o que verdadeiramente se diz na repetição significante, sem o encobrir com as considerações do ego do pesquisador" (Godoy & Bairrão, 2014, p. 51).

Interessam a esta pesquisa os efeitos da perda, da morte, do luto, da reparação financeira no contexto social brumadinense, considerando a ligação de todos esses aspectos em uma rede de significantes na cidade. Assim, acessaremos e escutar o sujeito plural ou coletivo, pois, por meio de fatos marcantes, como tragédias e crimes, as reorganizações, "mesmo modificando a configuração original daquelas cadeias, atestam a estrutura moebiana da subjetividade" (Godoy & Bairrão, 2014, p. 51). Assim, utilizamos como recurso de pesquisa os registros pessoais e as memórias da pesquisadora por meio da observação e da escuta participante continuada, a partir do dia 25 de janeiro de 2019, data do rompimento da barragem B1 de minério de ferro, da mina Feijão, até o ano de 2023, marcando os 4 anos da tragédia.

A narrativa construída apresenta relatos detalhados da experiência de atuação, desde os primeiros cuidados psicológicos após o desastre da população brumadinense e da vivência como residente do município. Assim, os dados são articulados e interpretados por meio da orientação e da teoria psicanalítica, segundo as temáticas levantadas. Na proposta de pesquisa, o primeiro capítulo desta dissertação contempla um percurso histórico de contextualização do tema, com a história de Brumadinho, sua gênese e consolidação enquanto município, que também permeia pela trajetória da mineração no Brasil e no estado de Minas Gerais. Nesse primeiro momento, o texto se dedica à caracterização do momento que antecede o rompimento da barragem de minérios que marca a cronografia da cidade, com aspectos bibliográficos, juntamente com a narração das vivências elencadas, por meio da observação e da escuta participantes.

Por sua vez, o segundo capítulo deste estudo etnográfico se dedica à escrita do acontecimento trágico. O texto apresenta as vertentes perversas que conduziram ao ápice da violência realizada pela empresa à comunidade e ao território no dia 25 de janeiro de 2019, introduzindo a vivência desse dia, e o desenrolar da tragédia no recorte proposto pela pesquisa. Apresentamos também os modos de expressão e lida com o sofrimento por parte da população, as intervenções reparatórias, bem como seus efeitos subjetivos e sociais.

Seguindo o trajeto da memória das experiências em Brumadinho, o capítulo três apresenta a conceitualização do luto por meio das construções psicanalíticas e freudianas, como meio de elucidar a lida com as diversas perdas e as mortes trágicas pela população. Consideram-se os modos e a pluralidade dos lutos evidenciados na cidade. Nesse capítulo, também é articulado o conceito de memória correlacionado ao processo de luto e sua importância na viabilização do potencial político e de transformação social. Também, apontam-se as consequências das intervenções imediatistas e de caráter neoliberal no processo de luto e de rememoração, além das saídas possíveis articuladas pela população brumadinense que indicam a lida coletiva com o luto, por meio da preservação de sua história. Essas questões têm como fio condutor os significantes da população que ressaltaram para a pesquisadora e analista.

A organização textual segue as orientações de Malinowski (1978), que destaca que uma pesquisa etnográfica "só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica" (p. 18). A fim de maior obtenção de dados, pretende-se recorrer à consulta de fontes documentais referentes ao fato em questão e produções bibliográficas produzidas. Além disso, na etnografia é muito significativa a inspiração em resultados de estudos científicos e recentes descobertas

da temática, a fim de viabilizar mais questões a serem lançadas ao campo. Isso difere da absorção de ideias e conceitos pré-estabelecidos que engessam a construção de conhecimento.

Retomamos e destacamos que o recorte do objeto de pesquisa se orienta pela amplitude do viés coletivo e social. Portanto, não se utilizam registros clínicos ampliados que expõem ou geram a identificação de pacientes e cidadãos. Com base na proposta descrita, busca-se nivelar a observação do fenômeno, a memória e os registros da pesquisadora, com os conceitos psicanalíticos e as áreas que os atravessam. Assim, visamos criar e desenhar novos pontos de conhecimento para a temática.

Compreendemos juntamente com Malinowski (1978) que no trabalho etnográfico o pesquisador torna-se seu próprio narrador e historiador, com fonte não apenas em documentos e materiais fixos, mas sim na riqueza e na vivacidade do comportamento e da memória humana. Assim, almejamos uma escrita que visa traduzir, por meio da limitação do simbólico, a vasta vivência do etnógrafo desde o primeiro momento que toca o solo pesquisado. Essas palavras, atravessadas pelo trágico, amparadas e instigadas pela Psicanálise, carregam em suas entranhas e lacunas a experiência de ser brumadinense.

2. BRUMA, BRUMADO, BRUMADINHO: UMA HISTÓRIA ENVIESADA PELA MINERAÇÃO

Por meio do tempo presente, construímos caminhos para acessar um passado marcante e traumático. Portanto, iniciamos este capítulo, com o relato do dia 24 de janeiro de 2023, quando a Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem em Brumadinho (AVABRUM) realizou seu primeiro seminário, intitulado "4 anos da tragédia-crime e os impactos em Brumadinho e municípios mineradores". Foi um evento gratuito, ocorrido na Faculdade Asa, primeira faculdade da cidade, instituição que, inclusive, forma diversos profissionais que compõem o quadro de trabalhadores de algumas mineradoras.

O evento promoveu um espaço de fala para um público variado, e teve convidados representantes do governo municipal, do Ministério Público de Minas Gerais, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG), da diretoria da AVABRUM, da equipe de saúde mental municipal e de pessoas da comunidade que permanecem atuantes diante do acontecimento. Entre os últimos, estavam presentes: Renê Lopes, antigo pároco da cidade, religioso que liderava a paróquia da Igreja Matriz de São Sebastião na época do rompimento, e que mantém laços estreitos com os munícipes; Beatriz Cerqueira, deputada estadual que integrou a CPI de investigação da tragédia-crime;[1] Danilo Chammas, advogado do Observatório Penal de Brumadinho; Márcio Rodrigues, liderança comunitária da cidade, da zona quente[2]; Marino Dangelo, membro da comissão de atingidos de Paracatu de Cima e comunidades rurais de Mariana (MG), local que traz a marca da antecedente tragédia minerária no estado; Cassilene Oliveira, líder da comunidade de Macacos (MG), que vivencia a angústia da nomeada "lama invisível", representada pelo risco de rompimento da barragem de minérios da Vale, que gerou evacuações e grandes transformações no contexto comunitário; Maria Tereza Corujo, educadora ambiental e ambientalista representante do Movimento pelas Serras e Águas de Minas Gerais (MovSAM); e André Luiz Dias, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenador do projeto Pólos Cidadania.

Foi um dia de vivências intensas que geraram uma introjeção profunda, por meio da arrebatadora escuta das narrativas sobre o trágico, mesmo quase quatro anos depois. Muitas sensações de cunho melancólico foram transcendidas e, de certa forma, amortecidas pela força

[1] Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).
[2] As regiões mais atingidas e as áreas de buscas foram nomeadas como "zonas quentes".

do coletivo que se manifestava com falas de cunho psíquico, político e social, pautadas no lema do seminário: “Justiça e Memória”.

Como orienta o protocolo de seminários, abriu-se o evento com o hino nacional e o hino da cidade de Brumadinho, um momento que gerou um questionamento na pesquisadora. Isso também foi levantado por alguns participantes do estudo, ocasionando grande inspiração para o capítulo inicial da presente dissertação.

Hino de Brumadinho
Letra de Zilda Andrade e melodia de Edwin Costa.

A nossa terra adormecida…
O trabalhador aqui chegou.
Ao longo desta importante ferrovia,
Logo o nosso município se criou.

Brumadinho tem riquezas:
Solo fértil em minerais;
A flora é linda e a fauna admirável
Enfeitando as paisagens naturais.

A bela sombra dos três irmãos
Nós escrevemos a nossa história…
Dentro das serras, a cidade se resguarda,
Trabalhando e construindo a sua glória.

Oh! Brumadinho, sempre presente!
Progredindo, triunfante…
Destacando-se neste imenso país…
Das gerais, você será, sempre, gigante!
Paraopeba é um grande rio
Embelezando a cidade.
De manhãzinha, quando cai a fina bruma
Cobre o seu povo com uma justa vaidade.

Todas estradas que atravessam
São caminhos pro progresso.
Acolhem, com prazer, amigo visitante
Que não mais pensa em regresso!

Oh! Brumadinho, sempre presente!
Progredindo, triunfante…
Destacando-se neste imenso país…
Das gerais, você será, sempre, gigante! (Andrade, 2004).

O que era revelado na história de nossa cidade em tais estrofes? O que não cabia mais ali, por ter sido transformado pela tragédia-crime? Essas foram as perguntas que atravessaram quem se dispôs, de fato, a ouvir o hino antigo entoado por um coral de crianças, cuja letra, talvez, não representasse mais a real e atual Brumadinho. A canção, criada em 2004 pela poetisa brumadinense Zilda Andrade, guia uma breve história da cidade, a qual se segue pela contextualização das minerações no Brasil, com foco na trajetória da empresa Vale no município.

2.1 Brumadinho: a cidade das brumas e do ferro, um histórico

Brumadinho tem riquezas:
Solo fértil em minerais;
A flora é linda e a fauna admirável
Enfeitando as paisagens naturais.

A bela sombra dos três irmãos
Nós escrevemos a nossa história…
Dentro das serras, a cidade se resguarda,
Trabalhando e construindo a sua glória (Andrade, 2004, s.p).

Como não existem muitas publicações sobre o tema, contamos a história de Brumadinho a partir de apenas duas obras: "História e riquezas do município de Brumadinho" (1982), de Décio Lima Jardim e Márcio Cunha Jardim, e "Mídias locais, história e desenvolvimento de Brumadinho 1910 – 2013" (2022), de Valdir de Castro Oliveira.

Brumadinho é uma palavra originária do substantivo "Brumado", que significa "a lavra que não deu em nada, em relação ao muito que se esperava" (Sena, 1971, p. 84 como citado por

Jardim & Jardim, 1982, p. 28). Ou seja, é o que se descartava do processo de mineração, na época do ouro, e era abandonado no ambiente devastado como rastro do processo exploratório.

> As lavras abandonadas tinham o aspecto desolador de montes de cascalho atirados à beira do rio. Esses cascalhos ficavam, com o tempo, cobertos de pequenas moitas de mato. Vistas de longe, formavam essas "capoeiras baixas de mato", ou "brumado" (Jardim & Jardim, 1982, p. 49).

Essa era (e ainda é) a realidade vivenciada por vários municípios com a gênese na mineração, empreendimento que desconfigura o território de inúmeras maneiras: paisagística, ambiental, social e subjetivamente. Isso deixa um cenário de destruição e um resultado muito aquém do que se esperava das grandes e promissoras promessas de ascensão econômica municipal.

Outro significado de "Brumado", inclusive o mais conhecido pela população, refere-se às brumas, neblina forte que acontece próximo à Garganta do Fecho do Funil, trecho sinuoso na entrada de Brumadinho. No local, o visitante atravessa um conglomerado de serras que cercam e bordeiam a cidade, e possui como marca de seus invernos, noites e manhãs acinzentadas, neblinas que parecem um véu. Não à toa o hino afirma que "dentro das serras, a cidade se resguarda" (Andrade, 2004).

No brasão do município, desenvolvido na década de 1970 pelo então padre da cidade Dante Angellelli, há questões que remetem à destruição mineradora que ainda estavam por vir, a importância do minério de ferro exaltada no signo da cidade, que a atravessa e rompe (Figura 1).

Figura 1

Brasão de Brumadinho

Nota: Recuperado de: Geografia Brumadinho MG, (achetudoeregiao.com.br).

O desenho representa o estado de Minas Gerais, por meio do triângulo maior ao fundo; do poder municipal, a torre; e da Serra dos Três Irmãos, ilustrada pelos três triângulos, os quais simbolizam uma cadeia de montanhas que "esconde um veio mineral" (Jardim & Jardim, 1982, p. 111). Um veio cortava e atravessava as serras que emolduravam a cidade, um veio trazia as ditas "riquezas de Brumadinho" e o "solo fértil em minerais" (Andrade, 2004).

Jardim e Jardim (1982) contam que a ocupação de Brumadinho tem origem no movimento das bandeiras dos portugueses no Vale do Paraopeba, por volta de 1603, início do século XVII, motivados pelas lendas e mitos indígenas que narravam a existência de uma serra composta inteiramente de prata, a serra Sabaraboçú, e de outra formada por esmeraldas. Os bandeirantes iniciaram o desbravamento das terras mineiras, chefiados pelo português Fernão Dias Pais e pelo desbravador Matias Cardoso de Almeida, que detinha conhecimento prévio e vasto das serras da Mantiqueira e do Espinhaço.

Por meio da escravização de indígenas que habitavam as terras mineiras, os bandeirantes pretendiam constituir novos territórios e localizar riquezas minerais. Conforme Latif (1978), a suposta serra de prata só poderia ser a expressão da forte riqueza dos solos brasileiro e mineiro, os quais possuem abundância de minério de ferro, e "desenha a crista de inúmeros espigões da região das minas, em estado tão compacto e puro, que apresenta nas fraturas frescas o brilho argentino do aço" (p. 33).

Martins (2018) comenta que as conquistas das terras mineiras ocorreram via intervenções violentas, com o uso de armamentos pelos portugueses, que montaram uma estrutura militar, usando homens, em sua maioria escravos, para assegurar a subsistência e o povoamento da região durante o período de exploração. Foi assim que se fortaleceu a cultura

do plantio de roças, tão expressiva no estado, pois foi uma das atividades realizadas pelas primeiras tropas enviadas, a fim de garantir a alimentação dos portugueses que viriam.

Apesar da magnitude das primeiras bandeiras na região do Vale do Paraopeba, como a chefiada por Fernão Dias Pais, segundo Jardim e Jardim (1982), somente no final do século XVII o esperado ouro foi descoberto na atual cidade de Ouro Preto, o que promoveu uma intensa imigração de pessoas ávidas "para aproveitar a sorte na mineração" (p. 25) na região de Minas Gerais. Diante do intenso povoamento da região, surge como problema a subsistência dos mineradores que, além de alimentação, também necessitavam de ferramentas para a extração do ouro. Assim, ocorre a dispersão da população, gerando a ocupação de todo o Vale do Paraopeba e o nascimento de novos povoados.

A partir desses movimentos, localiza-se na história o surgimento dos primeiros povoados da futura Brumadinho: São José do Paraopeba, Brumado do Paraopeba e a região de Piedade do Paraopeba. No século XVIII, os territórios foram reconhecidos como pertencentes a outras cidades vizinhas, pois o município brumadinense ainda não fora intitulado. Vale notar que os municípios têm em comum o nome do rio Paraopeba, que em suas margens une as diversas comunidades que compõem o território, corta a região central e se anuncia aos recém-chegados na entrada principal, e cuja importância expõe-se no hino:

Paraopeba é um grande rio
Embelezando a cidade.
De manhãzinha, quando cai a fina bruma
Cobre o seu povo com uma justa vaidade (Andrade, 2004).

São José do Paraopeba é uma região localizada próxima à Serra da Moeda, às margens do Rio Paraopeba, local estratégico para as atividades de mineração do ouro na época. Como marca do período histórico, possui uma igreja construída em 18 de dezembro de 1751 que, apesar das inúmeras reformas, é uma majestosa obra. Segundo Jardim e Jardim (1982), havia na instituição religiosa um sino com a gravação "São José do Rio Grande" (p. 71), o antigo nome do rio Paraopeba. O povoado chegou a pertencer ao município de Itabirito, antes de compor a geografia brumadinense.

No mesmo sentido, o também Brumado do Paraopeba pertenceu à outra cidade mineira, considerado distrito do município de Bonfim. Sofreu a alteração do nome para Conceição de Itaguá, em 1914, nome relacionado à santa padroeira da região, Nossa Senhora da Conceição.

O atual distrito de Brumadinho ainda possui casarões e muros históricos que preservam a memória da história da região.

Por sua vez, o território de Piedade do Paraopeba foi fundado pelas tropas de Fernão Dias Pais, um de seus orgulhos, pois era o ". . . ponto de abastecimento da mais importante bandeira da História de Minas Gerais e, talvez, do Brasil" (Jardim & Jardim, 1982, p. 23). É provável que esse distrito tenha servido como local de acolhimento para inúmeros mineradores que atuavam na descoberta do ouro, com forte geração de renda. Essa hipótese é levantada pela construção da suntuosa e imponente igreja (Oliveira, 2022). No local, há uma preservada capela de menor porte que, segundo os moradores da região, se destinava aos escravos.

A princípio, Piedade do Paraopeba pertencia à Comarca de Sabará e, segundo os registros históricos, no século XIX foi eleita à freguesia, status oficial endereçado às regiões que podiam manter uma paróquia religiosa, o que indicava o potencial de desenvolvimento comercial. Assim, transformou-se em um pequeno centro urbano, devido à manufatura de ferramentas destinadas à mineração aurífera e às fazendas da região, além da produção de insumos alimentares voltados para o abastecimento das localidades vizinhas (Oliveira, 2022). Ainda atualmente, existem cachaçarias históricas e artesanais, como o alambique de Alípio, que possui uma grande fazenda com construção arquitetônica que remete ao período escravagista mineiro.

Como marca da economia mineira, as grandes fazendas eram mantidas pelo trabalho escravo. Na cidade de Brumadinho, é possível identificar locais em Piedade do Paraopeba que serviam de rota de fuga dos escravos para grandes Quilombos que se localizam na região de Campos Vertentes, no Sul de Minas Gerais. O município também abriga seis comunidades quilombolas que surgiram de um agrupamento de escravos libertos das fazendas de Piedade do Paraopeba e São José do Paraopeba. A princípio, os grupos foram chefiados pelo alforriado José Borges, que, ao receber uma pequena terra para plantio, formou a comunidade de Sapé, da qual derivaram outras comunidades quilombolas na cidade, como Rodrigues, Ribeirão, Colégio, Santa Efigênia e Marinhos, ainda existentes (Jardim & Jardim, 1982; Oliveira, 2022).

Como meio de manutenção do comércio que se estabelecia entre os povoados brumadinenses e as demais cidades mineradoras, o trabalho escravo se expressa na construção da trilha de grandes pedras de quartzito na Serra da Calçada, um dos pontos turísticos de Brumadinho. Jardim e Jardim (1982) contam que, antes da construção da linha férrea, o transporte de cargas era realizado por animais. Desse modo, um fazendeiro empenhava seus

escravos na desgastante tarefa de fazer a estrada que acabou inacabada, mas cumpriu a importante função de facilitar e agilizar o trabalho realizado pelos burros e cavalos. As marcas da mineração do ouro podem ser encontradas até os dias atuais nas serras.

Conforme Miran Latif (1978), a atividade de extração e movimento dos mineradores, desde o início, deixaram marcas significativas nos territórios, devido à violação ambiental e à deformação da paisagem. O movimento de busca constante de lucratividade, vantagens e ganhos tornou característico o trabalho nômade dos mineradores. Ao findar o potencial de exploração de uma região ou, quando impedidos por fenômenos da natureza, como as cheias do rio, esses trabalhadores abandonavam rapidamente o espaço ribeirinho, abandonando, ao longo do leito dos rios, seus restos.

> E os mineradores, sempre a caminhar, deixam, como esteira de sua passagem, amontoados intermináveis de cascalho. Encobrindo com o pedregulho a terra vegetal da margem dos rios, invertendo a ordem natural dos terrenos das várzeas, as minerações abandonadas tomam o aspecto melancólico da aridez que, em maio e junho, tufos de flores de Santana mal conseguem disfarçar (Latif, 1978, p. 93 – 94).

Assim, a melancolia vai ao encontro da problemática central desta pesquisa. Para a psicanálise, esse termo aponta para o efeito da perda do eu junto ao objeto, podendo ser compreendido como aquilo que promove a identificação de um espaço e, consequentemente, constitui o laço de pertencimento de seus nativos. Isso ocorre implicitamente na organização territorial e cultural de uma cidade mineradora, e se atualiza pelo vasto vazio, inominável, provocado pelo tsunami de lama que devastou diversos territórios brumadinenses, em 2019.

As práticas de devastação realizadas pela mineração aurífera foram incorporadas aos territórios mineiros e no cotidiano das comunidades, como relata Latif (1978), sobre as queimadas das serras, ainda muito presentes nos meses de julho a agosto. Segundo o autor, com a desenfreada necessidade de manter a frequência da busca de minerais, em tempos de impedimento do trabalho nos rios, os mineradores iniciavam movimentos de subidas nas serras, em busca das pedras preciosas e, para isso, realizavam grandes incêndios para auxiliar nas pesquisas do solo, dando à paisagem, desnuda, “. . . um aspecto ainda mais dilacerado. Os morros descarnados ficam de esqueleto à mostra” (Latif, 1978, p. 95).

De forma desordenada, predatória e violenta ao meio ambiente, a mineração das jazidas de ouro e diamante trouxe consequências para a qualidade de vida dos mineiros. Segundo Olintho da Silva (1995), o desequilíbrio causava desabastecimento, e a fome passou a castigar

os mineradores que não recebiam apoio das autoridades, que essas visavam apenas o recebimento de impostos. Desse modo, inicia-se no século XIX a decadência do ciclo econômico do ouro, e o fortalecimento da economia agrícola cafeeira no estado de Minas Gerais, que passa a absorver os mineradores e os escravos como mão de obra.

Durante o período de tentativas de retomada da economia mineira, a coroa portuguesa contrata, em 1808, o Barão Wilhelm Ludwig Von Eschwege, um geógrafo formado na Alemanha. Ele passa a desenvolver uma pesquisa geológica, visando encontrar meios de recuperação da mineração do ouro e, principalmente, buscar novos minerais para possível extração e reestabelecimento do equilíbrio econômico. Ao longo da trajetória, o barão se dedica às reservas de minério de ferro, chegando a construir a Imperial Fábrica de Ferro, próximo a Congonhas do Campo, em Minas Gerais, hoje, Congonhas (Martins, 2018).

Juntamente com o desejo de investimento na cultura cafeeira e descoberta da possibilidade de extração e exportação de outros minerais, como o minério de ferro, o Plano de Viação Férrea surge no estado de Minas Gerais, em 1896, sendo considerado umas das principais fontes de resgate econômico. Esse movimento foi estimulado pela inserção do Brasil no mercado internacional da mineração, iniciado em 1908, quando os Estados Unidos organizaram um congresso, em Estocolmo, na Suécia, para estudar os recursos naturais mundiais, a fim de um maior aproveitamento, com destaque para o minério de ferro, considerado meio de manutenção das siderurgias. Representantes brasileiros apresentaram o Brasil com “o maior e mais rico lençol siderúrgico do mundo” (Jardim & Jardim, 1982, p. 93), sendo Minas Gerais o detentor das maiores jazidas de minério de ferro do país.

Mediante o cenário descrito, inicia-se um movimento mais consolidado para o surgimento da cidade de Brumadinho, descrito no hino:

A nossa terra adormecida,

O trabalhador aqui chegou.

Ao longo desta importante ferrovia,

Logo o nosso município se criou (Andrade, 2004).

Com a ascensão econômica brasileira nos primeiros anos do século XX, o Vale do Paraopeba passa a receber novos garimpeiros, representados pelos pesquisadores dos solos em busca do minério de ferro. De acordo com Oliveira (2022), a divulgação das pesquisas que afirmavam a riqueza mineral da região provocou a “corrida do ferro”, e diversas empresas internacionais passaram a enviar representantes para a compra das terras. Desse modo, o Vale

do Paraopeba e as terras brumadinenses foram gradualmente ocupadas por organizações que visavam a exploração do minério de ferro, “alterando significativamente o panorama econômico e as configurações sociais da região, além de interferir também em suas formas de organização do tempo e do espaço para sincronizá-los com outras regiões através da implantação da ferrovia e do telégrafo” (Oliveira, 2022, p. 139-140).

Em 1914, com a construção do Ramal do Paraopeba — linhas férreas localizadas no Vale do Paraopeba —, houve o aumento da população em diversas regiões, incluindo as terras brumadinenses, que recebiam trabalhadores de várias cidades de Minas Gerais e imigrantes, principalmente espanhóis, que, futuramente, fixariam moradia na cidade. Conforme descrito por Jardim e Jardim (1982), na região de Brumado do Paraopeba instaurou-se uma “cabeça de trecho”, que se tratava de um acampamento de trabalhadores e armazenamento de materiais, o ponto de partida para a formação do povo.

De acampamentos de trabalhadores aos primeiros casebres, surge também uma pequena organização comercial, a fim de manter os primeiros habitantes: um armazém próximo à estação ferroviária, uma farmácia, um açougue, uma agência de correios e o primeiro cartório de registro civil. Em 20 de junho de 1917, inaugurou-se a Estação Ferroviária, um marco dos primeiros movimentos para a formalização e o reconhecimento do município que, até o momento, mantinha os povoados pulverizados e pertencentes às outras cidades. Concomitante ao processo de desenvolvimento da população, houve progressivamente o andamento do processo de oficialização do município junto ao Estado.

A princípio, em 1923, a região foi nomeada como “distrito de Brumadinho” e acoplada à cidade de Bonfim; somente em 17 de dezembro de 1938, foi declarada como município. Em 1º de janeiro de 1939, tomou posse como primeiro prefeito da cidade Mário Albergaria dos Santos, um engenheiro civil e de minas que atuava na Companhia de Mineração Minas do Paraopeba, em Brumadinho (Jardim & Jardim, 1982; Oliveira, 2022).

Observa-se como é antecedente o interesse das minerações em realizar uma ampla gestão, o que não se restringe apenas ao empreendimento, mas a todo o território que ocupam e submetem às intervenções. No primeiro ano de mandato, uma das primeiras atitudes do prefeito foi organizar uma Comissão de Estudos Geográficos, para pesquisa do solo e levantamento dos minerais, pois estava “preocupado com o aproveitamento das riquezas minerais” (Jardim & Jardim, 1982, p. 54). Desse modo, ele emitiu um decreto municipal, nomeando as ruas da cidade com os nomes dos minerais valiosos encontrados: 15 espécies

diferentes nesse primeiro momento, ato reconhecido como fonte de orgulho aos munícipes. É necessário pontuar o frequente alinhamento do progresso municipal com a ascensão profissional ou a garantia de uma estabilidade financeira familiar à mineração. Grande parte das famílias brumadinenses tem base de formação com um trabalhador da área minerária, algo que, por vezes, foi passado de geração em geração.

Em pesquisa realizada por Valdir Oliveira (2022), os trabalhos nas primeiras minerações eram feitos, na grande maioria, por homens que executavam de maneira braçal a quebra de rochas de minério e carregamentos de vagões. Há relatos de diversos acidentes envolvendo os trabalhadores que se expunham às intempéries, quando transportados nas caçambas dos caminhões para as minas, enfrentando o frio intenso comum da cidade, sem segurança adequada e sujeitos a capotamentos. Como ferramentas de trabalho, utilizavam marretas pesadas e garfos para quebra das rochas de minério e carregamento dos vagões dos trens, atividade que provocava ferimentos na pele por estilhaços.

Ademais, a ausência de habitação adequada aos que ficavam em acampamentos, a falta de assistência médica e o tratamento autoritário por parte dos encarregados compunham a realidade do trabalho nas minerações. Com o tempo, o desenvolvimento industrial das minerações e a necessidade de mais estudo e instrução para a atividade se instauraram e mudaram o perfil de profissionais. Contudo, as relações trabalhistas pouco se alteraram. Nas descrições dos professores Délcio Jardim e Márcio Jardim, são encontrados trechos como "a população acreditava firmemente na realização de seu destino histórico de passar de pequenino arraial a um importante município de Minas Gerais. Suas riquezas minerais nunca negaram essa importância e o povo nunca deixou de acreditar no seu progresso" (Jardim & Jardim, 1982, p. 59) e "O progresso material é feito a ferro e fogo" (p. 89), o que indicam uma expectativa e uma aposta exclusiva na economia alicerçada pela extração minerária. Apesar da grande importância para a constituição do município, é um bem natural finito, que deixa como consequência um rastro de diversas violações junto ao processo de capitalização. Dentre elas, Rocha (comunicação pessoal, 03 de novembro de 2023)[3], destaca a violência na "terra adormecida" despertada que se desloca num ímpeto de destruição e morte, sendo um contraponto obsceno da imagem bucólica do hino brumadinense. Uma terra "morta-viva" que desaba sobre o progresso acéfalo, revelando seu núcleo Real e traumático.

[3] Comentário proferido por Guilherme Massara Rocha, em comunicação pessoal, Belo Horizonte, 03 nov. 2023.

Com o passar dos anos, a cidade se desenvolveu em meio às gestões municipais. De acordo com Jardim e Jardim (1982) e Oliveira (2022), é possível enumerar alguns eventos político-sociais importantes para a cidade: nos anos 1940, Brumadinho passou a sediar em sua reconstruída igreja uma paróquia, tornando-se independente da cidade vizinha, Bonfim (MG). Nos anos de 1959 e 1960, houve os primeiros movimentos para articulação de parceria com as redes de fornecimento formal de água, luz e telefone, voltadas para a sede do município. Em 1963, ocorreu um expressivo movimento de ampliação do número de escolas, do projeto de saneamento básico e, principalmente, da rede ferroviária, principal meio de rendimento municipal. Entre 1967 e 1973, surgiram políticas municipais de amparo ao produtor rural, com assistência técnica, algo de fundamental importância, pois a agricultura já ofertava um grande potencial econômico de Brumadinho, embora pouco valorizado.

No período de 1973 a 1977, deu-se a criação de estruturas de lazer muito importantes para a história do município, assim como monumentos que estimulam os vínculos territoriais, caracterizando a cultura brumadinense ainda atualmente. A primeira obra foi o Terminal Rodoviário, com uma praça anexa, conhecida como “a pracinha da rodoviária”, onde pessoas encontram um espaço de ocupação e expressão, favorecendo o senso de pertencimento com a cidade e a cultura local.

A segunda obra de destaque, relatada por Jardim e Jardim (1982), foi o Estádio do Brumadinho Futebol Clube, um dos maiores da região, destacando o município no esporte. Atualmente, o espaço ainda sedia campeonatos intermunicipais e locais, lotando as arquibancadas. Até 1982, registraram-se diversos avanços em relação à estrutura urbana da cidade, como a criação da Praça de Esportes, que abriga o teatro municipal, importante espaço cultural. Brumadinho possuía 62 povoados reconhecidos, dos quais 12 são apontados como regiões cuja principal atividade era a extração do minério de ferro[4]. Aos demais povoados, são associadas atividades agropecuárias. Há também a criação do Fórum municipal, apesar da comarca de Brumadinho ter se instalado em 01 de maio de 1955 (Minas Gerais, 2022).

Observa-se nas 12 regiões um número maior de casas e moradores registrados, reforçando o movimento de êxodo urbano para a integração do quadro de profissionais das minerações. Parte dessas comunidades foram criadas exclusivamente em função da atividade extrativista, e a nomeação do território, por vezes, era definida pela Central do Brasil, empresa

[4] São elas: Alberto Flores, Casa Branca, Coronel Eurico, Córrego do Barro, Córrego do Feijão, Inhotim, Jangada, Melo Franco, Olhos D’água e Sousa Noschese. (Jardim & Jardim, 1982)

responsável pela ferrovia, que escolhia os homenageados sem qualquer ligação histórica efetiva com a cidade. Na descrição dos povoados, frases indicam o poder e a supervalorização das minerações: “Há intensa atividade de extração de minérios de ferro, com, inclusive, instalações residenciais de alto padrão” — referindo-se a Jangada (Jardim & Jardim, 1982, p. 82); “Está no coração de imensas jazidas de minério de ferro” (p. 86) — referindo-se a Sousa Noschese; “Está assentado sobre puro minério de ferro” (p. 86) — referindo-se a Tejuco.

Córrego do Feijão, região que sediou o maior “acidente” de trabalho do Brasil (Souza & Fallet, 2019), era descrita como uma das regiões “mais ricas do Brasil; uma das maiores reservas de minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero” (Jardim e Jardim, 1982, p. 80). Tratava-se do povoado mais numeroso da zona rural nos anos 1980, formado por uma vila de trabalhadores originada com a chegada das primeiras companhias estrangeiras de extração de minério na cidade, como a empresa alemã *Deustch in Huten Ackitiengesellschaft* que, posteriormente, foi repassada à empresa Ferteco e, por fim, à Vale (Oliveira, 2022).

Mediante a concessão de exploração do minério dada pelo governo brasileiro a diversos grupos estrangeiros, houve em Brumadinho, além da participação de minerações de origem alemã, um grupo belgo-francês que atuou na região de Jangada, ambas atualmente pertencentes à empresa Vale (Oliveira, 2022). A tentativa de fortalecer a atividade nas cidades que se instalavam continuava por meio de intervenções políticas em espaços diversos. Valdir Oliveira (2022) conta que, além do primeiro prefeito ser um engenheiro de minas, na segunda eleição municipal de Brumadinho, foi eleito vereador um encarregado da mineração geral do Brasil, chamado José Nogueira Amaral. Ele também se tornou prefeito de Brumadinho entre os anos de 1967 e 1970.

Um levantamento das jazidas de minério de ferro em Brumadinho na década de 1950, em pesquisa realizada pelo engenheiro Manoel Pimentel de Godoy (1957 como citado por Oliveira, 2022), demonstra o forte potencial para exploração. Assim, destacam-se 35 jazidas no território, com dois tipos de minerais distintos: canga e itabirito. Em 1980, a cidade ocupava o quarto lugar no *ranking* dos municípios produtores de minério de ferro no Brasil, com cerca de 11 milhões de toneladas (Jardim e Jardim, 1982), com dez grandes empresas atuantes no município.

Oh! Brumadinho, sempre presente!

Progredindo, triunfante,

Destacando-se neste imenso país,

Das gerais, você será, sempre, gigante! (Andrade, 2004).

O resgate histórico realizado por Jardim e Jardim (1982) demonstra a relação paradoxal das cidades mineradoras com as grandes empresas extrativistas. O estudo realizado cita insatisfações em relação à baixa empregabilidade destinada ao povo, consequência da mecanização das atividades de exploração. Além do mais, isso aponta o grande engodo dos municípios minério-dependentes relativos à baixa porcentagem do Imposto Único sobre os Minerais (IUM), em 1982, 20%, e na burocrática e vagarosa forma de repasse. Esses fatos "impedem que a região que produz o mineral obtenha benefícios realmente à altura da riqueza gerada pela atividade" (Jardim & Jardim, 1982, p. 96).

A gestão municipal de 1983 a 1988, durante o segundo mandato do médico José Ernesto Teixeira, enfrentou diversos problemas de recessão financeira. Isso fez com que os recursos de receitas próprias da prefeitura, como imposto advindo do minério, não fossem suficientes para investimentos em grandes obras municipais. Assim, gerou atrasos nos pagamentos dos servidores públicos. Essa é uma grande contradição para uma cidade com números expressivos de extração e exportação de minério de ferro (Oliveira, 2022).

Por consequência, em julho de 1988, registrou-se o primeiro protesto público contra um governo local, manifestação nomeada "O panelaço de Brumadinho", iniciado na Rodoviária da cidade, de onde os manifestantes seguiram até a prefeitura, batendo panelas vazias. Foi por meio do movimento que os servidores conseguiram algumas melhorias, como a construção da Policlínica, o dispositivo de atendimentos especializados da saúde, a construção do velório municipal, a implantação da coleta de lixo, (Oliveira, 2022), e avanços na gestão pública, com a regularização dos pagamentos.

Outro importante marco do ano de 1988 foi a promulgação da nova constituição brasileira, que promoveu efeitos em diversas instâncias do país. Nesse ano de avanços em relação às políticas públicas e a garantia de direitos da população, destaca-se a eleição da primeira vereadora da cidade, Mary Melo da Silva, uma mulher parda, descrita como muito participativa e ativa na vida política da cidade, reeleita em eleições seguintes, tornando-se a primeira presidenta da Câmara nos anos de 1993 e 1994, e vice-prefeita do município em 2001 a 2004 (Oliveira, 2022).

Em 1990, iniciou-se a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) no município, ação realizada também por uma mulher, Dra. Marina Romano, secretária de saúde e médica pediátrica de grande destaque na cidade. Em 1991, foi criado o Conselho Municipal de Saúde,

considerado um importante meio de participação da sociedade na gestão municipal. A partir de então, criaram-se diversos Conselhos temáticos ao longo dos próximos anos em Brumadinho: Educação (1993), Meio Ambiente (1994), Assistência Social, da Criança e do Adolescente, dos Idosos, sem datas de surgimento especificadas (Oliveira, 2022).

Em contraposição ao início dos anos 1990, que foi marcado pelo movimento de êxodo da população brumadinense para a metrópole, Belo Horizonte, na busca por trabalho devido às reduzidas áreas marcadas por maior empregabilidade na mineração, também na mesma época, Brumadinho passa a receber um grupo relevante de novos moradores. Essa imigração iniciou no ano de 1970 e intensificou-se em 1990. De acordo com Valdir Oliveira (2022), famílias de classe média alta saíam da cidade grande, em busca de maior tranquilidade, qualidade de vida e contato com a natureza, migrando para Brumadinho. Assim, surgiram os primeiros condomínios fechados nas zonas rurais, com destaque para Casa Branca (distrito da cidade) e demais locais próximos aos territórios serranos. Concomitante a esse processo, torna-se mais evidente o retrato da desigualdade social, atraindo também moradores das regiões mais carentes de Minas Gerais para trabalhar nos empreendimentos, demandando maiores intervenções das políticas públicas básicas na saúde, educação e segurança pública, em toda a região da zona rural brumadinense.

Com o fortalecimento da participação popular junto ao governo e a maior força dos movimentos democráticos coletivos, surgiu em Brumadinho, em 1988, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sid-UTE), cujas reivindicações e intervenções eram a favor da classe diante da prefeitura municipal. Somente em 2007 e 2009, surgem os sindicatos dos trabalhadores da saúde (Sind-Saúde) e dos servidores públicos da cidade (Sinbrum) (Oliveira, 2022).

Em 1999, é fundada a primeira faculdade do município de Brumadinho, a Faculdade ASA, uma das principais formadoras de profissionais para a atuação no ramo da mineração, por meio de cursos técnicos e de graduação. Entre as primeiras ofertas, destaca-se a graduação em História que, durante o período de existência, oportunizou diversos trabalhos acadêmicos voltados para a valorização e o resgate histórico do município (Oliveira, 2022). Com o expressivo desenvolvimento da cidade, há o crescimento do comércio local e das atividades extrativistas, por meio das mineradoras Vale, Itaminas, MBR, Ferrous, ELX, CBM, Minerminas Mineradora de Minas Gerais, Mineral do Brasil, entre outras, o que fomentou a

urbanização, e reforçou a dependência econômica municipal das minerações de minério de ferro (Oliveira, 2022).

Como meio de captar arrecadação para o município e investimento em outros setores, iniciou-se em 2002 a implantação do Museu de Arte Contemporânea e do Jardim Botânico Inhotim, gerando o fortalecimento das possibilidades de maior investimento no turismo brumadinense (Inhotim, 2023). Apesar do expressivo aumento de pousadas e atividades de prestação de serviços, até 2013 manteve-se em destaque na arrecadação municipal o setor da mineração (Oliveira, 2022). O mantenedor do Instituto Inhotim é o Instituto Cultural Vale, o que se considera parte das intervenções de longa escala das minerações nos territórios onde atua, visando maior controle e manutenção da dependência municipal.

Nesse sentido, Oliveira (2022) destaca que a presença das atividades mineradoras "contribuem decisivamente para que os indicadores de desenvolvimento econômico do município apresentem níveis elevados" (p. 354). O autor baseou-se no fato de, em 2013, Brumadinho apresentar a terceira melhor colocação do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). Segundo o Governo de Minas Gerais, o índice trata de dados que fornecem subsídios para avaliação das ações e planejamento das políticas públicas. O IMRS traz diversos indicadores e informações com base nos eixos de educação, saúde, vulnerabilidade social, segurança pública, meio ambiente, saneamento e habitação, cultura, esporte e lazer (Minas Gerais, 2023).

2.1.2 Um retrato de Brumadinho, palavras e afetos que compõem a memória

Todas estradas que atravessam
São caminhos pro progresso.
Acolhem, com prazer, amigo visitante
Que não mais pensa em regresso! (Andrade, 2004).

O que encontramos nas estradas brumadinenses além do estigmatizado progresso econômico alavancado pelas minerações? O que acolhe, encanta e enobrece moradores e visitantes? Que Brumadinho se apresenta para além da lógica exploratória? Com base nos dados de pesquisa publicados no site da Fundação João Pinheiro, responsável pela formulação do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), caracterizamos Brumadinho no ano anterior à tragédia-crime de rompimento da barragem de rejeito de minério da Vale.

Em 2018, a cidade de Brumadinho, que ocupa 640,08 km², tinha como população total 39.520 habitantes, resultando em uma densidade populacional de 61,74 habitantes por km².

Esses dados retratam a amplitude territorial do município que, em extensão, é maior que a capital, Belo Horizonte. Grande parte das terras está na zona rural, território montanhoso, arborizado, com expressivas riquezas naturais, como belas cachoeiras, trilhas com exuberantes paisagens, além dos monumentos históricos que se fundem com a história mineira. A população entre a sede e o interior traz culturas diversas e muito específicas. Conforme o modo de fundação da região, da relação de pertencimento local, da cultura dos integrantes, diferentes brumadinhos se expressam.

Além da região central e urbanizada, existem territórios boêmios, voltados para o turismo culinário, e locais de aventuras ao ar livre. Há territórios onde a cultura afrodescendente está viva e presente em todos os cantos. Também, tem regiões de grande articulação coletiva voltada para a proteção dos moradores e reinvindicações sociais. Existem assentamentos formados por trabalhadores rurais que se destacam no Estado por meio da agroecologia. São várias faces de uma terra rica em história, saberes e culturas.

Os territórios urbanizados acolhiam, em 2018, 88,09% da população, mas prosseguiram preservando a intimidade do interior[5]. Na região, a forte ligação parental dos moradores se expressa nas características físicas, trejeitos, modos de falas, possibilitando identificar as origens, antes mesmo que se informe ou por comprovação de endereço. Há uma intimidade que traz a plena sensação "aqui todo mundo se conhece", um significante muito forte para os moradores, principalmente diante dos acontecimentos abordado neste trabalho.

No ano anterior ao rompimento da barragem, Brumadinho ocupou a 147ª colocação no Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), com o índice de 0,661. O maior índice do estado foi ocupado pela cidade de Arcos, 0,763, e o menor pelo município de Mathias Lobato, 0,408. Considerando que "o IMRS e os índices que o compõem podem variar de zero a um; quanto maiores, melhor é a situação do município" (Fundação João Pinheiro, 2020). Os dados do IMRS de Brumadinho em 2018 apresentam os seguintes resultados para as ações e políticas públicas destinadas à vulnerabilidade social da cidade: 0,686; para as estratégias de cuidado voltadas para a saúde, 0,658; para o setor de saneamento, habitação e meio ambiente, 0,632; para a área da educação, 0,610, e para a segurança pública, 0,545 (Fundação João Pinheiro, 2020).

[5] Mesmo na sede do município, somos reconhecidos por nosso histórico familiar, como ocorre em minha experiência particular como brumadiense: "é a Izabella, filha do Milton", "agora te conheço, é a neta da Antônia", ou pela (conservadora) ideia de o casamento exprimir uma relação de posse "é a Izabella, do Alexssandre", além da forte associação do local de trabalho e profissão como meio de identificação dos moradores "É a Izabella, do CAPS".

De maneira geral, as gestões brumadinenses ofertaram uma ampla gama de dispositivos públicos para apoio e garantia de direitos à população, sendo a cidade por vezes vista como refúgio para pessoas de regiões mais carentes de Minas Gerais, que buscavam cuidados e acompanhamentos em saúde, inserção na educação e serviços da assistência social, como observamos frequentemente durante a prática profissional no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A rede de políticas públicas existente foi fundamental para a efetividade das estratégias de cuidados emergenciais à população mediante o acontecimento trágico atravessado.

O Produto Interno Bruto (PIB) municipal atingiu R$ 2.584.991,49, somatória dos diversos setores provedores de rendimento ao município. Como área econômica de maior destaque na produção de dividendos, tem-se o setor industrial, que inclui o empreendimento dos setores do extrativismo mineral, transformação, energia, saneamento e construção. A somatória do valor adicionado da indústria foi de R$ 1.497.009,00 mil, representando 61,27% do total, seguido do setor de serviços (28,64%), administração pública (9,34%) e agropecuária (0,75%).

Especificamente, o setor da mineração obteve expressiva participação econômica nos valores municipais, sendo o Valor Adicionado Fiscal (VAF) — índice utilizado para cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da extração mineral —, de R$ 2.129.475,88 mil, ou 75,3% do total. Esses números justificam a longa permanência do município no ciclo da dependência do minério de ferro, pois outros setores potenciais, como a agropecuária, e o setor de serviços, como o turismo, geram baixo valor de dividendos, devido ao baixo investimento governamental nessas áreas (Fundação João Pinheiro, 2018).

Com esses dados, percebe-se na cidade uma restrição do mercado de trabalho que oferta poucas áreas de atuação. Aponta-se frequentemente que Brumadinho oferece como possibilidades de trabalho apenas o serviço público municipal, a mineração e o comércio, o que faz com que muitos jovens queiram residir na “grande e utópica metrópole” Belo Horizonte, para iniciar os estudos universitários e conseguirem a inserção no trabalho na área de escolha. Os dados do IMRS (2018) ratificam a narrativa de que dos 9.444 empregados no setor formal, 4.638 atuam no setor de serviços, área que inclui a administração pública, onde é possível que uma pessoa ocupe mais de um posto de trabalho. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), o setor de serviços inclui: serviços profissionais, administrativos e

complementares, serviços prestados às famílias, transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, serviços de informação e comunicação, manutenção e reparação, atividades imobiliárias.

O setor da extrativa mineral aponta 1.888 funcionários. Paradoxalmente, apesar de ser a área de mais lucratividade econômica para o município, não é a que mais absorve a mão de obra, questão apontada por Jardim e Jardim, em 1982, já citando a mecanização das atividades minerárias como fator de redução da demanda. No entanto, como meio de repetição de um passado orgulhoso de ser uma cidade mineradora, a busca por emprego no ramo da mineração também era sinônimo de brio e ostentação para a população, principalmente na empresa Vale, sendo o segundo setor empregatício da região.

O terceiro lugar em empregos formais é ocupado pelo comércio, com 1.097 empregados. O centro comercial da cidade concentra-se na sede, com comércios de longa data, de tradição familiar e poucas lojas de grandes redes nacionais. Mais uma vez, a cultura interiorana prevalece, e as antigas cadernetas para compra a prazo ainda resistem, assim como as compras baseadas na confiança do pagamento mensal das "notinhas". Na prática, ouve-se: "pode levar, depois cê paga", "vai me pagando do jeito que for melhor procê", ainda uma estratégia de *marketing* dos comerciantes locais. Na zona rural, encontravam-se as pequenas e tradicionais vendas. Uma vez ao mês, percebia-se um grande movimento em torno do Centro, especificamente na rodoviária, bancos e lojas, quando pequenas excursões da população dos territórios mais distantes chegavam para o "recebimento" e compras diversas do que não era encontrado nos armazéns, o que sustentava o comércio local, aumentando os rendimentos internos.

Para além das áreas citadas, o trabalho formal também era ocupado em menor número pela indústria da construção, com 978 profissionais; a indústria da transformação, 599; as atividades primárias, que envolvem a agropecuária e suas adjacentes, 239. Por último, os serviços industriais e de utilidade pública, com 5 colaboradores. Por meio das atividades laborais formais, o rendimento médio dos empregados era de R$ 2.239,86, com a renda *per capita* de R$ 535,25.

Brumadinho vivia em 2018 uma importante queda no percentual da população pobre ou extremamente pobre, dado que é baseado no Cadastro Único do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em relação à população total do município. O IMRS apontou que 14,64% da população apresentava como renda *per capita* o valor menor ou igual a R$ 89,90, uma diferença

importante ao comparar com o ano 2014, quando a taxa da população pobre ou extremamente pobre alcançava 28,75%. Entreos 853 municípios mineiros, Brumadinho ocupava a 172ª posição (Fundação João Pinheiro, 2018).

A cidade e seus moradores tinham como valores comunitários a empatia e a solidariedade que se manifestavam em campanhas realizadas pelas entidades religiosas, associações, comércios locais, e até mesmo entre vizinhos, em prol da assistência à população carente. Inclusive, os não residentes em Brumadinho eram eleitos para receber auxílios das ações solidárias. Além da organização da sociedade, a cidade podia contar com a estrutura de um Centro de Atenção Psicossocial (CRAS), localizado na sede, e uma equipe volante para atendimento da região da zona rural, além de um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).

O perfil das famílias brumadinenses inseridas no Cadastro Único, que "é uma base de dados que serve para identificar e conhecer as pessoas e famílias mais vulneráveis do país e, assim, auxiliar o Governo Federal a desenvolver políticas públicas voltadas para essa população" (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023), demonstram que 75,44% da população cadastrada se declarava parda ou negra, e 0,14% indígena. Ao pensarmos nas questões de desigualdade social por cor e raça, ao nível estadual, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), Minas Gerais possuía de modo geral 11,8% da população declarada negra, e 48,2% parda. Entre esses, a taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade era de 12,2%, contra 8,3% da população declarada branca. Na capital, Belo Horizonte, a taxa de desocupação dos negros e pardos é ainda maior, chegando a 15,3%.

Em relação à subutilização da força de trabalho, o número alcança 28,3%, contra 23% da população branca. O índice da população considerada vulnerável na cidade brumadinense segue a tendência estadual, e até mesmo nacional, em que a herança de um país escravocrata ainda repercute expressivamente. Isso resulta na marginalização dos brasileiros negros e pardos e inviabiliza sua autonomia para a garantia de direitos básicos, como alimentação, uma vez que grande parte das demandas vivenciadas em um serviço de assistência social é a solicitação de cestas básicas — como também observamos durante a prática profissional.

Como um dos aspectos derivados da vulnerabilidade social, a violência em Brumadinho, expressa nas ocorrências de crimes violentos, atingiu a taxa de 220,14/por 100 mil habitantes, sendo a maior parte (158,55/ 100 mil habitantes) crimes contra o patrimônio, o que inclui roubo

consumado e extensão mediante sequestro consumado. Os atos criminosos de violência direcionada a pessoas chegou a 57,18. Em 2018, o índice mais alto de registros policiais foi de crimes com menor potencial ofensivo (1346,33/100 mil habitantes), como furtos e o consumo de drogas.

De modo geral, os habitantes mantinham a sensação de segurança ao andar pelas ruas e consideravam a cidade tranquila, com boa resolução dos casos pontuais de criminalidade. Não se utilizavam na cidade os excessivos artifícios de segurança domiciliares e de gestão municipal, como nos grandes centros urbanos e condomínios. A rede de cuidados e proteção era organizada naturalmente entre os moradores, por territórios, e funcionava de forma ativa.

Finalmente, é de fundamental importância pensar os dispositivos culturais da região, como pontos que fortalecem e amparam a história local, além de fomentar os vínculos da comunidade. Consoante os dados divulgados pela Fundação João Pinheiro (2018), Brumadinho possuía pluralidade de equipamentos culturais, embora com um número restrito e concentrados em sua sede. No levantamento, observou-se um único teatro, o qual é pouco utilizado mediante o potencial, servindo na maioria das vezes como espaço de eventos, como formaturas e alguns anuais festivais de dança. Há uma biblioteca pública aberta à população, localizada no complexo esportivo do município, mesmo ambiente do teatro.

Há um arquivo público, nomeado Casa da Cultura Carmita Passos, descrito como “berço do conhecimento e referência na educação brumadinense, é considerada uma das primeiras instituições educacionais da cidade” (Minas Gerais, 2023), um local que organiza, de forma pontual, exposições sobre a história e cultura do município. Como dispositivo de notabilidade internacional, há o Instituto Inhotim, um museu de arte contemporânea e um jardim botânico que, apesar de sua fundação em 2002, não foi contabilizado nos dados do IMRS.

Além dos dispositivos formalmente reconhecidos como equipamentos culturais, a manifestação da cultura ultrapassa as instituições e se impõe em diversos locais, ao ar livre, acessível e visível a todos. Nesse sentido, Guimarães e Diniz (2019, p. 2) apontam que “a cultura se manifesta no território e é meio principal de uso e fruição da cidade e de seus diversos espaços”, o que leva a reconhecer diversos locais de ocupação popular que contribuem para o vasto arcabouço cultural brumadinense.

Como exemplo, podemos citar “o Pirulito”, nome popular e frequentemente designado para nomear a Praça da Bandeira, que, para os forasteiros, é apenas uma rotatória após o pontilhão na região central. Para os moradores, é um espaço de honra com um mastro onde se

hasteava as bandeiras nacional, estadual e municipal em eventos patriotas, local de comemoração de grandes disputas de futebol com queimas de fogos, onde a população se concentrava, utilizando os bancos da calçada diariamente para conversas e observação da rotina da cidade.

Também, a Praça da Rodoviária, com mesas com tampo de jogo de xadrez, fomenta uma cultura dos jogos de tabuleiro, que prevalece apesar das inúmeras modificações dos espaços. Diariamente reuniam-se geralmente idosos, de diversos cantos da cidade, para participar dos jogos. Nesses momentos, conversas e risadas ocupavam o espaço e serviam como meio de reinserção desse público na sociedade.

Como mais um local de encontro comunitário, entretenimento e diversidade, havia o "shopping da cidade", um grande supermercado na região central, o Super Luna, ou, para os brumadinenses, apenas Luna. Um comércio nascido na cidade há 33 anos, um dos primeiros, antecedido apenas pelo comércio Amorim. Apesar de ter se tornado uma rede com 22 lojas, o supermercado é um espaço tradicional para os residentes, utilizado como espaço de compras, local de passeio, encontro de amigos, onde a zona rural se encontra com a população urbana, acontecem apresentações culturais como corais da cidade, campanhas de solidariedade diversas, distribuem-se os principais jornais e informativos da cidade, entre outros fenômenos sociais (Supermercados Super Luna, 2023).

Parte da cultura mineira, os bares em Brumadinho também se colocam como um dos principais meios de lazer e encontro das pessoas. Um dos mais antigos é o bar do Miguelito ou do Miguel, nome do proprietário que inaugurou o estabelecimento em 02 de julho de 1967, e mantém a administração familiar. O espaço tem como destaque o caldo de mocotó, tradição culinária passada de geração em geração.

O livro "Brumadinho de Braços Abertos" (Niemeyer, 2022), organizado pela associação AVABRUM, publicou os principais eventos da região. Como uma das principais festividades, há o carnaval que ocorre na avenida central da cidade e, no interior, os tradicionais e antigos blocos locais, além de apresentações artísticas. Vindo da tradição religiosa mineira, ainda se preserva na cidade o Encontro de Folia de Reis, em que diversas irmandades se reúnem em torno da música de múltiplos instrumentos, como viola caipira, sanfona, gaita, flauta, entre outros, poesias e fantasias tradicionais. A Folia de Reis São Sebastião, que leva o nome do padroeiro da cidade, oferta uma novena ao santo, um dia de comemorações e um feriado, 20 de janeiro.

Com destaque no livro, o Festival de Quadrilha Arraial Busca-pé que, anualmente, reúne vários grupos de quadrilha da região e do estado, demonstrando a peculiaridade e a tradição. Principal grupo brumadinense, o Busca-pé advém da comunidade Quilombola e, em suas apresentações, traz a riqueza da cultura afrobrasileira em cada detalhe, como nos gritos da quadrilha, nas roupas confeccionadas por eles, nos acessórios e na história narrada durante a dança, mescladas com manifestações sociais contemporâneas.

Dentre os eventos culturais com a marca das comunidades quilombolas da cidade, há ainda as festividades do Congado e Moçambique (Reinado). Considerados os eventos mais tradicionais de Brumadinho, possuem fundamentação religiosa e acontecem por meio de cortejos, visita à casa dos nomeados reis, troca de coroa ao som dos instrumentos típicos — tambores que tocam a alma, fortalecem a fé — que se emanam pelas ruas das comunidades de Marinhos, Rodrigues, Sapé e Ribeirão. Como meio de preservar a tradicional culinária mineira, o tempero e as especialidades da terra, ocorrem também diversos festivais gastronômicos que reúnem a população, como o Brutiquim, o Brumadinho Gourmet, o Festival da Mexerica, Festival da Cachaça e o Festival da Jabuticaba, que valorizam os cozinheiros locais, os artesanatos e iguarias inspiradas na produção agrícola regional.

Apesar da intensa intervenção da prática de extração minerária enraizada na gênese do município e tenta se impor como único meio de manutenção e estabilização econômica, Brumadinho possui inúmeras outras riquezas, um bem imaterial incalculável, que poderia ofertar novos caminhos para a geração de renda sustentável, respeitosa e valorosa à sua cultura, à sua história e seu povo. Muitas vezes, isso é invisibilizado pelas contrapartidas ofertadas pelas grandes mineradoras, a fim de manter a governança e a população alienada à sua exploração. Essa questão é abordada mais profundamente no tópico "A mineração e a exploração: o que se esconde atrás da névoa que encobre nossas serras?".

2.2 A mineração e a exploração: contextualização histórica da mineração Vale S. A. e sua inserção em Brumadinho

Todas estradas que atravessam
São caminhos pro progresso.
(Andrade, 2004)

A fim de compreendermos o nascimento da mineradora Vale e sua inserção no município de Brumadinho, precisamos retomar um momento importante para o Brasil em relação à colocação e ao reconhecimento no mercado internacional, devidos às suas riquezas

minerais. Por meio do Congresso de Estocolmo, que culminou na corrida pelo ferro, diversas empresas estrangeiras realizaram investimentos nas terras brasileiras, especialmente em locais onde se localizavam as tão cobiçadas jazidas de minério de ferro.

Conforme a pesquisa histórica realizada por Maria Cecília Minayo (2004), dentre os diversos grupos que se instalaram na região de Minas Gerais — considerado um dos polos mais promissores para a mineração no país —, o *British Itabira Limited*, formado por investidores ingleses, marcou a história da mineradora Vale, fazendo parte de sua gênese. O grupo se fixou na cidade de Itabira, fundando, em 1911, a empresa *Itabira Iron One Company*. Apesar do grande potencial das terras adquiridas, somadas às ações de controle da Estrada de Ferro Vitória-Minas, a exploração e a extração do minério da região não foram concretizadas pela empresa, por diversos motivos. Dentre eles, o contexto mineiro de questionamentos das normas de extração brasileira, que eram consideradas muito liberais para os estrangeiros. Além disso, estavam os conflitos no contexto internacional, os resquícios do período posterior à Primeira Guerra, uma atípica estratégia empresarial de retenção de seus bens frente ao mercado acirrado para garantir o monopólio mineral.

Em relação à indústria extrativista, observa-se que o contexto mundial em diversos aspectos provocou uma evidente e efetiva influência. A Segunda Guerra, com suas articulações políticas, manejos e posicionamentos entre os países, como uma de suas consequências para o Brasil, trouxe o investimento expressivo na mina de minério de ferro do município de Itabira. Aguiar (2022) explica que o fato aconteceu mediante as articulações anteriores à guerra, quando o país, governado por Getúlio Vargas, buscava a melhor posição em meio ao estado de tensão vivenciado no conflito belicista que se estabelecia entre os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e os Aliados (Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos). No entanto, como resultado das pressões dos Estados Unidos com ofertas de interesse econômico, o Brasil cedeu à Aliança contra o Eixo.

Como produto desse movimento, foi assinado o Acordo de Washington, em 1942, no qual os americanos e os ingleses expressaram os nítidos interesses em obter matéria-prima brasileira para a indústria bélica. Assim, estabeleceu-se a devolução, por parte da Inglaterra, das jazidas da cidade de Itabira, associada aos investimentos dos Estados Unidos, que tinha a intenção de criar uma empresa de exploração do minério de ferro, e a reforma da Estrada de Ferro. A parceria tinha como foco o fornecimento de todo o minério de ferro produzido aos países do acordo durante 3 anos. Nesse contexto, é criada a empresa estatal Companhia Vale

do Rio Doce (CVRD), concomitante ao processo de criação da também estatal Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A articulação e a dependência da empresa brasileira ao mercado internacional são expressa nos números expostos por Thiago Aguiar:

> A CVRD foi criada para fornecer minério de ferro ao mercado internacional. Entre 1942 e 1961, a empresa exportou 98% de todo o minério que extraiu; já entre 1967 e 1997, em média, ao menos 80% do minério de ferro extraído pela Vale foi destinado aos mercados internacionais (Aguiar, 2022, p. 75).

O fato oportunizou a abertura de um mercado industrial no Brasil com diversas multinacionais, ao longo dos anos. Ainda, segundo Aguiar (2022), com o passar da guerra, a tradição de forte exportação da CVRD se manteve com novos parceiros, como a Alemanha Ocidental e o Japão, os primeiros compradores do minério de ferro na década 1960. A lógica da alta produtividade para atender ao mercado externo, em detrimento da qualidade de vida dos trabalhadores, desponta nesse momento na Companhia, cuja posição era ambígua: uma estatal de veia empresarial. Como meio de incentivo e submissão dos trabalhadores ao ritmo excessivo, os discursos da ditadura brasileira se atrelaram aos ideais da mineração, atribuindo ao trabalho dos mineiros o aspecto de uma missão patriótica, cujo fim era produzir reservas para findar a dívida externa do Brasil.

Na gestão da CVRD, um dos primeiros indícios de práticas neoliberais é o desvio do Estado de sua função de guarda, de cuidado do povo e dos seus bens naturais, para a priorização da economia de forma radical, além da implícita estratégia de gestão que utiliza discursos ideológicos extremistas como meio de controlar e alienar as atividades laborais. Essa prática não se restringiu apenas à referida empresa, mas às minerações na totalidade. Essas ideologias se baseavam no patriotismo, na força do masculino e no machismo, na meritocracia e na produtividade capitalista, utilizadas para a exploração do trabalho ininterruptamente sem questionamentos. Como exemplo, na história da cidade de Brumadinho, há trechos que relatam a presença de Oficiais do Exército Brasileiro dentro das minerações existentes à época, realizando discursos de incentivo à produtividade a qualquer custo para os funcionários.

> Explicaram estarem ali para conhecer e falar a eles sobre a importância da mineração para o governo brasileiro e o papel do Brasil na Segunda Guerra Mundial e enfatizar que a mineração não podia parar de jeito nenhum e que se esforçassem para o bom andamento das atividades minerárias, inclusive que os motoristas usassem de sua criatividade para que o gasogênio utilizado nos caminhões para transporte do minério

> de ferro não falhasse, e com isso paralisasse as atividades de embarque do minério de ferro para as siderúrgicas (Oliveira, 2022, p. 155).

Com a aceleração da produção e da exportação da indústria extrativista, às custas da citada criatividade dos trabalhadores para superar a escassez provocada pela guerra, e por meio do interesse em melhorar a situação econômica do país, surge um novo e importante projeto de exploração mineral na floresta Amazônica: o Projeto Ferro Carajás. Como conta o jornalista André Vieira (2022), a pesquisa mineral da região passou por períodos instáveis, com o início da maior dedicação no ciclo da borracha, no fim do século XIX. Já no século XX, houve o desbravamento da região de Rondônia, Amazonas e Centro-Oeste, o que contribuiu para os primeiros levantamentos geológicos realizados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Entre meados de 1955 e 1962, surgiu o Projeto Araguaia, que possibilitou uma maior exploração das rochas da Amazônia, e abriu as portas para o projeto Carajás.

Para a Companhia Vale do Rio Doce, o novo empreendimento foi de fundamental importância para a manutenção da sobrevivência, pois ao ser inaugurada estimava-se o funcionamento por apenas 50 anos. Segundo Vieira (2020) e Aguiar (2022), a descoberta da jazida de Carajás ocorreu em 1967, pela Companhia Meridional de Mineração S. A. (CMM), que era financiada pela siderúrgica internacional *US Steel*. No entanto, a concessão de exploração foi dada após a associação dessa companhia à CVRD, que detinha maior parte de participação na sociedade. Essa junção originou a empresa conjunta Amazônia Mineração, em 1970, transformando a CVRD em uma gigante mundial, a segunda maior mineração do mundo. "A empresa soube o que e como fazer. Teve tecnologia e engenhosidade para extrair o metal no meio da floresta do Pará, embarcá-lo de forma lucrativa no Maranhão, a quase 900 quilômetros de distância" (Vieira, 2020, p. 19).

Como aponta Minayo (2004), a década de 1970 ficou marcada pelo acelerado desenvolvimento e consolidação da CVRD, devido ao aumento da exploração do minério de ferro, a ampliação do mercado de trabalho, a articulação e o investimento na ideologia estatizante militar que compunha o governo, nomeada "Brasil Gigante". Como o desenvolvimento do projeto Carajás, em 1977, a companhia estatal comprou a parte da sociedade que era posse da CMM e, em 1985, deu início à construção da Estrada de Ferro Carajás, que liga a região central da Amazônia a São Luiz (MA). Em 1980, a mineradora já era considerada a maior produtora de minério de ferro do mundo. A participação do mercado internacional, desde a fundação até a viabilização do crescimento por meio da exportação, é

uma característica marcante na história da Companhia Vale do Rio Doce, como destaca Aguiar (2022).

Até o início dos anos 1980, o progresso da CRVD se deu por meio da administração do Estado, o que se pautava em algumas características específicas, como uma "certa burocracia profissional meritocrática" (Aguiar, 2022, p. 79), tipicamente atravessada por questões de cunho político, como nomeações de cargos executivos e relações de clientelistas. Isso mantinha tradições elitizadas que dificultavam as articulações da mineradora com o setor privado. O estado empresário aponta para uma desvalorização da técnica e do gerenciamento clássico em seus cargos de gestão, aliando a profissionais que, segundo Minayo (2004), posicionam-se como "os próprios donos do capital — representantes do Estado capitalista" (p. 27). Como consequência, obtiveram uma maioria de trabalhadores meramente destinada à execução da atividade laboral, alienada pelo discurso governamental, o que a autora compara à lógica da extração da mais-valia de caráter estatal.

Ainda sobre a relação da Companhia com os funcionários, é necessário destacar as observações de Minayo (204) sobre a postura paternalista caracterizada pela influência do viés social, advinda das questões governamentais que passam a engendrar a mineração. Como exemplo, citamos a preservação do quadro de funcionários, mesmo diante de períodos de baixa produção e lucratividade, com uma evitação de dispensas perante as cobranças da sociedade. Há também a tentativa de absorver um número maior de trabalhadores, além do necessário, como resultado da pressão social. É também parte do discurso dos colaboradores o fato de que uma empresa estatal com fim social "não pode agir como qualquer outra que vise apenas o lucro" (Minayo, 2004, p. 28). Esses aspectos são apontados como os principais pontos de alteração mediante o processo de privatização que estava por vir.

Os anos compreendidos na década de 1980 demonstram os primeiros sinais que levariam à grande mudança administrativa da empresa. Como cenário, o país trazia o fim da ditadura militar em 1985, o que provavelmente justifica a perda de influência e manipulação da mão de obra operária, por meio da ideologia nacional-desenvolvimentista, pois já se destacavam os ideais capitalistas empresariais. Com a gestão presidencial de Fernando Collor, o primeiro eleito pós-período ditatorial, no início dos anos 1990, indícios da influência de uma cultura neoliberal ficou mais evidente na condução da CVRD.

Inspirada pelo capitalismo enquanto modelo econômico que geria as relações de trabalho em outros países, e por meio da implantação do Plano Collor, a CVRD iniciou a

implantação de novas medidas de gestão. Minayo (2004) destaca como as principais: i) a redução do emprego com os planos de demissão voluntária, associada à reorganização da mão de obra; ii) terceirização de setores; iii) inserção de mulheres na produção, que era dominada por homens; e iv) meios mais elaborados de alienar e envolver os trabalhadores aos objetivos da empresa, enfraquecendo consequentemente os sindicatos. Essa reestruturação tinha a intenção de "aumentar a solidez e a competitividade da empresa, uma vez que cada vez mais seus tentáculos se expandem país afora e pelo mundo, mais ampliados e diversificados" (Minayo, 2004, p. 231).

Nesse momento, fica mais evidente a posição do Estado empresário, como referido por Aguiar (2022), em que a ideologia nacional desenvolvimentista orienta as práticas administrativas, apontando uma postura de gestão paternalista e autoritária com base em punições econômicas, intimidações e demissões diante da resistência dos trabalhadores. As intervenções e a tentativa de controle da força operária reivindicativa ocorriam até mesmo pela manipulação dos sindicatos, pois muitos foram criados pela própria empresa, que nomeava para as posições de gestão pessoas de sua confiança.

Além disso, mantinham uma posição assistencialista frente às contestações trabalhistas, ofertando como benefícios colônia de férias e clubes, como meio de diminuição das tensões e das queixas, sem realmente concretizar mudanças. Assim, concordamos com Aguiar (2022) que a interferência da empresa no âmbito sindical e nas organizações coletivas teve como objetivo provocar divisões, pulverizações para melhor conquistar e se impor, o que, segundo as pesquisas de Minayo (2004), prevaleceu até mesmo após a privatização.

Em 1995, a governança do país passa a ser Fernando Henrique Cardoso, que traz como marca a tendência às privatizações das empresas brasileiras, com base no discurso predominante da época de que as empresas privadas possuíam uma melhor administração. Desse modo, com o governo ainda influenciado pelas organizações internacionais empresariais e bancárias de vertentes impositoras e neoliberais, a CVRD é privatizada em 1997, e administrada por um grupo de empresas lideradas por Benjamim Steinbruch (Aguiar, 2022). Como conta Vieira (2020), o novo líder da mineradora também adquiriu anteriormente a siderúrgica CNS, que mantinha prioritariamente as atividades em parceria com a produção da Companhia Vale do Rio Doce. Assim, o poder econômico ampliado incomodou o governo federal, que, em meio a uma articulação empresarial com bancos privados e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), providenciou uma operação complexa de

troca de ações com a CNS, resultando na saída de Benjamim Steinbruch da presidência da companhia, e na nomeação de Roger Agnelli, em 2001.

A partir de 2001, por meio da gestão de Agnelli, a empresa passou por um *boom* de crescimento e, em cerca de 2 anos, destacou-se como "a maior empresa privada da América Latina", pulando "do quarto para o segundo lugar entre as maiores mineradoras do mundo" (Vieira, 2020, p. 30), em 2005, com ações que valorizaram e subiram 1.583%. Esses números provocaram questionamentos em relação ao valor com o qual a empresa foi leiloada pelo Estado, como aponta a reportagem de Konchinski (2022), "de forma expressivamente desvalorizada". O jornalista destaca que, na época da privatização, a CVRD valia R$ 12,5 bilhões, incluindo os valores das ações, sendo vendida por R$ 3,3 bilhões. A incongruência dos valores ficou mais evidenciada quando a empresa assumiu a nova identidade, "Vale", um nome com forte valor subjetivo, um significante expressivo.

Segundo a pesquisa de Minayo (2004), os altos números do crescimento da Vale S.A. se deram às custas de mudanças tecnológicas, de performances mais qualificadas e, principalmente, de uma pressão no ritmo de trabalho, agora muito maior, na visão dos operários. Podemos elencar as seguintes mudanças pós-privatização: i) gerenciamento dos trabalhadores e a não garantia do trabalho diante das retrações do mercado, com o aumento das demissões; ii) terceirização de mão de obra; iii) contínua super exploração da força de trabalho; iv) diversas formas de incentivo e engajamento no trabalho não eram mais embasadas em ideologia, mas voltadas para recompensas financeiras coletivas ou individuais; iv) metas diariamente estabelecidas e controladas; v) constante ameaça de perda do emprego por meio do discurso do mercado de trabalho excessivamente inflado, e com poucas demandas.

Destaca-se, ainda, o aumento da submissão e o assujeitamento dos trabalhadores mantido pelo medo do desemprego que, com a diminuição da presença e força sindical, satisfazem-se apenas com os direitos previstos na CLT. Como parte dos processos de mudança advindos da privatização e da gestão de sucesso, segundo parâmetros econômicos de Roger Agnelli, na história da Vale surge a cidade de Brumadinho. Desde 1960, a CVRD fazia parcerias e articulações com diversas outras empresas mineradoras, pois parte de seus negócios era a logística de escoamento e transporte do minério de ferro, através da malha ferroviária e da posse de terminais marítimos que possibilitavam o acesso ao mercado internacional.

Nesse cenário, enquadrava-se a Ferteco Mineração S.A., uma empresa brasileira com sede no Rio de Janeiro, mas que compunha e era controlada por um dos grupos siderúrgicos de

maior destaque na Europa, o ThyssenKrupp Stahl AG (TKS). Em sua fundação, tinha como objetivo a produção de carvão e minério de ferro, no qual se especializou ao longo dos anos (Vale, 2012). Consoante a pesquisa de Valdir de Castro (2022), desde 1930, as novas diretrizes político-econômicas do governo brasileiro favoreciam a abertura do país para as empresas estrangeiras voltadas para economia extrativista, e a Ferteco, na época administrada por um grupo alemão, instalou-se no município de Brumadinho, na região do Córrego do Feijão.

Em 2001, diante da estabilização das novas diretrizes da CVRD e seu crescimento no mercado, a empresa passou a realizar novos investimentos e aquisições de empreendimentos minerários. Assim, em 27 de abril de 2001, a companhia finalizou as negociações com a TKS e adquiriu 100% do capital da Ferteco Mineração S.A., que operava a mina de minério de ferro, em Brumadinho, além de uma segunda mina, nomeada Fábrica, também em Minas Gerais. Na época, a Ferteco ocupava o terceiro lugar entre as maiores empresas produtoras de minério no Brasil, com capacidade de produção de 15 milhões de toneladas por ano, com reservas lavráveis avaliadas em 263 milhões de toneladas de hematita e itabirito.

Além dessas minas, também tinham posse de uma planta de pelotização, com produção anual de 4 milhões de toneladas, e participação em empresas de logística para o transporte do minério. Em suma, foi um excelente negócio para a CVRD e, mediante a aquisição conjunta de outras minerações, lançou-se ao mercado internacional com maiores condições de competição, em pé de igualdade com seus maiores concorrentes na venda de minério de ferro no exterior.

Em 2001, Brumadinho possuía 27.503 habitantes, e tinha como principal fonte de rendimentos o setor de extrativismo mineral, com participação de 69,9% no valor adicionado fiscal do município (Fundação João Pinheiro, 2001). Os territórios com estruturas relacionadas à mineração foram ocupados de forma mais contundente desde o nascimento da cidade, e em Córrego do Feijão não foi diferente. A região onde a empresa Ferteco havia se instalado atraiu muitos operários que fixaram moradia próximos ao local, levando à formação de uma vila — a Vila Ferteco —, cuja estrutura composta por alojamentos, escola, armazéns, restaurantes, campo de futebol, entre outros, foi toda financiada pela empresa.

As famílias tiveram toda a sua rotina enviesada pelo contexto da empresa, tornando-as dependentes em diversos aspectos, além do âmbito do trabalho. Essa realidade foi alterada com a chegada da Companhia Vale do Rio Doce, e os alojamentos foram desfeitos. Contudo, a prática de submissão e vinculação das pessoas à mineração, por meio da oferta de estruturas compensatórias, tomou uma nova proporção, e ampliou-se para todo o município.

Como uma das primeiras “benfeitorias” ao adquirir a mina Feijão, a CVRD construiu sua área administrativa, escritórios, posto médico, auditório, refeitório, toda área operacional e de vivência dos trabalhadores, logo abaixo da principal barragem de rejeitos de minérios, a B1, uma das mais antigas da mina que, em todo seu complexo, possuía 7 barragens (Quintão & Dias, 2021). Essa escolha fatidicamente resultou na intensificação de uma das maiores tragédias trabalhistas do Brasil, pois grande parte dos funcionários da mineração ocupavam o espaço de convivência e administração no momento do rompimento da barragem B1.

A investigação realizada pela CPI da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (Quintão & Dias, 2021) aponta que, desde 1984, a B1 já apresentava problemas no nível de segurança. A estrutura era formada por sistema de alteamento a montante, um dos métodos mais simples e de menor custo, porém associado a grande parte dos casos de rompimento, ao nível mundial. Ou seja, a lógica de beneficiamento destinada aos trabalhadores e à população por parte das grandes mineradoras tem a ideia de compensação, pois há grandes riscos e perdas que podem ser ocasionados por suas atividades, que violam paulatinamente os âmbitos laborais, sociais e ambientais. No capítulo intitulado “Mineração, conflito e poder”, Valdir Oliveira (2022) cita como parte da história de Brumadinho a relação com as mineradoras, incluindo a Vale, apontada como a maior empresa do ramo no município. Curiosamente, algumas ações de cooperação firmadas com a gestão municipal são nomeadas como contrapartida pela alta produção, o processo exploratório e a lucratividade da empresa.

Ações como a pavimentação parcial de trechos, drenagem pluvial, revitalização de praças públicas, projeto de contraturno escolar com centro esportivo e educacional, na maioria, competem às políticas públicas locais e são irrisórias, mediante a amplitude das consequências das atividades extrativistas no território. Parte das consequências da inserção da mineração no município são indicadas por Oliveira (2022), ao citar os pontos de conflito entre as diferentes comunidades e moradores de Brumadinho, em função da degradação ambiental ocasionada pela prática de extrativismo mineral: a mudança do estilo de vida dos territórios, a compra de terras e propriedades, a modificação da paisagem local e o assoreamento dos recursos hídricos.

A pesquisadora brumadinense Raquel Wildhagen, que realizou um estudo sobre as práticas de responsabilidade social empresarial, concluiu em sua dissertação que os investimentos em projetos culturais e sociais das mineradoras nos municípios explorados “estão desconectados das demandas da comunidade. Eles acontecem aonde “os olhos” da maioria possam enxergá-los” (Wildhagen, 2015, p. 134). A autora ressalta, ainda, que os problemas

principais dos municípios — como contaminação da água, acessos em condições ruins, ameaça aos modos de vida e cultura local reforçada pela inserção de empreendimentos sem consulta à população — permanecem ocorrendo.

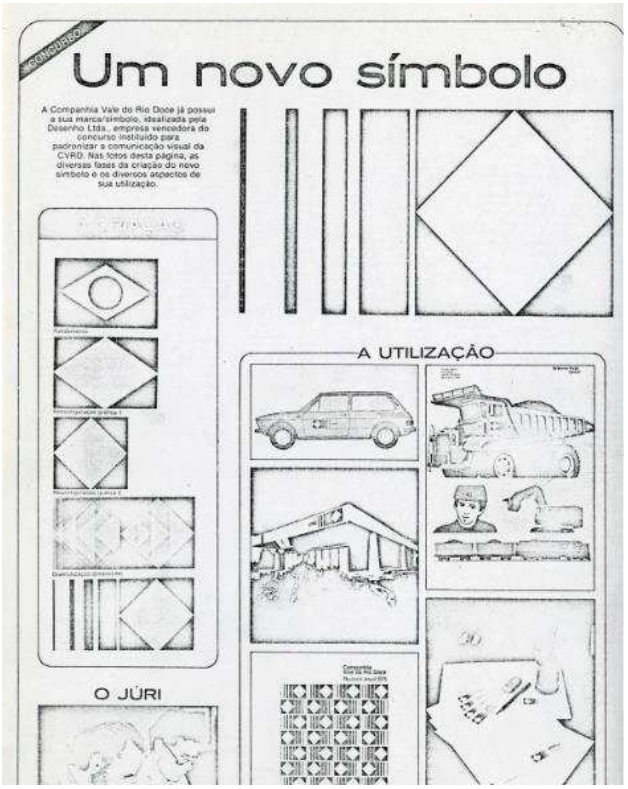
Wildhagen (2015) entrevista um dos munícipes residentes da região do Córrego do Feijão, que relata o processo de transição entre a mineradora Ferteco e a Vale, descrevendo as práticas dessa última da seguinte maneira: “ela veio com uma sede que ela não pode perder tempo ... Veio com aquela força toda de destruição... No capitalismo o negócio é o lucro. Nós temos que acabar aqui para pegar lá” (Wildhagen, 2015, p. 88). Nesse mesmo sentido, Quintão e Dias (2021) apontam que, após a incorporação da mineração Ferteco, a até então Companhia Vale do Rio Doce expandiu fortemente os negócios no campo internacional.

Assim, apesar da sede ser no Rio de Janeiro, as ações passaram a ser negociadas na cidade de São Paulo, em Nova York e em Madrid. Segundo relatos da própria mineradora, a ascensão ao nível global e a diversificação de seu portfólio de produtos levaram ao lançamento da nova identidade visual da empresa, em 2007, utilizando o nome comercial Vale, formalizado legalmente em 2009. O nome pode ser associado à palavra “valor”, que, mediante a ampla possibilidade de construção de sentidos, indica uma forte contradição do discurso da empresa perante o acontecimento trágico brumadinense. “Com nosso novo nome, Vale S.A., nós continuamos a reforçar nosso comprometimento com a geração de valor, enquanto mantemos nosso foco na sustentabilidade e respeito à vida” (Vale, 2009, p. 1).

Ao longo das pesquisas realizadas, é perceptível que a mudança da logomarca da empresa do período estatal para o período de privatização articula-se com as mudanças ideológicas. Ainda como Companhia Vale do Rio Doce, a logomarca produzida em um concurso de 1970 (Figura 2) era inspirada nas bandeiras do Brasil e de Minas Gerais, o que vai ao encontro dos ideais patriotas, de uma gestão alinhavada com as demandas do projeto político vigente em sua posição mais paternalista. Já a logomarca criada em 2007 tem como imagem a letra “V”, relativa às palavras “vale”, “valor”, “vitória” (Figura 3) e que compõem um discurso mais capitalista e empresarial em busca permanente e infinita de riquezas essenciais.

Figura 2

Espaço memória: um novo símbolo



Nota: Recuperado de https://www.vale.com/pt/espaco-memoria

Figura 3

Espaço memória

Nota: Recuperado de: https://www.vale.com/pt/espaco-memoria

Em meio aos estudos e às discussões para a construção desta pesquisa, juntamente com Guilherme Rocha (comunicação pessoal, 03 de novembro de 2023)[6], compreende-se que a

[6] Comentário proferido por Guilherme Massara Rocha, em comunicação pessoal, Belo Horizonte, 03 nov. 2023.

alteração do símbolo da empresa indica uma desconfiguração do ideal patriótico, mesmo já sendo degradado, e uma operação marcada pela incidência do discurso capitalista. Uma manipulação significante com a palavra "vale", em que o referente-natureza (Vale do Rio Doce) é substituído pelo referente-valor. O concreto e o vivencial é derrubado pelo abstrato, o valor como promessa de gozo e do progresso. O rio que desaparece/ "morre", na troca de nomes, o que pode ser relido *a posteriori* como uma tragédia antecipada.

As expressões do caráter neoliberal e depredatório, especialmente suas maléficas consequências, são apontadas de forma mais evidente a partir de 2015, quando ocorreu o maior desastre socioambiental do país no setor de mineração, até então Segundo informações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no dia 05 de novembro, por meio do rompimento da barragem de rejeitos de minérios de Fundão, da mineradora Samarco, controlada pela Vale e pela BHP Billiton, 45 milhões de metros cúbicos desse material foram lançados ao meio ambiente. O desastre foi responsável pela perda de 19 vidas, pela destruição do subdistrito de Bento Gonçalves, pela contaminação e destroços levados por meio das águas do rio até o litoral do Espírito Santo, com consequências socioambientais inestimáveis. (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis [Ibama], 2020)

Conforme as investigações e levantamentos realizados pela CPI da ALMG (Quintão & Dias, 2021), mesmo com os prejuízos econômicos sofridos pela Vale devido ao rompimento da barragem, a empresa se manteve no posto de maior mineradora do Brasil, e continuou a pagar dividendos aos investidores, indicando a controversa relação da empresa com as comunidades — essas que, diante de uma tragédia de tão grande porte, permanecem há anos buscando se reestabelecer e se reorganizar. A empresa, com a ampliada rede de produtos, regiões de atuação e investidores, em curto espaço de tempo, pôde se restabelecer e superar as perdas obtidas.

Nesse cenário, a Vale seguiu continuamente o projeto de crescimento econômico. Em 2016, a empresa inaugurou o Complexo S11D Eliezer Batista, considerado "o maior projeto de mineração de sua história e da indústria da mineração" (Vale, 2012), localizado nos estados do Pará e do Maranhão. O novo projeto também beneficiou as operações das minas localizadas em Minas Gerais, em função da extração da mistura de minérios, articulada às demandas do exterior (Vale inaugura S11D, 2016).

Dentre os benefícios endereçados a Minas Gerais e os rendimentos advindos do estado em 2018, somente a Mina Córrego do Feijão produziu 8,5 milhões de toneladas de minério de

ferro, o que correspondia a 2% de toda produção da empresa. Para a concretização desse número, a Vale S.A. possuía mais de 600 funcionários no local que mantinha o funcionamento ininterrupto da mina por meio de trocas de turno (Quintão & Dias, 2021). Consoante o Relatório Administrativo de 2018, o lucro líquido da empresa foi de R$ 25,7 bilhões, R$ 8,0 bilhões acima de 2017. Esse crescimento advém da somatória dos diversos produtos comercializados, como minerais ferrosos, metais básicos e carvão. Os investimentos totais em 2018 foram de US$ 3,784 bilhões, sendo apenas 241 milhões destinados à gestão de barragens de rejeitos de minério, com uma projeção de aumento de US$ 7,9 bilhões, conforme o *Earnings Before Interest* (EBITDA) de 2023 (Vale, 2019).

A grandiosidade da empresa se expressa nos dados apresentados em sua página, pois a organização atua em cinco estados brasileiros (Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Rio de Janeiro e Maranhão), além de sete países (Brasil, Canadá, China, Reino Unido, Indonésia, Malásia e Omã), nos ramos de mineração, logística e energia. Em seu quadro total de empregados, entre próprios e terceirizados, possui aproximadamente 215 mil pessoas, a maioria do gênero masculino. Esse número deriva de um expressivo crescimento entre 2018 e 2019, mediante o trágico rompimento da barragem de rejeitos de Brumadinho e suas demandas por obras de reparação.

Surpreendentemente, o acontecimento trágico impactou praticamente nada os números de crescimento da mineradora, conforme apresentado por Quintão e Dias (2022): “em pouco mais de três anos entre os rompimentos de Mariana e Brumadinho, o valor de mercado da empresa mais que quadruplicou: passou de R$ 61 bilhões para R$ 263 bilhões” (p. 23). No entanto, marcou fortemente o destino de uma cidade e toda sua população, tema que do tópico a seguir.

2.2.1 Uma velada exploração: O que se esconde atrás da névoa que encobre nossas serras?

Juntamente com o filósofo francês Dany-Robert Dufour, este tópico articula a relação das grandes minerações com as cidades mineiras onde estão instaladas, utilizando como referência para este estudo a mineração Vale S/A e o município de Brumadinho. Como base teórica e meio de comparação do conceito de perversão, são usamos as obras do referido autor: *O Divino Mercado, a Revolução Cultural Liberal (2008)*, em específico o capítulo 8; A relação com a lei: *Violarás as leis sem serem apanhado!,* e o livro *A cidade perversa, liberalismo e pornografia (2013)*.

A fim de compreender a relação da mineradora Vale com a população brumadinense, a partir do olhar como pesquisadora/analista e das observações *in loco*, este tópico se constrói. Para isso, utilizam-se como referência e amparo as construções teóricas dos seguintes autores: Dany-Robert Dufour (2008, 2013) e Horácio Aráoz (2022), além de demais textos complementares.

Iniciamos este texto, em pleno exercício da proposta etnográfica, recordando a infância na cidade rodeada por imensas serras. Essa grandiosidade remete ao belo cenário paisagístico que encanta moradores e visitantes, porém, ao mesmo tempo, retrata a vastidão estimada em sua riqueza advinda dos minerais que sustentam e compõem suas cadeias montanhosas. Uma paradoxal beleza ameaçada de destruição pelo potencial de enriquecimento. Naquela época, um dos meus grandes *hobbies* era observar a exuberante imagem das serras que, por vezes, e até presentemente, me fazia duvidar se era natureza viva ou uma tela pintada. Assim, com a imaginação infantil, tentava reproduzir a admiração por meio dos desenhos da paisagem que estava todos os dias, na janela do meu quarto, às vezes encoberta pela densa neblina que com a chegada da tarde se dissipava.

Com o passar dos anos e o avanço da maturidade, a prática de observação tomou aspectos mais críticos e questionamentos surgiram junto aos sustos, quando de repente a rotina caseira era interrompida por instantes, pelos tremores da janela acompanhados por um estrondoso barulho de explosão. Isso deixava marcas nas paredes das casas da região, com pequenas rachaduras. Logo, a paisagem encantadora era encoberta por uma nuvem de poeira, avistada de longe e percebemos paulatinamente a transformação do tapete verde que cobria os picos em crateras avermelhadas.

De tempos em tempos, novos buracos; às vezes uma vegetação diferente destoava do tom original advinda das práticas de reflorestamento, uma tentativa de reparar o que não retorna ao estado anterior. Essa transformação não se dava apenas no contexto paisagístico, mas em torno de toda a cidade, uma intervenção apaziguada pelo viés da normalidade para grande parte da população, mas com potentes consequências.

O que o branco de inverno, substituído pela rubra névoa de poeira atemporal, encobria eram grandes estruturas e maquinários que desmantelavam o ecossistema local, interferindo nos territórios e no cotidiano dos munícipes. O amparo econômico ofertado pela mineração à cidade traduzia uma sistematizada lógica de sedução e submissão comunitária e governamental, produzindo assujeitamento e dependência. Juntamente com Dufour (2008), é possível observar

como as lógicas de intervenções capitalistas e ultraliberais, advindas de grandes organizações empresariais e financeiras, colocam-se diante dos territórios onde empreendem.

> . . . tendem a invadir o espaço social de maneira mais ou menos visível, conforme as zonas urbanas e regiões do mundo. Podem até assumir o controle de toda uma série de atividades reputadas ilícitas, mas com lucro alto: "Tudo no negócio"... e passar por cima das leis (Dufour, 2008, p. 214).

Essas atividades são implicitamente executadas em meio à população que, inebriada pelo grande *marketing* e aporte social ofertado pelas empresas, submete-se a violações. O cientista político Horácio Aráoz (2022) aponta, em seus estudos sobre o extrativismo na América, que, durante o processo de desenvolvimento da indústria da mineração, a violência, antes direcionada para os corpos em meio às atividades braçais de exploração, transveste-se em tecnologias onde passa a ser empregada sobre os territórios como forma de disposição dos corpos. O autor descreve as múltiplas violações advindas das empresas do ramo que se estendem e se repetem em todo um continente e vão ao encontro das questões atravessadas pelos brumadinenses.

> É que destruir as fontes de água; explodir montes inteiros; executar o deslocamento forçado de populações; subtrair e transferir os meios de vida que as comunidades historicamente construíram com base em complexas e intensas interações com os territórios; perseguir, reprimir e criminalizar os que se opõem a suas explorações; instalar rádios e semear publicações especializadas para difundir as bondades da mineração e para educar para a sustentabilidade; proibir plebiscitos ante o iminente risco de que o não saia vencedor; ganhar eleições opondo-se às explorações mineiras para em seguida governar em nome das empresas... Não seriam múltiplas e brutais formas de violência? (Aráoz, 2022, p. 202).

Nesse sentido, é perceptível a influência das características neoliberais imbuídas na governança das regiões e territórios mineradores, onde essas violências permanecem ocorrendo de forma naturalizada e não há um posicionamento efetivo de impedir ou questioná-las. Segundo as investigações de Eduardo Gudynas (2009), o extrativismo latino possui forte apoio dos governos, principalmente os de base progressista e esquerda, muitas vezes por meio de reformas das normas e legislações ambientais, até mesmo com subsídios financeiros.

Mesmo diante de discussões sobre uma limitada contribuição para um contundente desenvolvimento nacional, segundo o autor, há uma insistente aposta dos governos em

reconhecer as indústrias extrativistas como principais responsáveis pelo crescimento econômico das regiões. Esse posicionamento desconsidera que, a longo prazo, os múltiplos e diversificados impactos gerados pela atividade extrativista demandam e oneram a máquina pública, além de provocar perdas irreparáveis em relação aos bens imateriais.

Sobre as consequências da inserção da mineração no território brumadinense, podemos destacar dados, ao acessarmos o informativo da Fiocruz (Brumadinho, Projeto Saúde, 2022), que aponta os primeiros resultados dos estudos sobre as condições de vida e saúde da população pós-tragédia, mas utiliza como parâmetro dados anteriores ao acontecimento. Com base em diagnósticos médicos e a percepção dos pesquisados, os quadros respiratórios se destacam como doenças crônicas típicas das comunidades, em específico nos adolescentes, antes de 2019. Os números indicam um expressivo aumento da incidência de asma ou bronquite asmática nos residentes das regiões próximas às minerações, como Córrego do Feijão e Parque da Cachoeira, chegando à estimativa de 23% do público.

De acordo com Csavina et al. (2012), nas cidades que possuem como nicho econômico as minerações, a qualidade do ar é impactada negativamente, devido a partículas e aerossóis advindos do processo de extração, produção, beneficiamento, transporte e formação dos rejeitos de minério de ferro. Os autores consideram que as minas a céu aberto proporcionam um maior risco potencial para a saúde humana. Dentro desse cenário, estudos realizados na região do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, do qual Brumadinho faz parte, reafirmam a pesquisa de Csavina et al. (2012), indicando que as alterações antrópicas na paisagem e no sistema ecológico da região ocasionaram um impacto negativo na saúde respiratória. Logo, essa questão pode ser considerada um padrão nos municípios mineiros que possuem mineração de ferro.

Assim, Ferreira (2020) ressalta "a necessidade da adoção de ações mitigadoras para a redução dos materiais particulados oriundos desses empreendimentos, objetivando reduzir o impacto na saúde de crianças e adolescentes por doenças respiratórias" (p. 37). Tais ações são ausentes em Brumadinho, pois inúmeros vagões de trem cortam a cidade, carregados de minério que pulverizam diversas partículas no ar.

Ainda no âmbito dos impactos da mineração ao nível ambiental e territorial, ao retomar a memória do nosso trabalho como Psicóloga Social da rede pública, no período anterior à tragédia crime, é inesquecível o incômodo e o impacto, ao ver a cor da água ofertada aos moradores da região de Tejuco, com aspecto turvo, da cor do minério, a única disponível para uso doméstico e consumo dos moradores. Essa questão foi tema de diversas manifestações

sociais, com questionamentos da poluição ambiental, ocasionada pela mineração, violação expressa na frequente sujidade pelo minério de ferro das ruas do povoado, devido ao frequente tráfego de caminhões, poluição sonora, desproteção de nascentes.

Por meio de uma organização do povoado e outros prejudicados, como Parque da Cachoeira e Córrego do Barro, tais queixas foram levadas até a Câmara de Vereadores, em novembro de 2018, que acionou as minerações responsáveis (Mineral do Brasil e Mineradora Tejucana) em audiência pública. No entanto, como resultado imediato, o Estado lavrou apenas multas financeiras (Câmara Municipal de Brumadinho, 2018). Essa ação não foi suficiente para gerar alertas e reais movimentos de mudanças na lógica da atuação das minerações na região.

Diante das observações *in loco*, era perceptível que as ações e as manifestações aconteciam isoladamente, sem apoio da grande população. Pontualmente se restringiam a reclamações entre os próprios moradores, algumas manifestações nas redes sociais de pequena escala e poucas movimentações da gestão pública. Expressivas mudanças no cotidiano do município ocorriam, logo eram incorporados à condição de normalidade e compunham o cotidiano, mediante a reação e ações executadas.

Exemplo disso foi quando vagões de trem tombaram no ponto central da cidade, derramando imensa quantidade de minério pela rua e colocando em risco a população; ou quando uma área comercial tradicional e pertencente à história da cidade precisou ser removida e implantada em novo espaço para obras de ampliação da malha ferroviária destinada às atividades minerárias, o que demandou replanejamento, readequação ou até mesmo findando os meios de sustento e os projetos de alguns comerciantes. Considerando esse último, em escuta a um antigo comerciante, o fato foi relatado “Ele era ativo, ajudava […], trabalhava muito. Foram muitos anos dedicados, depois que tivemos de mudar, não era igual, acabou, fomos indenizados, mas… ele ficou assim”, referindo-se a um quadro de desmotivação e aumento de uso de etílicos, após o fechamento de um comércio familiar. As questões apontadas vão ao encontro do seguinte questionamento:

> Cada um e todos esses fatos não produziriam um dano imemorial e irreparável nos territórios, nos sujeitos, nas comunidades, nas instituições de direito? Quais seriam, na realidade, as remediações que a mineração pode oferecer a esses danos? Que eficácia restitutiva teriam, diante deles, os planos de fechamento de minas e as compensações? (Aráoz, 2022, p. 202).

Frente à ausência de ações coletivas nos questionamentos dessas pequenas violações, é possível retomar como questão o fato apontado no tópico anterior, em que a tendência de causar divisões e conflito entre os grupos, enfraquecendo a coletividade, torna-se elemento estratégico de gestão das minerações. Por intermédio do aporte financeiro, as minerações se colocam como beneficiadoras de uma parte da população dos espaços onde se instalam, pois demandam diversos serviços terceirizados para manutenção e viabilidade. Além disso, por meio das estratégias de *marketing*, enredam seus colaboradores e parte da população em um conjunto de significantes potentes. Desse modo, tentam transmitir status de valor e reconhecimento, em que vestir um uniforme ou viver em uma cidade mineradora pode se tornar sinônimo de orgulho e ostentação.

Em uma rápida pesquisa no site da empresa Vale, destacam-se alguns jargões e expressões que exemplificam o empenho da empresa em causar impacto e intervenção subjetiva nos leitores. Há expressões que buscam demarcar poder, colocando como essencial à vida dos sujeitos de maneira amplificada, além de tentar pregar uma ideologia ambientalista que contrapõe as violações descritas anteriormente, envolvendo de forma explicita a sociedade como parte de si e de seus objetivos. Fragmentos de textos são citados a seguir, para exemplificar, e apresentam grifos nossos que destacam termos pretensiosos que surtiam expressivo efeito na vivência brumadinense e principalmente de seus trabalhadores.

Na página nomeada "Quem somos", a empresa se define das seguintes formas: "**Existimos para melhorar a vida** e transformar o futuro. **Juntos.**"; "Acreditamos que a mineração **é essencial para o desenvolvimento do mundo** e só servimos à sociedade ao gerar prosperidade para todos e cuidar do planeta" (Vale, 2023). Já no espaço onde descreve o que faz, aponta: "A mineração **está mais perto do que você pensa**"; "Em nossas decisões de negócios, **priorizamos a segurança das pessoas e do meio ambiente, agindo com respeito, cuidado e integridade**." (Vale, 2023). Sobre suas metas futuras, descreve: "Apostamos em um futuro melhor e, por isso, **trabalhamos para mudar a vida das pessoas**"; "Usamos a nossa **capacidade agregadora para transformar vidas**" (Vale, 2023); Já o espaço destinado aos recursos humanos, indica em seu título o apelativo de incorporar seus ideais empresariais às vivências singulares e pessoais, associando "o ser" de seus colaboradores ao "**ser Vale**": "**Nossa gente**", "O jeito de ser Vale", "Orgulho de ser Vale"; "Nada disso seria possível sem o desenvolvimento de talentos e **o sentimento de pertencimento existente em cada uma das pessoas** . . ." (Vale, 2023).

Por meio da teoria psicanalítica e juntamente com Calligaris (2022), ao pensar a relação de grupo, é possível compreender a adesão de uma comunidade aos ideais empresariais, de forma massiva, como a retomada de uma posição de gozo infantil. A subserviência a um outro que lhe impõe formas de ser e modos de comportamentos por meio de manuais de instrução sociais e corporativos; juntamente com a "garantia" do pertencimento a esse Outro potente que promove e oferta em troca a segurança, colocando-se como provedor próspero, é um grande chamariz que leva facilmente à renúncia dos próprios desejos e à não implicação da responsabilidade que envolve as consequências de seus atos.

Pertencer ao corpo da empresa, pertencer à "Vale mãe", como nomeada por muitos, tem um papel fundamental na subjetividade de uma coletividade, como ressalta o autor: "É verdade, o triunfo narcísico deve tomar a forma de um sentimento de se servir a uma causa, de ser útil e pertencer a um corpo: o corpo social toma o lugar do corpo da mãe, é o seu simulacro" (Calligaris, 2022, p. 442). De encontro com a teoria lacaniana, expressa no *Seminário 4*, a mãe possui a referência de ser "primordialmente toda-poderosa" (Lacan, 1957, p. 189), uma vez que "todos os objetos fantasísticos primitivos se encontrem reunidos no imenso continente do corpo materno" (p. 189).

Por meio da alienação a esse Outro, total e pleno, o sujeito é tomado como falo, sendo objetificado em relação a suas posições e ações. Por sua vez, o sujeito constitui seu valor simbólico por meio da relação com a grande mãe e, mesmo diante do reconhecimento do próprio corpo em sua reflexão especular, no estádio do espelho, ainda há refletido em si a onipotência materna. Nesse sentido, é possível associar a relação da intitulada "Vale mãe" com os municípios minério-dependentes, seus trabalhadores e comunidades, sendo justamente na posição de instituição total que a empresa se coloca, sem faltas ou limites, acolhendo todas as idealizações advindo do outro e mantendo-as no campo da fantasia. Assim, propicia a alienação e a manipulação dos sujeitos e cidades objetos, introjetando neles seus ideais e suas metas que passam a ser compreendidos como partes do próprio eu.

O grande desejo em fazer parte da empresa Vale cotidianamente compunha os ideais dos moradores da cidade, ludibriados pelos discursos da empresa e pela oferta de diversos benefícios que, de certa forma, sobrepunha as desvantagens e todos os impactos que o trabalho em minerações acarreta aos colaboradores e à cidade. Especificamente em Brumadinho, camuflavam o risco e a exposição vivenciada diariamente por todos os moradores.

Ao analisar o cotidiano da cidade e nos dispormos as escutas, notamos que o orgulho em vestir o uniforme da empresa era tão intenso, que os colaboradores circulavam com a vestimenta pela cidade, para demais afazeres não laborais, como compras no supermercado, passeios, idas a espaços de lazer, como reafirmado a mim por um familiar: “Ela não tirava aquele uniforme para nada! Se pudesse só vestia aquilo”. Eram vistos pela comunidade como pessoas bem-sucedidas, e frases como “Meu filho agora está bem, trabalha na Vale”; “Ele está com a vida garantida, entrou pra Vale” eram comuns. Grandes festas anuais para os trabalhadores paravam a cidade, em torno da forte concorrência em conseguir um convite de acompanhante, mas com o passar do tempo foram deixando de existir. Participações de lucro eram esperadas pelos comerciantes locais, devido ao movimento comercial aumentado. Enfim, diversas expressões demonstravam a forte e importante representação da empresa para os munícipes.

O discurso, o cenário, entre tantas outras questões se contrapunham, por exemplo, às constantes ausências dos profissionais em seu meio social, devido à rotina de trabalho baseada em trocas de turnos constantes. Sobre o trabalho nas minerações em seu modo de organização em turnos e os impactos ao trabalhador, Frida Fischer, em texto publicado na *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho* (2018), compreende as longas jornadas em horários diversos um relevante estressor de cunho biológico e social. Como consequência, a autora aponta a exclusão parcial de eventos familiares e sociais, uma vida voltada e organizada em função das escalas de trabalho, com dificuldade de conciliar horário de trabalho com demandas pessoais. Além de questões clínicas, como fadiga crônica, sonolência excessiva, perturbação do ritmo biológico, distúrbios do sono e tendência a doenças crônico-degenerativa.

Ainda na perspectiva dos impactos das atividades de apoio à extração de minerais (exceto petróleo e gás natural) na vida dos trabalhadores, considerando os dados de 2018 do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, Minas Gerais apresentou 3.457 acidentes de trabalho notificados no setor. Desse número, a maioria das lesões foram por meio de contusão e esmagamento, 29%; seguido por fraturas, 26%; e luxação, 12%, entre outras. Essas foram ocasionadas, por ordem de prevalência, por: máquinas e equipamentos, quedas do mesmo nível e agentes químicos, entre outros.

Entre as três principais ocupações profissionais que mais se acidentaram, estão Alimentador de linha de produção, Mecânico de manutenção de equipamento de mineração e Mineiro, ou seja, funções diretamente relacionadas à linha de frente da produção que, em seu

aumento de demanda, sem a priorização dos cuidados relacionados à segurança do trabalho, possivelmente impacta nos números apresentados. No mesmo período, Brumadinho que tinha as atividades de mineração no segundo lugar dos setores empregadores, ocupou o 11º lugar no *ranking* de município com maiores notificações de acidentes de trabalho, totalizando 256 casos a cada 10 mil trabalhadores.

Diante dos dados apresentados, é necessário considerar a amplitude das consequências de um acidente de trabalho ao trabalhador e aos demais colegas de setor, na contramão do caráter de naturalidade que, muitas vezes, associa-se ao acontecimento. Destaca-se que esse tipo de acidente reflete não apenas no corpo e aspectos biológicos do trabalhador, por meio das lesões e adoecimentos, mas principalmente no campo psíquico e subjetivo, sendo considerado propulsor de traumas, temores e adoecimentos psicológicos, como os transtornos pós-traumáticos, questão apontada no livro Doenças Relacionadas ao Trabalho (Ministério da Saúde do Brasil, 2001).

Diante da pesquisa etnográfica, contatamos que as perdas e as consequências, em grande parte eram amortecidas pelo uso do humor, como em piadas sobre a ausência dos trabalhadores na relação familiar ou o uso estereotipado da imagem do funcionário que passa a ser denominado "peão de firma". Um personagem que sempre recebia características pejorativas, preconceituosas, em posição de servidão excessiva, soava como uma forma de denúncia das vivências diárias, por meio do cômico. O tom de brincadeira era utilizado até mesmo para lidar com os riscos que envolviam o trabalho que, ao vir à consciência, precisavam de anteparo humorístico para ser expresso. Falas como "se um dia aquela barragem estourar... hum... tenho que pensar na minha herança (risos)" ou "se precisarmos andar assim (de modo organizado na área de salvamento, durante um treinamento), morre todo mundo (risos)" eram pronunciadas por profissionais da mineração que não diziam sobre uma previsão do que estava por vir, mas um discurso que escapava e ia de encontro com a realidade, mesmo que por instantes.

Por intermédio das construções teóricas freudianas, é possível compreender que o uso dos chistes, ou seja, as piadas que envolvem a própria pessoa que a narra em fatos comumente trágicos indicam que o conteúdo apresenta um caráter tão agressivo e crítico, que se torna muito difícil de ser dialetizado (Freud, 2017). Desse modo, só poderia ser relatado, por meio dos desvios e recursos humorísticos, um humor que mascara o trágico e, de certa forma, mantém a posição de evitação da lida, com a frustração das idealizações que estão em jogo nas relações trabalhistas.

Por meio dos discursos dos trabalhadores e munícipes, era possível reconhecer que a lógica da performance retratada na valorização a nível pessoal, empresarial e social do trabalho duro e árduo, ou, das vantagens econômicas de ser um município minerador de produção elevada, velavam e serviam de justificativa aos impactos ambientais, os males ocasionados aos territórios e aos sujeitos. Seria como se o lucro e o eu inflado dos significantes valorosos da empresa, como fim, justificassem os meios.

Ao pensar sobre a figura do burocrata, Calligaris (2022) leva a compreender que a tentativa de adesão aos dogmas e aos objetivos corporativistas e capitalistas vai de encontro à demanda explícita dos sujeitos em apaziguar as queixas relacionadas a lidar com a falta inaugural à sua condição subjetiva. O autor pontua que as queixas de ausência de sentido, da desarmonia na relação social ou da sensação de não completude, constantemente escutadas nos espaços clínicos e no cotidiano, "claramente mostra nosso pesar por não pertencer a um corpo do qual gostaríamos de ser o que nunca fomos: um órgão" (Calligaris, 2022, p. 443).

Ainda na perspectiva de pensar o que justificaria a submissão às violências e a manutenção do vínculo laboral, recorremos às construções do psicanalista Norton da Rosa Jr., ao discorrer sobre os imperativos de gozo presentes nas relações de trabalho. O autor compreende a imposição de metas e a adesão dos trabalhadores a elas, como uma expressão da busca pelo gozo absoluto, típica do contemporâneo. De modo estratégico e em comum com o modelo econômico neoliberal, aponta que "O imperativo da meta busca localizar a divisão do sujeito ($), vendendo a ilusão de removê-la, desmentindo assim a cisão constituinte do falante entre saber e verdade" (Rosa Jr., 2020, p. 37).

Nesse mesmo sentido ilusório, é possível comparar a imagem empresarial construída em torno da mineradora em questão, carregada de idealizações a uma miragem, que passa a compor o ideal de eu dos sujeitos. A ilusão se encontra no fato de acreditarem que, ao se apropriarem de metas, modos de regramento e imposições, incorporando-as aos seus desejos, os sujeitos e, de modo amplo, o município receberia em contrapartida o brio e os dividendos. Isso é nomeado por Calligaris (2022) como uma arapuca em que o resultado leva a uma servidão que revela de forma infalível que o gozo é do outro, uma mineração que explora, lucra e mortifica sujeitos, comunidades, territórios, políticas e, por fim, vidas. O tópico seguinte aborda essa questão e o acontecimento trágico do rompimento da barragem de rejeitos de minérios de Brumadinho.

3 O ACONTECIMENTO: DA VIOLÊNCIA VELADA À CIDADE ENLAMEADA

Após a contextualização histórica de Brumadinho e sua relação com as minerações, o presente capítulo traz uma narrativa crítica e teórica sobre o acontecimento trágico que assolou a cidade. Para isso, apresenta aspectos que antecederam o rompimento da barragem de rejeitos de minério, em articulação à leitura da perversidade das grandes empresas, de acordo com os apontamentos do filósofo Dany-Robert Dufour (2008, 2013). Então, seguiremos para o relato de experiência do trabalho realizado no dia 25 de janeiro de 2019 e a expressão da tragédia na cidade; finalizando o capítulo com as consequências do acontecimento e o pós-trágico.

3.1 Um enredo perverso que leva ao trágico

Neste momento, é necessário apontar minimamente o conceito de gozo, que foi trabalhado de forma vasta na teoria psicanalítica. No entanto, realizamos um recorte específico temática, a fim de auxiliar na elucidação da mortífera e trágica relação, com base na submissão e no apagamento dos sujeitos inseridos em um território minerador. Ao contextualizar as transformações do conceito de gozo na história, Elizabeth Roudinesco e Michel Plon (1998) contam que o termo surgiu no século XV, designado como "a ação de fazer uso de um bem com a finalidade de retirar dele as satisfações que ele supostamente proporcionava" e ao revestir-se do contexto jurídico a palavra adquiri a denotação do "direito de gozar de um bem pertencente a terceiros" (p. 299). Em exercício da psicanálise, o termo se relaciona a princípio com as teorias da sexualidade freudiana, e ao longo do desenvolvimento passa a refletir a ideia de "transgressão da lei: desafio, submissão ou escárnio" (p. 299), por meio da demanda criada em torno da eliminação da castração e a necessidade de encontro com o objeto perdido, que promoveria o prazer sem barra.

Segundo Lacan (1962/1963), aponta para as características do perverso a busca irrefreada pela satisfação que indica um movimento de defesa da Lei que recai sobre os sujeitos inseridos no processo civilizatório. É aquele que, por meio da sua excessiva vontade de gozo, lança-se em uma posição narcísica, em que o laço social passa a ser constituído de maneira fragilizada, com base na visão do outro como objeto de gozo. Assim, para constituir essa relação objetal, é imprescindível usar a encenação e a teatralização nas relações, como mecanismos para manter velada a recusa à castração.

Ao dizer dos aspectos do discurso perverso pela teoria lacaniana, Rudger (2005) indica que as bases se pautam pelo enorme trabalho de enredar o outro na cena, por meio de sedução, controle, imposição, dentre outros. Uma encenação onde o perverso ocupa o lugar de um diretor exigente: "O discurso perverso é comprometido com a busca incessante de colocar os coadjuvantes nos papéis requeridos e, portanto, é afeito ao modo imperativo e à sedução como maneiras alternativas de submeter os outros" (p. 40).

O recorte apresentado sobre o gozo e a perversão remete ao modo e às estratégias que uma mineradora utiliza para a inserção em um espaço social. Desde as fases iniciais de um empreendimento desse porte, é possível observar que, por meio de valores exorbitantes, os bens naturais, culturais e imateriais de um território, são entregues à exploração. Pode-se dizer de um direito de gozar adquirido por um processo sem grande participação e consulta pública, o que ocorre mediante concessões ambientais contraditórias à lógica da proteção da terra e aos povos residentes. A inserção abrupta oferta inúmeras consequências não suscetíveis às reparações, produzindo a mortificação do espaço vivo e cheio de significantes históricos e subjetivos construídos por laços territoriais.

A lucratividade e os altos números alavancados mediante o processo de predatório pouco são efetivamente revertidos para a região explorada. Por meio da pesquisa *in loco*, escutam-se colocações da comunidade que indicam uma intensa invasão do espaço territorial, "A água da torneira está vermelha, da cor do minério"; "Nossas ruas vivem cheias de caminhões, está tudo sujo de minério, não podemos abrir as janelas, é muita poeira de minério", dizem moradores de uma comunidade que possui ao arredor diversas empresas de mineração. Uma tragédia que se inicia, por meio da imposição de novas formas de um saber viver em meio ao atravessamento das prescrições capitalistas e pela entrega às estratégias de sedução que velam e invisibilizam as consequentes violações.

Ao localizar o capitalismo dentro do período pós-moderno, no início do século XX, é notório um processo de mudança do capitalismo industrial para o capitalismo de consumo. O filósofo Dany-Robert Dufour (2013) aponta que nesse processo de transição, há novas modulações e imposições de formas de gozo que surgem como estratégias de gestão econômica. Com a aposta na classe de proletariados como promissores consumidores, há a democratização do gozo. Com a queda das grandes referências e narrativas, típicas do período moderno, os sujeitos passam a investir a energia libidinal aos bens de consumo. Essa é uma alienação ao consumo sem limite, acessível à grande parcela da população, com a oferta de frequentes

“objetos de identificação e realização fantasmática múltiplas” (p. 214), enfatizados pela forte estratégia de marketing.

De acordo com as articulações filosóficas e psicanalíticas de Dufour (2013), a multiplicidade de ofertas de formas de gozo, por meio de objetos de consumo, provoca efeitos subjetivos, desconstruindo a ideia de gozo alicerçada apenas na dimensão sexual, alienando à possibilidade de gozar, por meio da posse e da dominação insaciável, sem limites. Como marca do contemporâneo, a exposição do gozo excessivo da sociedade, sem os antigos critérios de pudor, leva o autor a caracterizar como obsceno, pois é exibido ao outro de forma escancarada às minucias de algo ligado ao sinistro e à indignação, ou seja, o que aponta para o rompimento da dignidade e da valorização da vida humana.

Como exemplo do resultado desse processo de transformação dos modos de gozo, em meio às políticas econômicas que regem nosso tempo, é possível destacar as disputas entre as grandes empresas, principalmente do ramo minerário, em alcançar cada vez mais a dominação de novos espaços, territórios, países. Podem ser descritas como obscenas e pornográficas as violações por elas escancaradas à sociedade e ao mundo, por meio de práticas citadas por Dufour (2013) que vão de encontro às vivências brumadinenses, como: o enriquecimento exorbitante por meio de objetivos estritamente financeiros dos seus grandes líderes, como meio de subordinação e não questionamento de suas práticas; o enriquecimento dos grupos econômicos por meio de abusos de bens sociais; deterioração do meio ambiente; a violação dos direitos trabalhistas, dos movimentos sindicais e principalmente da segurança, entre tantos outros. Logo, “estamos diante de uma total ausência de limites para a liberação das paixões e pulsões de posse e dominação, em outras palavras, da avidez” (Dufour, 2013, p. 18).

Como ápice das consequências do movimento descrito, chegamos às inúmeras mortes provocadas pelas minerações que, no estado de Minas Gerais, não foram limitadas e impedidas de recorrência. Uma extensão do trágico que eclode no dia 05 de novembro 2015, data do desastre em Mariana /MG, e se repete sem nenhum pudor, reconhecimento de culpa e execução da justiça, em 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho/MG. Dois momentos, duas cidades separadas por 146 km, mas com histórias muito parecidas, que compartilham o mesmo cenário e podem ser resumidas em aspectos que demonstram o cume das práticas neoliberais e da necropolítica, como indica os jornalistas Lucas Ragazzi e Murilo Rocha (2019) “Os dois eventos têm muito em comum: mortes em larga escala, destruição ambiental, omissão do poder

público, ambição, lucro e negligência do setor privado. Há também personagens, empresas, desculpas e práticas criminosas repetidas nos dois desastres" (p. 45).

Diante dos excessos impunes, o trágico se irrompe novamente, de modo a escancarar algo do real velado, expondo e denunciando o resultado devastador da lógica capitalista radical. A cena do rompimento da barragem de Brumadinho foi registrada por câmeras de segurança da empresa, e circula o mundo, por meio dos veículos de mídia, o momento quando a barragem B1, que possuía a altura de 86m e 720m de comprimento, colapsou, derramando 10,5 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério "uma mistura de areia, água e outros minérios 'pobres', chamados assim por causa da baixa concentração de ferro" (Ragazzi & Rocha, 2019, p. 264). Resíduos de pouco valor tomam a cena do enredo trágico já traçado e revelam a desvalorização da empresa quanto à vida daqueles que a mantinham por meio de seu trabalho.

De acordo com os registros da jornalista Daniela Arbex (2022), no Mapa de Inundação feito pela Vale, um documento que o governo brasileiro exige das empresas mineradores de grande porte, que analisou o risco de rompimento da barragem 9 meses antes, foi detectado o tamanho da tragédia que estava por vir. Consta no mapa que, mediante o colapso da barragem, seria atingida e soterrada toda a parte administrativa, o que incluía o posto médico, o laboratório, os escritórios, as oficinas e mais o Centro de Material Descartados (CMD). No documento, também foi previsto o tempo de chegada da lama às edificações que seria menor que 1 minuto, eliminando qualquer possibilidade de autossalvamento e fuga, além de destacarem que, em caso do rompimento da barragem, haveria mais de 200 mortes. Esses dados foram ao encontro da realidade e, mesmo em sua antecedente previsão, não foi suficiente para mobilizar uma ação de prevenção e cuidado com quem estava em iminente perigo.

Conforme reportagem realizada pela Correio Braziliense (2020), relatórios de investigação da Polícia Federal afirmam que a empresa Vale tinha ciência do risco de rompimento da barragem 20 vezes maior do que o limite tolerado, realizando cálculos e estimativas para justificar a manutenção de seu funcionamento de quatro décadas, com base em incertezas e riscos. O funcionamento era autorizado inclusive pelo estado de Minas Gerais e seus órgãos ambientais, segundo os levantamentos realizados por Arbex (2022). Em 2018, a empresa obteve, junto à Câmara de Atividades Minerárias do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais, uma licença prévia para continuar as operações na mina Feijão em Brumadinho por mais uma década. Assim, fica exposta mais uma das características que compõem a política neoliberal que atravessa nosso país.

> Tragédias como a da mina do Córrego do Feijão, narrada aqui, evidenciam de forma colateral outra contradição crescente no discurso político brasileiro: o pleito por um Estado mínimo antes mesmo de se ter um Estado capaz de cumprir suas obrigações básicas (Ragazzi & Rocha, 2019, p. 54).

Esses fatos permitem correlacionar o movimento perverso da recusa da castração e da negação da Lei civilizatória. Mesmo com ciência de sua existência, o perverso busca contestá-la, nesse caso a lei constitucional do direito à vida, realizando a manipulação do risco e da morte. Isso leva ao fim 272 vidas que tiveram seus corpos minerados, fragmentados e não localizados em totalidade, pois a densa lama, a longa extensão do perímetro atingido e a grande quantidade de destroços dificultaram o trabalho de resgate dos seguimentos corpóreos.

Até o momento da escrita deste texto, somente 269 vítimas diretas foram identificadas e muitos dos que foram velados em rituais atípicos foram sepultados a totalidade corporal. Tais questões fazem com que famílias vaguem entre o limbo da perda não comprovada, do velório sem corpo, de um ciclo de luto indeterminado, por buscarem, como Antígona (Sófocles, 1990), formas de honrar a morte e simbolizar a perda de seus entes. Ao retomarmos Dufour (2013), observa-se mais uma expressão de perversidade: corpos lançados e expostos ao chão da empresa, diante dos olhos de quem sabia dos riscos no terreno das grandes riquezas minerais.

> O que interessa ao perverso é ir olhar exatamente ali onde é proibido. Ele quer ver para saber o que não se pode saber. E o que é proibido ver? Aquilo que normalmente não se mostra. Vale dizer, duas coisas. Em primeiro lugar, os cadáveres, que devem ser sepultados. Quando os corpos tombam, os homens, em geral, querem que eles tombem na tumba e não ao lado dele — é o que sabe desde sempre o teatro, pois é precisamente este problema que Antígona procura resolver a propósito de seu irmão morto, Polinices... (Dufuor, 2013, p. 360).

O perverso, aquele que não está inserido na lei superegoica, na castração, não lida com a culpa, com a dívida com o Outro, questão evidente nas ações das grandes empresas minerárias, por meio da lógica exploratória e de depredação ambiental, social e de vidas. O filósofo francês supracitado aponta o comportamento dos grandes grupos financeiros de indiferença às calamidades ocasionadas, em nome da governança corporativa, do lucro e da rentabilidade. Tal questão culmina na ausência de remorso pelas perdas ocasionadas, agindo novamente por intermédio de dispositivos capitalistas para resolver as questões e as reinvindicações em torno de suas ações. Como bem elucidado pelo autor: "...se alguns infelizes retardatários subsistissem

entre eles, atormentados por alguns escrúpulos, bastaria que avaliassem o preço a ser pago pelo apagamento do remorso" (Dufour, 2008, p. 213).

Pelo capital, tais grupos realizam a tentativa de subverter a posição de réu à de provedor, o que se depende, oferta algo atrativo e não pode se desvincular, o grande Outro. Esse movimento foi evidenciado diante da tragédia ocorrida no município de Brumadinho, onde prontamente a mineradora Vale S/A iniciou pagamentos emergenciais à população, indenizações individuais com importantes valores, exorbitantes acordos estaduais, além de outros proventos. Essas ações ultrapassavam o sentido da garantia de direitos e reparação, atingindo algo do excesso, deixando atordoado, em êxtase e gozo pelo qual a desvinculação é evitada, por levar ao encontro com o vazio, o pior e o luto, questões muito necessárias para o questionamento dessa lógica perversa. Esses meios de manutenção da dependência de uma comunidade, de um município, de um estado garantem a perpetuação das violações e a crescente dos lucros de mercado.

No emaranhado das convenções ultraliberais, a cidade apresenta também aspectos do funcionamento perverso, onde ato e afeto se desligam, funcionando em paralelos, em que as respostas pulsionais prevalecem sobre o simbólico, como conceitua Dufour (2013). Evita-se falar do que, de fato, a pólis e seus integrantes estão submetidos, dialetizar os afetos relacionados à perda, ir de encontro com a tragicidade que culminou em rompimentos. Porém, exprimem-se em ato pulsional as violações que ainda persistem por sintomas corpóreos que arremetem a eminência da morte, por meio das drásticas mudanças no funcionamento da cidade e sua cultura que passa a ser cercada por atos violentos, além da busca incessante de reparações financeiras e concretas de algo irreparável.

Diante de inúmeras reflexões possíveis através de conceitos e pensamentos de Dany-Robert Dufour (2013) sobre a perversão de nosso tempo, comparando com as relações econômicas entre as minerações e as cidades mineiras, é necessário refletir quais as saídas podem ser delineadas. Como não se trata de uma perversão do campo patológico e estrutural, mas de uma resposta ao modo de enlaçamento social pós-moderno no qual a lei que limita e resguarda, contém, ampara e faz borda, não se faz presente, e a castração não é operada aos moldes tradicionais. Talvez reste legitimar o que assegura a possibilidade de ser sujeito, que é a falta, acolher os atos e viabilizar a interlocução com a palavra, fazer questionamentos e proporcionar dúvidas ao mestre capitalista perverso, denunciando por meio da produção científica o que se esconde por trás da lama, das indenizações, do excesso.

3.2 A lama impregna a cidade: um relato do desenrolar da tragédia e suas reverberações na pólis

Como ter dimensão do que se tratava o romper de uma barragem de rejeitos de minério em uma cidade onde grande parte dos moradores não tinham dimensão dos efeitos maléficos que uma mineração já proporcionava desde a instalação? Como simbolizar, traduzir em palavras as primeiras cenas divulgadas nas mídias onde a terra se deprime e decai sobre vidas? Onde o verde alterado que destoa da vegetação original das montanhas, como resultado da intervenção da indústria da extração, demonstra vulnerabilidade e insustentabilidade, causando por meio da queda um literário vão na paisagem? Como expressar em palavras e discurso acadêmico o que somente os olhos testemunharam, uma imagem que não se conecta a muitas palavras e as poucas que lhe cabem não são capazes de demonstrar a potência dessa vivência?

É silenciador olhar subitamente para o quintal de uma casa em Córrego do Feijão e ver a imensidão marrom, com uma substância densa e pesada, mas que por sua grande quantidade fazia ondas como o mar, não enxergar o que antes trazia a referência de lugar, território, a comunidade de um bairro. Não há nada além da cena jamais vista, e a angústia de saber que, debaixo de tudo, havia vidas, histórias e sujeitos que, por meio de uma lista pregada nas paredes da Associação Comunitária da pracinha central do bairro, tinham como declarado oficialmente o seu fim.

E assim inicia-se a nossa chegada ao local da tragédia, após quatro dias do ocorrido, em uma terça-feira, no dia 29 de janeiro de 2019, juntamente com a primeira equipe de saúde da região central da cidade que conseguiu atravessar e criar um caminho alternativo, composto por diversas idas e vindas entre pontos interditados, burocracias e impedimentos da mineradora. Locais de riscos não poderiam ser atravessados, pontes instáveis e uma organização que contava com diversos tipos de transportes. Em uma intensa desconfiguração de referências da região, antes muito conhecida pelos trabalhadores do Sistema Único de Saúde, circulava constantemente em toda região rural de Brumadinho.

Por diversos momentos, ao longo da estrada, não sabia mais onde estava, tamanha era a mudança no contexto territorial, entre caminhos escolhidos pelos motoristas muitas vezes éramos surpreendidos pela lama que fazia alterar o percurso e descobrir novos atalhos. A equipe precisou deixar em suspenso seus afetos por um momento e superar medos, sendo apoiados uns pelos outros: receios de novos rompimentos, contaminação, atravessar “a ponte que balança” sobre um riacho que estava com aumento de volume, devido ao assoreamento do rio, dos

helicópteros que voavam bem perto da execução dos resgastes, medo de serem tomados e paralisados pelos afetos, ao lembrar dos vínculos que estavam abaixo da lama. No entanto, guiados por uma frase que muito fez marca nas primeiras discussões realizadas em rede para articular as ações: “Estamos aqui”.

As primeiras cenas do território demonstravam de forma concreta e real o que teorizamos sobre o trágico e o traumático: um caminho que nos conduz, por meio de pequenas imagens funestas e fúnebres ao ápice da cena principal permeada pelo mortífero e a devastação; um espaço alterado repentinamente, invadido por diversos estímulos de caráter bélico, antes jamais vistos e sem representação simbólica para aqueles sujeitos que viviam o ritmo interiorano e simplista. Um pequeno núcleo do território manteve-se a salvo e afortunadamente seus principais dispositivos de referência estavam preservados: o posto de saúde da região, a pequena sede da associação, a igreja e o cemitério. Esses locais possuem grande simbolismo, como os cuidados básicos à população – a saúde, a representação da força comunitária, o espaço de fortalecimento da crença e da fé, o que ficava curiosamente do local que representa uns dos grandes dilemas dos sujeitos: a morte.

É perceptível logo no primeiro momento de chegada à Córrego do Feijão a tentativa de controle e manipulação da situação por parte da mineradora que se apossou do dispositivo central e mais representava a comunidade. Diversos técnicos e profissionais da Vale estavam dentro da associação comunitária, literalmente acuados e cercados pela população que precisou ocupar o espaço externo, uma pracinha, e demonstrava toda a revolta, exigindo informações por meio de uma única janela aberta.

Diante da cena, aproximei da associação, apresentei-me para a população como uma profissional da rede municipal e logo fui acionada por aqueles profissionais que, aflitos, também desinformados e demonstrando despreparo. diziam não saber o que fazer com a angústia do povo. É perceptível que apesar da dificuldade da rede pública de saúde e demais setores acessarem o local, diversos técnicos com vínculo com a mineradora rapidamente chegaram ao local, mas sem conhecimento da região, da cultura local, dos modos de organização do território, sem experiência na área de saúde mental: profissionais do setor de recursos humanos realocados, empresas terceirizadas de atendimento psicológico com diversos recém formados que tentavam sem sucesso um contato com a população que em bom som expressava: “não queremos ser atendidos pelos criminosos”.

Assim eram reféns de um grupo que não transmitia segurança, confiança para informações fundamentais e derradeiras, como: “Meu parente estava lá? Ele está entre os sobreviventes?”; E informações mínimas, como: “Aonde posso acessar água mineral, já que a minha água pode estar contaminada? Aonde posso pegar um marmitex para comer? Tem cesta básica?”, “Me ajudar a discar o número de telefone para buscar atendimento psicológico para minha esposa que está em outra cidade esperando informações do meu filho e não está bem”; “Meu parente era da terceirizada, onde ligo para ter informações dele”.

Ao andar pela praça era abordada: “Você é psicóloga? Conversa com meu amigo, a esposa dele está desaparecida, ele precisa de ajuda!”. Porém, ao me aproximar, via que o sujeito, como diversos outros, naquele momento não estava acessível à palavra, eram rostos extasiados pelo momento inicial do trágico, com afetos também suspensos, olhares parados e perdidos, e um discurso com repetição de palavras que expressam a necessidade de informações sobre o ente querido e em alguns momentos se explodia em revoltas. Assim, cabia intervenção não técnica, compreendendo que a dimensão dos nomeados “primeiros socorros psíquicos” passava pela compreensão ampla do acontecimento e nesse primeiro momento a sua dimensão social, amparando aqueles sujeitos com informações. Logo, fornecemos auxílio no estabelecimento de contatos, água e alimento que estavam em posse dos profissionais da empresa, fazendo ponte para aquelas pessoas acessarem os serviços municipais que tinham servidores locais que não representavam a nomeada “criminosa”.

Em parceria com a unidade básica de saúde local, principalmente por intermédio do Agente Comunitário de Saúde, fui direcionada a algumas residências onde havia a manifestação do desejo de falar. Nas varandas, mesas de cozinhas e quintais, testemunhei o discurso da revolta dos sobreviventes, o sentimento de culpa e enredos marcados pela falsa fantasia de ter perdido a possibilidade de driblar a morte: “E seu não tivesse levado o currículo dela... tinha começado a trabalhar há pouco tempo”; “Eu saí para o almoço um pouco mais cedo . . . ela disse que ia descansar mais um pouco . . . eu ouvi o barulho e tentei avisar”; “Eu não queria que ele fosse aquele dia trabalhar”. Tais relatos detalhados do acontecido, como se houvesse a necessidade de justificar o motivo de estar vivo.

Diante da negação da morte, fortalecida pela ausência de informações concretas da localização de corpos e a dificuldade de levantar os dados das pessoas socorridas, criou-se na cidade um discurso fantasioso coletivo de que muitos atingidos poderiam ter corrido da lama e se refugiado nas matas. Houve falas como: “E se ele tiver batido a cabeça e não souber mais

informações, ficando perdido na mata?"; "E se estiver no meio do mato, precisando de ajuda?"; "Meu filho deve estar lá, ele ia correr, é esperto". Tal movimento levou à utilização de forças militares aos principais acessos das regiões, para impedir que essas pessoas se colocassem em risco. Diversos funcionários da Vale, familiares e amigos se disporam ao voluntariado nas buscas, sendo alguns admitidos nessa função, por de fato terem conhecimento sobre o local e um preparo para essas situações.

Sobre as casas simples da região de Córrego do Feijão, diversos helicópteros sobrevoaram e muitas vezes destelharam as residências com telhados frágeis. No entanto, essa situação não era extremamente questionada, pois era a esperança de localizar as vítimas. Uma multidão de pessoas ficava nas telas que cercavam o gramado em frente à igreja local, onde os helicópteros utilizavam como pouso, esperando alguma informação de vida ou morte. Todos, inclusive eu e os demais profissionais, ficavam observando se na base dos helicópteros, ainda no céu, continha uma caixa retangular que significava a localização de algum corpo, a literal representação de uma urna.

Junto com os profissionais da atenção básica de saúde, tentávamos resguardar minimamente os cuidados da saúde física daquelas pessoas, levando para aferição de dados, orientando e garantindo a medicação principalmente dos que possuíam quadros crônicos, como hipertensão, diabetes, entre outros. Até mesmo, organizamos modos de disponibilizar medicações psiquiátricas aos que já faziam uso e estavam isolados, em função da lama que impedia o acesso aos dispositivos da rede. Os territórios das zonas quentes – Córrego do Feijão, Parque da Cachoeira e Casa Branca – tinham particularidades, mas todas eram marcadas por intensidade e carga emocional muito grandes. Essa realidade levou à organização de revezamento de profissionais em escalas e rodízios, a fim de haver períodos de distanciamento e descansos.

Em 2019, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) era o principal dispositivo de saúde mental da cidade. A instituição representada por parte da equipe técnica, com quem não sofreu perdas diretas de familiares, disponibilizou-se aos cuidados da população, junto aos demais setores da rede de políticas públicas, do qual eu fazia parte há 7 anos. Como proposta de intervenção, apostamos no fortalecimento da cultura e das instituições locais já existentes nos territórios, dispositivos com conhecimentos e vínculos fundamentais para o desenvolvimento dos cuidados da população fragilizada. Desse modo, priorizou-se o trabalho intersetorial e multiprofissional, colocando à disposição para o fortalecimento das Unidades Básicas de Saúde

os serviços especializados do CAPS, o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), o Núcleo de Práticas Integrativas e Complementares (NUPIC), o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e demais parceiros somaram forças e auxiliaram nas construções de práticas de cuidados alinhadas com a cultura local.

Os profissionais se dividiram em diversos pontos de apoio, com plantões psicológicos, a princípio na sede da cidade, devido à impossibilidade de acesso às áreas mais atingidas e posteriormente nas zonas quentes. Realizaram escutas espontâneas, não impositivas, respeitando o conceito de orientações psicanalíticas sobre o luto, que se considera como uma reação à perda de algo ou alguém querido, não sendo uma patologia, uma situação que demanda tempo, maior recolhimento e introjeção do sujeito, experiência de um processo e fases específicas para culminar na elaboração, mas "sem propósito e prejudicial perturbá-lo" (Freud, 2016, p. 100).

Sem intervenções mirabolantes, técnicas infalíveis ou intenções imediatas de cura, observamos que a escuta como primeira aposta de cuidados trazia ao sujeito a possibilidade de esvaziamento da angústia inicial, a transformação dos múltiplos afetos em palavras, possibilitando a externalização e a legitimação dos sentimentos advindos da perda que contradizem a lógica atual da imposição de satisfação, bem-estar e felicidade a todo momento e a todo custo. Ao longo do trabalho realizado, comprovamos a amplitude da tragédia. A pluralidade cultural de Brumadinho e a grande extensão territorial traziam uma multiplicidade de perdas e lutos, em diversos âmbitos e esferas. No entanto, na fase pungente do acontecido, as experiências escutadas e acolhidas tinham como marca principal o desamparo, seguida pelo sentimento de medo e insegurança.

Como bem traduz Freud em seus escritos, "Uma situação de perigo é uma situação reconhecida, lembrada e esperada de desamparo. A angústia é a reação original ao desamparo no trauma, sendo reproduzida depois da situação de perigo como um sinal em busca de ajuda." (Freud, 1926, p. 68), sendo por diversas vezes remetido a nós a queixa: "Estou angustiado". Sentimento oriundo da vivência trágica que reforça a cada instante que o sujeito está aquém do controle, impõe a sensação de impotência e vulnerabilidade humana, trazendo à tona a revivescência do desamparo inaugural do sujeito, sentimentos muitas vezes evitados no contexto contemporâneo, por causar justamente o sentimento de mal-estar.

Em meio às expressões que muito rapidamente surgem nas redes sociais e na mídia como um todo em relação ao acontecimento, é possível compreender que todos são atingidos e

tocados de alguma forma pelo mal-estar do Real que se presentifica em uma imagem trágica do desmoronamento repentino das estruturas da barragem que soterra vidas em minutos. Essa cenarevela parte de nossos maiores temores e fonte de sofrimentos.

O acontecimento na cidade de Brumadinho demonstra a vulnerabilidade e a finitude dos corpos, ora fragmentados em minutos, ora respondendo aos sintomas e às somatizações incontroláveis. Além disso, aponta a força da terra que engole vidas, como resposta à lógica capitalista destrutiva que ataca o próprio homem. Também, traz a dor irremediável da perda de pessoas queridas, laços desfeitos, vínculos quebrados, sentimentos que surgem das relações humanas. Expressões do sofrimento se apresentam no trabalho de Sigmund Freud, em 1930, no texto "O Mal-estar na Civilização" e ainda se fazem muito atuais:

> O sofrimento ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, destinado à decadência e à dissolução, não pode nem mesmo prescindir da dor e do medo como sinais de alarme; do mundo exterior, que pode voltar sua raiva contra nós com suas forças descomunais, implacáveis e destrutivas; e, finalmente, das relações com outros seres humanos (Freud, 1930, p. 259).

Como respostas a esses sentimentos, ocorreu uma comoção em massa de grupos diversos, Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades de classe, coletivos religiosos, entre outros movimentos e propostas que visavam a eliminação urgente e imediata dos afetos que a tragédia faz eclodir em cada indivíduo, direta ou indiretamente envolvidos. Assim, perante o excesso de ofertas no âmbito terapêutico, material e financeiro que invadiram os territórios brumadinenses, foi necessário construir ações que oferecessem espaços aos atingidos, para que eles pudessem vivenciar em sua intimidade o luto e o sofrimento, possibilitando a escolha de acessarem ou não naquele momento do ápice do trágico e da perda o suporte em saúde mental. Além disso, buscamos minimamente orientar os grupos sobre as políticas públicas locais já existentes e a necessidade de atuarem, a fim de fortalecê-las e não de maneira paralela à sua lógica de cuidados.

Queixas da população sobre a "invasão terapêutica" aos seus lares eram frequentes, com relatos de inúmeros profissionais e voluntários que batiam constantemente às suas portas, com o intuito de tratar de sua perda, o que gerou uma resistência ao acesso, até mesmo dos serviços de saúde local. Supostos atendimentos se perdiam pelo caminho, sem registros específicos, com múltiplas referências, com despreparo para lidar com situações mais agudas. Sujeitos com placas sobre os ombros, ofertando atendimento psicológico, circulavam pelas ruas,

supermercados; inúmeras fotos da população em situações delicadas de sofrimento expostas em sites dessas instituições; ligações para o serviço de saúde mental, demandando listas de pessoas atingidas para fazerem uma intervenção que eliminasse os sintomas traumáticos; retornos posteriores de representantes das instituições felizes, ao exibirem prêmios e medalhas por suas atuações; entre outras demonstrações do sofrimento transformado em objeto de manipulação alheia e, inclusive, fonte de status, em uma competição da imposição da felicidade e do bem. Um excesso de "cuidados" se torna invasivo e repete as violações já em curso.

Diante de uma forte luta travada entre as políticas públicas de saúde locais, representada pelo SUS e pelas mineradoras Vale, tentava impor à cidade seu modo de cuidado e suas equipes para atendimento à população, buscando maior controle do acontecimento como um todo, obtivemos sucesso. Por meio de parcerias com a Força Nacional do SUS e a Secretaria Estadual de Saúde, o município conseguiu rapidamente ampliar o acesso aos serviços de saúde mental, por meio da ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), criando três Equipes Intermediárias de Saúde Mental, multiprofissionais, para dar continuidade às atuações no território.

Houve também o credenciamento do CAPS Infanto Juvenil, que há 15 anos atuava no município e frente à tragédia também trabalhou em prol dos cuidados das crianças e adolescentes, além da reclassificação do CAPS I para CAPS II. O planejamento da citada expansão da rede contou com a participação de técnicos e profissionais que atuavam no município a longa data, com conhecimento dos territórios e principalmente dos princípios da Reforma Psiquiátrica no qual se preconiza o trabalho intersetorial, multiprofissional, com referência à cultura e à demanda social.

Desse modo, em contraposição às propostas advindas de grupos externos, os cuidados ofertados por meio do serviço público se guiavam pela premissa de que preservavam a condição dos sujeitos e seu caráter de humanidade, em que o vazio, a perda e o sofrimento compõem o enredo da construção de suas histórias e subjetividades. No espaço onde a separação, o corte e o rompimento são considerados questões que produzem dor, ao serem legitimados, podem se tornar instrumentos de vinculação e empoderamento de movimentos individuais e coletivos.

Também esses cuidados consideram os sujeitos como seres políticos e sociais, de direitos e responsabilidades, atravessados pelo território em seus mecanismos e paradoxos, sua cultura, coletividades e vivências comunitárias únicas. Tais cuidados também desvelam e questionam a ordem social hegemônica, bancando a singularidade dos sujeitos, suas diferenças,

a pluralidade dos afetos e construções subjetivas frente ao trágico. Assim, traduzem e comungam com a origem das instituições psicossociais, e principalmente do CAPS, um serviço substitutivo das práticas manicomiais que surge por intermédio de movimentos sociais e políticos, motivados pela busca do restabelecimento do caráter humanitário e cidadão aos sujeitos expostos a extremos sofrimentos, por se fazerem diferentes à ordem e à regra social.

3.3 O pós e contínuo trágico

Ao longo do trabalho de campo, foram perceptíveis características e significantes únicos do acontecimento brumadinense: a morte em meio à lama; o ambiente onde ocorreu (sendo o local de trabalho da maior parte das vítimas); a fragmentação dos corpos e a dificuldade de localizá-los; o modo incomum e vertiginoso da realização dos rituais fúnebres; e a insegurança gerada em todos os moradores. A morte é culturalmente velada e evitada no discurso dos sujeitos, sendo imposta de forma brusca e difícil de ser elaborada. Nuances da tragédia geraram impactos que perduram ao longo dos anos seguintes.

Após quatro anos do ocorrido, vislumbram-se os desdobramentos do acontecimento ainda tão vívido no município. Como principal fato, aponta-se a não localização dos corpos de quatro vítimas, referidas como "joias soterradas pela lama", questão que traduz a dificuldade de simbolização da perda sem uma representação corpórea, imposta de forma crescente pelo tempo aos familiares. Destaca-se que a utilização da palavra "joia" representa um manifesto dos familiares frente a uma declaração do presidente da mineradora Vale, em audiência na Câmara dos Deputados no dia 14 de fevereiro de 2019, em que enfatiza que a empresa: "É uma joia brasileira que não pode ser condenada por um acidente que aconteceu em sua barragem, por maior que tenha sido a tragédia" (Lis, 2019, p. 1). A palavra, em seus significados, apresenta marcas distintas: joia que designa valor à vida; joia que designa valor de mercado; vidas soterradas que como pedras preciosas são buscadas ansiosamente em pleno trabalho de escavação; empresa que busca lustrar e retomar o seu valor quando é escancarada sua essência bruta.

Como parte de uma joia despedaçada, cada fragmento corporal encontrado, de maneira cada vez mais difícil pela possibilidade de sucumbir ao longo do tempo, reacende afetos ambíguos e difusos, como relatado pelos familiares: esperança, alívio, sensação de incompletude, retomada de lutos supostamente fechados dos que enterraram seus entes. É descrito pela comunidade como "milagre", "benção", e/ou "sorte" os que tiveram localizados

os corpos de forma íntegra. Isso, muitas vezes, era avaliado pelo peso dos caixões, ao serem carregados ou, até mesmo, relatado nos atendimentos de forma extremamente sofrida pelos familiares que precisaram passar por processos delicados junto ao Instituto Médico Legal (IML) de descrição de características minuciosas, disponibilização de artifícios atípicos, como exames de radiografias odontológicas, identificação dos falecidos, além da difícil decisão de realizar o rito de velório e enterro sem a localização total do corpo.

Entre o longo tempo de espera pela busca das vítimas, o enterro incompleto e a localização fracionada de pertences, frases acolhidas em escuta informal traduzem os afetos ocasionados: "É um velório sem corpo"; "A cada momento, a sensação se repete". Esse tempo perdura por quatro anos, e a cada período percebe-se a eleição de um momento derradeiro para seu fechamento. Por meio da inserção no território e participações em eventos, identificamos que no viés coletivo a principal aposta e a perspectiva é que a penalização dos culpados via justiça pode contribuir para o encerramento desse ciclo de angústia. Como citado pelo advogado Danilo Chammas, do Observatório das Ações Penais da tragédia brumadinense, no seminário organizado pela associação AVABRUM: "Sem justiça criminal, não há reparação possível".

No entanto, diante da situação imposta, como ponto dificultador, observa-se a morosidade dos trâmites judiciais. Mesmo diante da investigação realizada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), que culminou na denúncia por crimes de homicídios dolosos duplamente qualificados e ambientais, protocolada no dia 21 de janeiro de 2020 (MPMG, 2020); somente na véspera da prescrição de alguns crimes ambientais, no dia 24 de janeiro de 2023, a Justiça Federal aceitou a denúncia realizada pelo Ministério Público Federal. Foram indiciados 16 réus, o que inclui diretores e ex-diretores das empresas por crimes contra a fauna, flora, crime de poluição e 270 vezes pelo crime de homicídio qualificado (Estillac, 2023). Esse fato ainda mantém a impunidade dos envolvidos e um contínuo sentimento de injustiça.

No artigo *Vidas precárias do quadrilátero ferrífero de minas gerais: ecocídio, luto, reparação,* Bruno Rocha e Guilherme Rocha (2020) discutem o conceito de ecocídio, com base no filósofo, antropólogo e sociólogo Bruno Latour. Ao articularem a vivência brumadinense com as construções teóricas a respeito do conceito, esclarecem que "o ecocídio é considerado um ato de extremo poder de destruição ambiental decorrente de uma ação intencional humana, ou seja, por sua característica antrópica, exclui de seu escopo as catástrofes naturais, como terremotos, tsunamis, furacões e eventos semelhantes" (B. M. Rocha & G. M. Rocha, 2020, p.

47). É fundamental essa diferenciação destacada pelos autores entre o rompimento da barragem do Córrego do Feijão e as catástrofes naturais, visando o fortalecimento das reflexões acerca do papel violador das grandes minerações nos espaços sociais que, por estarem interligados ao sistema ecológico, sofrem o impacto do ecocídio ocorrido no município.

Enquanto se mantém a impunidade dos atos de violação da vida e do ecossistema, há a reedição da cena trágica em pequenos e não menos importantes acidentes trabalhistas que continuam a ocorrer no local, como o desmoronamento de um talude na área de recuperação da Mina Córrego do Feijão, com o soterramento de um trabalhador em 18 de dezembro de 2020 (Santos, 2020), e o desabamento de uma tenda utilizada para o trabalho de resgates dos bombeiros, que colocou em risco diversos profissionais, apenas nove dias depois, conforme noticiado pela mídia jornalística *Bom dia Minas* (2021). Além do mais, existem diversos anúncios de aumento do nível de risco das inúmeras barragens a montante no estado, tomando o aspecto de bombas relógios iminentes. São situações que causam vítimas diretas e indiretas, e mantém na comunidade o assombro da insegurança e do desamparo.

De forma mais ampla, destaca-se ainda como questão uma grande mudança e desorganização sociocultural do município, pela alteração brusca do cotidiano e das características comunitárias, resultado da importante imigração de trabalhadores para as obras de reparação da tragédia, vindos de diversas regiões do estado. Em relação aos projetos de revitalização da cidade, tais reparações trouxeram como resultado a desconstrução de importantes referências dos territórios e monumentos com forte simbolismo afetivo, constituindo a memória histórica dos moradores.

Projetos arquitetônicos modernos e inovadores passaram a compor o cenário da cidade, como praças, novas escolas e unidades de saúde, porém destoam da cultura local e não contribuem para o fortalecimento e o resgate do vínculo de pertencimento, pois são projetados sem a participação em massa da população. Pelas ruas da cidade, muitas vezes se escuta: “E o coreto da praça da rodoviária, o que houve?”, o que se transformou em reportagem no jornal regional “Instalação de torre publicitária causa questionamentos da população: Sai coreto entra torre de propaganda? . . .” (Instalação de torre publicitária causa questionamentos da população, 2023).

A superlotação da cidade, além do retorno incentivado pelo recebimento do auxílio emergencial para os moradores de brumadinenses que haviam se mudado para outras cidades, são pontos de angústia também relatados na escuta clínica: “Eu não reconheço mais as pessoas

daqui, na fila dos supermercados, nas ruas, não sei mais quem são...". Essa questão demonstra a alteração da característica interiorana e intimista da cidade. Considera-se de extrema importância pontuar sobre a imediata mudança da renda e das condições econômicas dos munícipes que, ainda atônitos e envolvidos na situação traumática, receberam uma suposta compensação para as perdas no campo econômico, instaurando euforia e efeito inverso no campo dos afetos.

Além da expressiva reação do mercado local com o aumento de custo de vida local, iniciado pelo mercado imobiliário que passou a cobrar valores altos nos aluguéis, a fim de lucrar com as empresas que procuravam casas para acolher os trabalhadores e as demais atividades de prestação de serviços, que inclusive passaram a categorizar valores de acordo com o perfil do cliente. Eles foram denunciados por familiares das vítimas pela cobrança de valores mais altos, devido ao recebimento de uma indenização maior e de moradores da cidade que, ao serem atendidos em outros munícipios o fato de se identificarem como brumadinenses, trazia comentários associados à indenização emergencial mensal.

Desse modo, é notória a dependência econômica do município e dos munícipes em relação à atividade minerária e da empresa Vale S. A., expressa por restritas opções de oferta de trabalho que não estão correlacionadas à mineração, ou pela sujeição às indenizações que transvestem o caráter da garantia de direitos em silenciamento dos atingidos e limita a possibilidade de movimentos importantes, coletivos e singulares, diante do acontecimento trágico.

O fato ocorrido no município de Brumadinho destaca a instauração e a imposição da falta e do desamparo em face das perdas que se constituem prioritariamente no âmbito subjetivo. É notória a contraditória resposta inicial da empresa envolvida e da sociedade em geral direcionada à cidade e aos atingidos, que impõem o excesso de oferta de bens materiais e objetos, além do posterior movimento em massa de judicialização do sofrimento e da angústia, com o intuito de transformá-los em ganho de causa, tentando tamponar a falta, e não mais em objeto de causa.

3.3.1 Números que não reparam: as indenizações

De acordo com o levantamento realizado pela organização alemã *WISE Uranium Project* (2019), que enumera os principais acidentes com barragens de rejeitos desde 1960, a tragédia ocorrida na cidade de Brumadinho está entre as maiores já ocorridas, em relação ao

número de mortes. No entanto, a pluralidade do luto se estende para além do número de vítimas fatais, pois desorganizou diversas configurações familiares. Ela também se expressa nas perdas territoriais, com a devastação de comunidades rurais, resultando em perdas de laços comunitários e de modos de vida.

A tragédia ocasionou a descaracterização da dinâmica de uma cidade do interior que, apesar da grande extensão territorial, trazia aos seus moradores proximidade e formas de enlaçamento peculiares, empáticas e simplistas. Trouxe também a perda dos meios de sobrevivência e sustento familiar financeiro, pois, além da dependência econômica municipal da atividade minerária, Brumadinho também possuía expressiva atividade voltada para a agricultura familiar. Houve perdas de planos, expectativas, objetivos individuais e coletivos. Ademais, instaurou a presença de uma grande incógnita em relação ao desdobramento da tragédia ao longo do tempo, além de um grande vazio e o sentimento de desamparo.

A resposta da dinâmica contemporânea e capitalista caracterizada pelo imperativo do gozo, da urgência, do imediatismo e do excesso diante da falta expressa-se nos dados numéricos. De acordo com os dados de prestação de contas da empresa Vale, já no primeiro semestre pós-tragédia, foram destinados ao município R$ 80 milhões de compensação financeira. Mais de 101 mil moradores das regiões atingidas receberam indenizações mensais emergenciais no valor de um salário-mínimo, e 276 famílias receberam a doação de R$ 100 mil cada, além dos acordos judiciais individuais de reparos financeiros realizados (Vale, 2019).

Ao levantarmos os dados em dois anos do ocorrido, os números apresentam grande crescente, havendo uma extensão de indenizações. Além do município de Brumadinho, foram ressarcidos outros dez municípios do Vale do Paraopeba, além do estado de Minas Gerais. As indenizações mensais emergenciais alcançaram 101.142 moradores. As doações nos valores de R$ 50 mil, R$ 6 mil e R$ 15 mil, dependendo da avaliação de cada caso, foram estendidas aos agricultores familiares e aos pequenos empresários que obtiveram prejuízos financeiros mediante o rompimento, e atendem a 191 pessoas (Vale, 2021).

Após quatros anos, a empresa declara que até agosto de 2023 foram realizados 5.575 acordos individuais, contemplando 11.554 pessoas, além de 1.485 acordos trabalhistas, envolvendo 2.507 trabalhadores (Vale, 2023). A organização apontou, ainda, que no primeiro semestre de 2019, foram realizados mais de 10 mil atendimentos psicológicos. Atualmente, o número também se vincula aos atendimentos médicos, totalizando mais de 18 mil atendimentos. De acordo com o levantamento realizado pelo CAPS II do município, nos primeiros meses do

rompimento, houve o registro, o contato e a articulação com 13 ONGs e coletivos que realizavam ações independentes voltadas para a saúde mental dos moradores, imediatamente após o rompimento da barragem. Contudo, estima-se que o número seja muito maior, a ponto de não ser possível catalogar todos, pois muitos grupos atuavam sem articulação com as políticas públicas já existentes no município. Atualmente, grande parte se dispersou e deixou de realizar ações no município, sem ofertar à rede de políticas públicas um retorno do trabalho.

Dados da Prefeitura de Brumadinho, expostos pelo secretário de saúde em entrevista ao jornalismo da Globo em julho de 2019, apontam que, nos primeiros seis meses pós-tragédia, a distribuição na farmácia municipal de medicamentos antidepressivos e ansiolíticos aumentou, em média, 60% e 80%, respectivamente, reforçando o dado declarado pela empresa de mais de 100 mil itens de farmácia adquiridos no período em questão. Números expressos no Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, intitulado *Um ano do desastre da Vale: organização e resposta do Ministério da Saúde*, indicam o adoecimento psicossocial da população brumadinense no período de 2019. Dentre os três principais transtornos, reações ao estresse grave e transtorno de adaptação apareceram com maior recorrência e aumento, sendo 988 casos em 2019, contra apenas 68 em 2018. Seguiram, consecutivamente, os episódios depressivos (883 casos, com aumento de cerca de 150% comparado ao ano anterior) e os transtornos específicos da personalidade (672 casos, com aumento de 833%), dentre outros transtornos (Brasil, 2021). Os quadros indicam a necessidade de cuidados não apenas medicamentosos, mas do discurso e dos afetos, através da escuta e da palavra.

Ressaltam-se, ainda, os dados expostos na prestação de contas da Vale S. A. (2021), referentes ao chamado Programa de Indenização Individual. Conforme descrito no site da empresa, trata-se de um acordo com a Defensoria Pública que busca indenizar, além dos familiares das vítimas fatais, os demais atingidos. Até dezembro de 2020, foram assinados 3.142 acordos, com o envolvimento de 6.882 pessoas, totalizando o pagamento de R$ 1,091 milhão. Para a população indiretamente atingida, tornou-se necessária a comprovação do abalo psicológico relacionado ao rompimento e à continuidade dos sintomas relacionados ao trauma inicial, por meio de critérios cada vez mais rígidos e detalhistas, com a exigência de laudos psicológicos e psiquiátricos periódicos, cópias de receitas psiquiátricas, notas fiscais, comprovação de gastos com atendimentos médicos e medicações, dentre outras questões que possibilitassem o recebimento dos R$ 100 mil.

Desse modo, a cidade passou a ser invadida novamente, agora por escritórios de advocacia e advogados que incentivavam, até mesmo com visitas domiciliares, a judicialização da vivência do trágico, um sofrimento que passou a ser promessa de mudança de vida, possibilidade de realizar um sonho ou adquirir algo muito esperado. A busca pelo ressarcimento e por cumprir esses procedimentos judiciais passou a desviar os sujeitos da angústia da vivência do Real. Reações e sintomas singulares se transformaram em protocolos padronizados a serem descritos em relatórios e, diante da morosidade de definição de alguns acordos, tornaram-se incuráveis. As demandas por atendimentos nos serviços de saúde mental do município não mais visavam apenas à expressão do sofrimento e a uma escuta terapêutica, mas à obtenção de um laudo que possibilitava ao sujeito não se haver com seu sintoma, tornando-o meio de ganhos que tamponam sua angústia perante a falta.

3.3.2 O direito de re-para-ação: imobilização subjetiva e desmobilização social?

Um acontecimento de ampla atitude, como o rompimento da barragem de Córrego de Feijão, aponta a necessidade de articulação com diversas novas áreas de saber que perpassam a cidade, os dispositivos e os discursos. Palavras como “indenização”, “ação judicial”, “acordo”, “laudo de impacto psicológico” e “nexos causais” passaram a fazer parte do discurso da comunidade, dos pacientes e dos profissionais. Por muitas vezes, essas questões geravam desencontros e desarranjos, levando a constantes discussões das temáticas do Direito em articulação com as demais ciências que compõe, a rede.

Inspirada pelos impasses, pontos de vistas distintos e parcerias vividas pela rede de políticas públicas de Brumadinho, buscamos neste tópico desenvolver alguns conceitos da área do Direito, a fim de compreender a posição de seus representantes, contrapondo com orientadores de cuidados de base psicanalítica. É importante ressaltar que tal escrita é um desafio robusto e com certas limitações, por não se tratar de uma área próxima em termos técnicos e teóricos dos conhecimentos psicanalíticos. No entanto, diante da prática de trabalho, as ciências desenvolvem diversos pontos de encontros, pois é também exercício do analista ser cidadão implicado e, do técnico de saúde mental, cuidar do sujeito de direitos.

Para as construções teóricas, utiliza-se como referências o livro *Direito dos Desastres* (2013), dos autores Délton Carvalho e Fernanda Damacena. Porém, diante da possibilidade de uma vasta discussão de temáticas, atentamos apenas à conceitualização e às características básicas transmitidas pela área do Direito ao fato. Como ponto inicial, é preciso ir ao cerne da

questão, ou melhor, da palavra utilizada para referir o acontecimento que, diante da característica psíquica, impõe a dificuldade de simbolização, dialetização e nomeação, fazendo surgir diversas nomenclaturas

Desse modo, a palavra elencada na área do Direito para descrever o ocorrido é "desastre", que também passou por diversas reformulações e classificações ao longo da história. O conceito inicia-se como um evento associado a questões místicas e religiosas, do infortúnio e do destino, típicas da época medieval. Posteriormente, a palavra se associa à ideia de um fato gerador de progresso, pois poderia levar a grandes reflexões, tentativas de previsão, controle e gerenciamento pelas esferas políticas e sociais. Assim, o que anteriormente se associava ao divino, ao não controle do natural e, por consequência, à desresponsabilização humana, muda de figura, e por meio de ideias filosóficas vindas de Rousseau e Kant, a culpabilização das mortes é associada, também, à falha humana. (Carvalho & Damacena, 2013).

Ao comparar essa última faceta do conceito ao processo de análise, de modo similar, quando o sujeito pode identificar o que lhe cabe em sua queixa. Apesar de angustiante, é possível colocar-se a trabalho para lidar com a questão de forma mais perspicaz, responsabilizando-se por seu sintoma. Dessa maneira, também o fenômeno de desastres passa a ser amplamente discutido e racionalizado, ao inserir um fator de responsabilização para além do destino e da fé, saindo da esfera da pura naturalidade. Buscando a conceitualização atual da palavra desastre, considerada pela ciência do Direito, encontra-se a seguinte descrição:

> Os desastres consistem, conceitualmente, em *cataclismo sistêmico* de causas que, combinadas, adquirem consequências catastróficas. Por tal razão, o sentido de desastres ambientais (naturais e humanos) é concebido a partir da combinação entre eventos de causas e magnitudes específicas. Em outras tintas, tratam-se de fenômenos compreendidos a partir de causas naturais, humanas ou mistas sucedidas por eventos de grande magnitude, irradiando danos e perdas significativas ambiental e socialmente (Carvalho & Damacena, 2013, p. 479).

Em relação aos critérios para configuração de um desastre, segundo esses autores, um dos principais apontamentos para classificação se relaciona com a lesão e a perda de vidas humanas, além de propriedades, o que causa danos e grande sofrimento. Nitidamente, isso se destaca no ocorrido, por envolver a morte de 272 pessoas, perdas de laços territoriais, de bens culturais e históricos, casas e modos de vidas. Os pontos que contemplariam todos os critérios para a constatação de desastre delimitados pelo centro de pesquisa da *Universitè Catholique de*

Louvain – Belgium, mencionados por Vos et al. (2010), são: a morte presumida ou efetiva de dez ou mais pessoas; o mínimo de cem pessoas atingidas com necessidades básicas, como água, comida, casa e demais cuidados; declaração de estado de emergência municipal; e o pedido de ajuda internacional. Apesar de não ter pedido formal, Brumadinho recebeu ajuda do exterior, como de Israel e da Palestina (Carvalho & Damacena, 2013).

O rompimento da barragem da empresa Vale S/A se classificaria como "antropogênico de fundamentação tecnológica". Diante da elucidação apresentada por Carvalho e Damacena (2013), essa classe se justifica por tratar-se de um desastre com causas humanas, por haver a comprovação da ciência do risco do rompimento da barragem pela empresa envolvida e, tecnológica por envolver contaminação química do ambiente pela vazão do rejeito de minério, material que também ocasionou perdas de vidas. Com base na leitura realizada, também sugerimos a classificação do rompimento da barragem de Córrego do Feijão, como "desastres sociopolíticos", considerando a exemplificação dada ao subtipo, que se trata do "extermínio de civis por motivos étnicos ou políticos" (p. 455). Podemos questionar se o acontecimento em questão não envolve um movimento político e econômico que extermina vidas e/ou permite a eliminação em prol da lucratividade e da manutenção da máquina capitalista.

Movida pelos questionamentos do filósofo Achille Mbembe (2018, 2022), podemos refletir sobre a vivência das cidades minerárias e a lógica soberana das grandes empresas, ao se instalarem na sociedade. O autor utiliza os referenciais do brutalismo, um conceito da arquitetura, para compreender as modulações, as imposições e a história do poder que agem sobre os corpos e a terra. Como uma obra imponente, com materiais brutos e pesados, como o concreto, que busca se colocar em uma posição privilegiada e vertical, trabalhando "com, contra, sobre, por cima e através dos elementos" (Mbembe, 2022, p. 12), as mineradoras se inserem em um espaço territorial, em plena escalada de demolição movida pela produção.

Como parte do modelo político e econômico vigente, as empresas ultra capitalistas usufruem dos sujeitos e do meio ambiente, causando lesões, feridas, fraturamento, fissuração, deslocamentos que transcendem a ideia de meros acidentes ou danos colaterais. Uma intervenção voltada para a lucratividade gera em escala planetária diversos tipos de restos e resquícios. Um aspecto da teoria de Mbembe descreve claramente o acontecimento brumadinense, principalmente em relação à toxicidade produzida e espalhada através da multiplicação de substâncias avaliadas como perigosas e químicas para o meio ambiente e

corpos “expostos a chumbo, ao fósforo, ao mercúrio... corpos vivos expostos ao esgotamento físico e aos mais variados tipos de riscos biológicos...” (Mbembe, 2022, p. 14).

Como consequência das ondas de rejeitos de minério, o rio principal da cidade foi inundado e poluído, e pairam sobre o ar partículas de poeira contaminada, ocasionando o contato da população com metais pesados, questão monitorada e acompanhada por pesquisas científicas. Trata-se então de 272 vidas findadas, e diversas outras que sofrem consequências advindas da vertente da necroeconomia, termo definido por Haskaj (2018, p. 28) como “indústrias destrutivas que produzem crescimento”, que envolvem os sujeitos e os territórios em sua máquina produtiva, extraindo valor de seus corpos. Mesmo quando destinados aos assassinatos e deslocamentos, algo do lucro permanece, por meio dos investimentos advindos de diversas instituições e organizações para a reparação ou a estabilização do local atingido.

Nesse mesmo sentido, compreende-se, por meio da leitura de Mbembe (2018), que o rompimento da barragem de minérios em Brumadinho, dentre todos os aspectos investigados[7], compõe o movimento da necropolítica que expressa pelo mundo como forma de organização política que submete a vida ao poder da morte. Como questão central do estudo filosófico de Mbembe, aponta-se a extrema expressão de soberania assumida pela mineração que “. . . reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.” (p. 4). Desse modo, juntamente com Mbembe, questiona-se esse “sujeito empresa” não barrado pela lei subjetiva e civilizatória que deveria fazer efeito, provocar e convocar em seus integrantes, e, pela lei jurídica, que por vezes se mantem inoperante:

> Mas sob quais condições práticas se exerce o poder de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação que opõe essa pessoa a seu ou seu assassino/a? (Mbembe, 2018, p. 4).

Na tentativa de tatear as interrogações de Mbembe, mas ainda longe de respondê-las a fundo, é possível recorrer à questão histórica dos crimes e desastres ambientais apontadas por Carvalho e Damacena (2013), que orientam o olhar para uma tendência advinda da sociedade pós-industrial, de normalização dos perigos, com a ocultação e o anonimato causal que circundam os riscos abstratos. Perante a pesquisa realizada em campo, acrescentamos uma tendência à apatia social diante dos grandes acontecimentos trágicos em relação à visão crítica

[7] Ver mais em Nota Técnica: Dano-morte, Macroeconomia e Dano Existencial no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, MG (Dias & Repolês, 2021).

e aos questionamentos, que podem ser compreendidos como uma evitação do discurso que envolve a tragicidade. Isso propositalmente é construído e mantido pela própria lógica capitalista, já que reconhecer os malefícios que ocasiona à vida humana e sua subjetividade causaria grande angústia e demandaria grandes movimentos singulares e coletivos.

Concomitante a essa questão, os autores também colocam a ausência de uma estrutura jurídica específica para tratar dos desastres ambientais em suas interfaces e suas ramificações em relação ao Direito Ambiental. Considera-se também a falta de problematização e discussão dessa temática nas esferas sociais, questão que se reforça no Brasil, país que era pouco atingido por desastres naturais. No entanto, ressaltamos que o Brasil passou a lidar com importantes desastres ambientais nos últimos anos, fatos que escancaram a vertente da intervenção humana e capitalista em sua causa, além da ausência de atenção às leis ambientais mais efetivas. No país, os grandes últimos desastres envolveram, além do rompimento de barragens minerárias em Brumadinho e Mariana, ambas no estado de Minas Gerais, também o derramamento de óleo nos litorais sudeste e nordeste do país, grandes incêndios destruindo os biomas da Chapada dos Veadeiros e do Pantanal, além da Amazônia (Martins, 2021).

> Além de não serem simplesmente acidentes ou atos de Deus – os desastres envolvem também outra espécie de participação humana: o fracasso do sistema legal para enfrentar eficazmente os riscos. Em situações como a dos riscos nucleares, derramamentos de petróleo, ondas de calor e enchentes, por exemplo -, vê-se uma estreita relação entre um acontecimento súbito e catastrófico com um problema ambiental de longo prazo caracterizado pela falha regulatória. Uma legislação ambiental de qualidade e sua eficaz imposição diminuem a probabilidade e gravidade dos desastres naturais (Carvalho & Damacena, 2013, p. 610).

Essa colocação provoca a reflexão de que o trágico desvela todo um movimento de violação que, anterior ao ápice devastador, se executava a conta gotas de forma invisibilizada. Além de uma estrutura de retenção de minérios, rompe-se o véu das ofertas capitalistas que uma grande empresa pode oferecer a uma pequena cidade, o que encobria ou que deixava turva a visão dos estragos que ocorriam cotidianamente. De forma não surpreendente, é através e somente por meio dos recursos capitais que se busca reparar ou alinhavar novamente esse tecido, encobrindo afetos e questionamentos.

Importa destacar que, diante da alta complexidade dos desastres, no sentido jurídico, o conceito necessita ser utilizado e trabalhado, referindo-se à coletividade, à sociedade, às

comunidades, sendo compreendido em relação às grandes perdas ocasionadas, inclusive ao buscar efetivar algo relacionado à reparação e à recuperação. Desse modo, o fenômeno necessita de análise e intervenção sistêmica, com caráter interdisciplinar, de forma proativa e articulada. Dentre as principais consequências do rompimento da barragem, destaca-se a drástica desorganização social das comunidades atingidas, intensificando a vulnerabilidade territorial em diversos âmbitos, reforçando e criando impasses.

> Considera-se a importância de um olhar transdisciplinar e questionador para, de fato, se obter maior compreensão e possibilidades de ofertas de cuidados diante dos desastres ambientais, tecnológicos, sociopolíticos. Uma vez que "Os desastres são fenômenos extremos capazes de atingir a estabilidade sistêmica social, num processo de irradiação e retroalimentação de suas causas e efeitos policontextualmente (econômicos, políticos, jurídicos, científicos)" (Carvalho & Damacena, 2013, p. 544).

Assim, intervenções individualizadas e descontextualizadas das políticas públicas locais, dos modos de vinculação social e cultura dos sujeitos envolvidos, que visam soluções imediatas e impositoras, reproduzem a lógica desastrosa de violações de direitos e subjetividades. Diante desse cruzamento de saberes, destacando o quanto a ciência do Direito pode contribuir para o trabalho e a reflexão dos profissionais das políticas públicas, da psicologia e da psicanálise, é importante refletir sobre a gestão pós desastres, de forma sucinta. Os autores ressaltam que a reconstrução deve visar o retorno ao status anterior, o que para a psicanálise é controversa, à medida que, após a vivência trágica, considera-se que o sujeito, a sociedade e a pólis mantêm consigo a marca do Real, sendo através e apesar dela, que se tornampossíveis movimentos posteriores.

> No entanto, os autores consideram que reconstruir diz também de preocupar-se com as recidivas dos desastres, sendo fundamentais os "esforços de mitigação e de aplicação das lições de aprendizado do passado no presente, o que terá reflexos no futuro" (Carvalho & Damacena, 2013, p. 588).

Por fim, a reparação integral, um tema trabalhado por Ana Cláudia Atchabahian e Izabela Boas (2021, p. 69, grifo nosso), em uma análise sobre as tragédias de Mariana e Brumadinho (MG), engloba diversas perspectivas, como: "investigação dos fatos; **restituição** de direitos, bens e liberdades; **reabilitação** física, psicológica e social; **satisfação** das vítimas; garantia de não repetição de violações; indenização **compensatória** por danos

materiais e imateriais". Essas questões se embasam no princípio da centralidade do sofrimento da vítima.

As palavras que oferecemos destaque por meio dos seus significados na língua portuguesa trazem a distinção de posições práticas e teóricas entre o direito em suas conduções pós desastres que indicam com frequência a busca pelo retorno ao status anterior e a psicanálise, à medida que, após a vivência trágica, considera que o sujeito, a sociedade e o território, mantém consigo a marca do Real que promove mudanças irreparáveis. Na perspectiva psicanalítica, a garantia de direitos ocorre por meio e através do trauma, em seu estado de produção de falta e desamparo. Desde a gênese, em seu aspecto temporal, o traumático advindo de violações sociais e seu processo de elaboração traz um apontamento político.

Como compreendido por meio da leitura de Endo (2022), é por meio da convocação ao trabalho psíquico, que surgem condições para que "o vivido do trauma não se condense em escuridão e força bruta" (p. 230). É uma aposta no sujeito para que transforme o que lhe atingiu, não por meio do impossível retorno ao passado, desconfigurando, reparando ou na busca de apagar o acontecimento vivido e a memória, por meio da aceleração do tempo e de ofertas do imediatismo apaziguador.

Ao retomarmos os escritos freudianos iniciais, o termo "traumático" é apontado como "uma experiência que, em curto período de tempo, aporta à mente um acréscimo de estímulo excessivamente poderoso para ser manejado ou elaborado de maneira normal, e isto só pode resultar em perturbações permanentes da forma em que essa energia opera." (Freud, 1990, p. 16). No texto *Além do princípio de prazer* (2020), o trauma é abordado como resultante das excitações que chegam de fora de forma intensa, a ponto de romper a proteção psíquica, causando uma perturbação do organismo. Ao longo do desenvolvimento da teoria sobre as neuroses traumáticas, Freud aponta dois traços importantes para a concepção: os fatores de surpresa e de terror, que se relacionam com a lida com o inesperado, com o que não se tem aviso ou com referências prévias no contexto psíquico e histórico, estando também ligados ao efeito do imediato que invade e traumatiza.

Apesar da origem dizer de uma invasão abrupta e rápida de novas vivências e afetos, o desenrolar do traumático orienta para um tempo vindouro, pois o trauma se eterniza por meio da força que extrai do imediato, sendo "a vigilância para que o trauma nunca mais se repita, revela o seu sempre" (Endo, 2022, p. 230). Assim, é ineficaz manter um movimento de garantias de direitos desorientada da concepção do trauma, pois os efeitos subjetivos advindos dos

modelos reparatórios e compensatórios pós-traumáticos, como os aplicados em Brumadinho, caminham a favor de práticas institucionais que buscam utilizar da pulsão de sobrevivência e do imediatismo das soluções para produzir a alienação. Posições apáticas e submissas a propostas aceitas, por conterem promessas de apaziguamento do sofrimento, manejando as imagens e personagens da violência, transformam em provedores essenciais.

> Aspectos inconciliáveis são recriados e amontoados em determinadas figuras e personagens que manejam a política como uma imensa tela de cinema em que a ficcionalização os personagens criados e vendidos são mais convincentes do que a consequência de seus atos para a vida de populações inteiras, para as quais suas decisões sobre a estratégia política em outros países definem, muitas vezes, quem viverá e quem morrerá (Endo, 2022, p. 232).

Ao utilizar a escuta etnográfica realizada, expressões como “Graças a Vale temos esse dinheirinho!”, “Se não fosse a Vale...o que seria?”, ou ainda “Sua filha é um anjo, morreu para dar melhores condições para todos nós”, indicam a mudança de papel da empresa violadora por meio das práticas reparadoras de carácter financeiro que ocorreram poucos meses após a tragédia. Estrategicamente, o imediato não oferta espaços para reflexões e produção de saberes e discursos próprios sobre a experiência e vão ao encontro do afoito desejo de amparo, mesmo que temporário e promotor de novas violações.

Na análise da condição temporal marcada pelo imediatismo do acontecimento traumático que transforma uma realidade, compreende-se, juntamente com Paulo Endo (2022), que a busca por saídas rápidas e imediatas para a restauração da perda traumática se traduz em uma repetição do “ritmo imposto pelo ‘instante catastrófico’, que num átimo tudo devasta e onde, fantasisticamente, tudo pode ser recuperado” (p. 49). Com referência no rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho, em que se destaca a destruição ocorrida em poucas frações de horas e minutos, abrangendo uma dimensão gigantesca em termos de número de mortes e destruição ambiental, podemos interpretar a busca incessante e eufórica pelas indenizações em ônus da reconstituição e da legitimação da vivência traumática por meio da palavra, como uma repetição do modo como ocorreram as perdas, como questiona Paulo Endo (2022, p. 49), “como abandonar a experiência do imediato, cujo ritmo é pautado pela demanda irrestrita e sem espera pelo agora . . .?”. Essa repetição, por sua vez, mantém o ciclo de violações ao sujeito que, agora, busca eliminar a todo custo a lida com o sofrimento e o vazio, mesmo

que para isso sacrifique a história e a possibilidade de construir, por meio do encontro com a perda, novas posições subjetivas, saindo do lugar de submissão para a emancipação.

A proposta da psicanálise diante da aceleração contemporânea é acolher o sujeito, ofertando espaço e tempo para o manejo do mal-estar e suas ressignificações. Diante do trauma e da perda, Endo (2022) orienta: "O analista, então, posiciona-se numa posição de cuidado que reconhece o insuportável da experiência traumática e não se furta a amparar, sustentar o paciente, ainda que num sentido 'pré-analítico'" (p. 55), possibilitando o atravessamento em seu vagaroso tempo de elaboração. Esse ponto se aproxima de uma linha da proposta de reconstrução jurídica que diz de preocupar-se com as recidivas dos desastres, por meio dos fundamentais "esforços de mitigação e de aplicação das lições de aprendizado do passado no presente, o que terá reflexos no futuro" (Carvalho & Damacena, 2013, p. 588), sendo talvez o exercício de não apagamento da história e da memória, um meio de contenção de novas violações.

Retomando e concluindo a articulação dos orientadores do Direito e da Psicanálise, a centralidade no sofrimento da ética psicanalítica consiste em dar voz e olhar para sua expressão, pela via da palavra formal ou nos diversos modos de expressão do inconsciente singular ou social. Assim, diverge da lógica da capitalização do sofrimento e da dor, elucidada por Endo (2022), como estratégias que fazem uso político dos efeitos inconscientes do trauma "que ainda grita nos sobreviventes e contaminam as pessoas e gerações" (p. 232). Desse modo, garantimos o direito da vivência do sofrer, da perda e da angústia que é concedido desde a gênese do sujeito e o caracteriza como ser social.

3.3.3 A capitalização do sofrer

Retomando o viés da temporalidade na vivência do trágico marcado pela imediatez da perda e a intensificação do desamparo, observa-se a busca por soluções também instantâneas e fantasiosas para estancar os afetos, artifícios para lidar com o Real que se impõe bruscamente. Esse aspecto também advém e é reforçado pela conjuntura moderna e neoliberal em que o sofrer passa a ser objeto de exploração e manejo de políticas econômicas, meio de extrair ganhos.

Ao explanar sobre as formas de enlaçamento social e de suas expressões, orientados pela teoria lacaniana, Paulo Beer e Nelson da Silva Junior (2017) indicam que o discurso do capitalista aponta uma particular relação com o consumo que assume "um papel central na sociabilidade e no modo como alguns impasses serão tratados (ou não) em nossa cultura" (p.

270). Os autores expõem que o indivíduo-empresa neoliberal é convencido de que todos os seus problemas são passíveis de uma solução, desde que se possa pagar por ela. Desse modo, o capitalismo se apresenta pela oferta da felicidade, por meio da obtenção de objetos supostamente capazes de aplacar e eliminar a falta. De acordo com Clara Góes (2008),

> O capitalismo, com seu modo de produção baseado no excesso – excesso que deve ser gasto no mais curto intervalo de tempo possível, para que maiores quantidades desse excesso sejam produzidas e a seguir consumidas –, estrutura-se em torno da promessa de um gozo sem limite (Góes, 2008, p. 39).

O imediatismo e o excesso impostos pelo capital produzem no sujeito algo característico de uma euforia. Quanto maior o vazio instaurado, maior o movimento maníaco e impulsivo diante da busca por tamponá-lo. Juntamente com Góes (2008), pode-se compreender que, nas relações econômicas de mercado e das pulsões, o dinheiro sustenta a possibilidade do gozo dos bens, sem sofrer nenhuma barra, exceto pelo estabelecimento do preço, do valor que se paga para supostamente consumir a falta.

Em suas distintas fases e novas nomenclaturas, o capitalismo se sustenta pela articulação de seus princípios em diversos âmbitos da sociedade, impactando diretamente na subjetividade e na constituição dos sujeitos que são marcados pelos contextos histórico, social e econômico de uma época. Nesse sentido, o neoliberalismo, que se desenvolveu entre os anos de 1930 e 1970, diferencia-se e destaca-se do liberalismo, por utilizar dos dispositivos do desempenho e do gozo para manejar a formação dos sujeitos, movimento que leva a uma homogeneização do discurso, interligando-o à figura da empresa, em que a competitividade se torna imperativa.

> Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis – metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui (Dardot & Laval, 2016, p. 321).

Assim, o neoliberalismo pode ser conceituado como "uma forma de vida nos campos do trabalho, da linguagem e do desejo" (Safatle et al., 2020, p. 6). Ao realizar a manipulação do desejo, o neoliberalismo transforma suas premissas econômicas em modos de vida, metas e objetivos que são internalizados pelos sujeitos e pela sociedade. Parafraseando um dos

conceitos centrais da teoria lacaniana, Dardot e Laval (2016) exemplificam a gestão moderna e liberal: “o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito.” (p. 321). Desse modo, há a alimentação de um grande ciclo em que, diante de limitações e sofrimento em não atender às imposições do grande mestre moderno e neoliberal, o próprio sujeito se cobra, culpabiliza-se e busca aumentar ainda mais a produtividade em detrimento de si.

Como descrito por Safatle et al. (2020, p. 5), não é sem motivo que a ascensão do neoliberalismo, no ano de 1970, ocorre juntamente com uma importante alteração da “gramática do sofrimento psíquico”, por meio do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). Essa questão demonstra o quanto a formulação da política neoliberal não se restringe ao contexto econômico. Apesar de ser seu maior fim, ela se estrutura por intermédio de alterações no cenário social como um todo, inclusive nas categorias clínicas. O neoliberalismo realiza a gestão do sofrimento psíquico, utilizando as classificações psicopatológicas para diagnosticar o que não corresponde ao ideal de produção, com aliada na indústria farmacêutica, a fim de obter sujeitos anestesiados, alienados e produtivos.

Como uma das principais características, podemos apontar o individualismo, típico do modelo empresarial: há um superinvestimento libidinal no próprio eu, que passa a ocupar uma posição narcísica expressiva, em que a relação com o outro se torna superficial e balizada, em grande parte, pelos imperativos da comparação, do ganho e da competição. Desse modo, contravertendo a forma de enlaçamento social, em que aquilo que caía da relação entre o sujeito dividido e o outro, sinônimo de enigma, falta, causa de movimento e laço, passa a ser nomeado e materializado pelos signos do capital, sendo, por meio deles, que se tenta fazer laço e se identificar.

Se há uma mudança na forma de investimento libidinal no outro, há também um impacto na relação com a perda, o luto e a sua elaboração. Segundo Byung-Chul Han (2019), diante do empobrecido elo com outro, típico do sujeito pós-moderno, o trabalho de enlutamento, sua lida com o sofrimento e o tempo longo para conclusão torna-se desnecessário, pois o sujeito poderia nomear novos objetos de satisfação com facilidade perante a gama que é oferecida constantemente.

No entanto, considerando a expressiva dificuldade do sujeito em lidar com a perda e a principal representante, a morte, talvez não seja possível atravessá-la de forma tão despretensiosa. Na tentativa de nomear outros objetos para suspensão dos afetos referentes à

perda de forma instantânea, os sujeitos ficam presos na cadeia de consumo, pois exercem apenas a função de tamponar superficialmente a falta, deixando ainda vestígios da angústia.

A expressão do sofrimento é contraposta de maneira incisiva e constante pela proposta da busca pela felicidade, enquanto meta prioritária dos sujeitos. Isso é construído e reforçado em grande parte por práticas psicológicas positivistas que, associadas ao consumismo, ofertam discursos com significantes ligados à produtividade e ao empreendedorismo como meios de administrar o eu e seus afetos. O alinhamento da subjetividade às práticas corporativistas, tornam o sujeito o único responsável pelo seu destino, em uma posição individualista e solitária, deslocando-o do que faz surgir o sujeito: a inserção no coletivo, no social, na civilização.

Diante da democracia da felicidade, apontada por Edgar Cabanas e Eva Illouz (2022), sofrer e bancar a vivência da tristeza e do luto torna-se sinônimo de fracasso, e devem ser vistos como fatores que precisam ser superados, por meio de muito esforço. Em escutas clínicas dos brumadinenses, era perceptível a existência de um processo pré-analítico em que era necessário autorizar o sujeito a dizer e expressar seus afetos relativos às diversas formas de lutos que eclodiram frente ao rompimento da barragem de minérios. Frases como: “Eu não posso estar assim, me sinto fracassada. Eu não perdi ninguém lá, vou fazer um exame médico, deve ser clínico”, diz um sujeito que vivenciava sintomas psicossomáticos ao escutar relatos da tragédia, mas negava estar afetada pelo discurso trágico. “Me desculpe por chorar, não posso estar assim, já passou um tempo”, diz um sujeito que havia perdido um filho (a) e recentemente um outro familiar muito próximo, encontrando-se em um estado intenso de luto. “As pessoas falam que eu devia estar feliz, porque eu recebi uma indenização e me cobram isso”, fala um familiar de vítima.

Na perspectiva da felicidade como regra, como uma estratégia neoliberal, o sofrimento torna-se combustível para movimentos consumistas que visam sua eliminação. Como uma mercadoria perfeita, a felicidade é associada a diversos objetos, modos e formas de vida, bens tecnológicos que podem ser acessados mediante investimentos financeiros. Caso contrário, a sensação de fracasso e culpa recai sob o eu (Cabana & Illouz, 2022). Diante da experiência do manejo do pós trágico em relação aos programas de indenizações individuais, é notória a tentativa de transformar o sofrimento em psicopatologias que, ao serem comprovadas, levam ao literal ganho financeiro, transforma o eu e o psíquico em réus de um crime que não cometeu.

O adoecimento psíquico incumbe ao sujeito a responsabilidade única por sua cura e, ao derivar de um espectro amplo de experiências ao longo da vida, ainda permite a negativa da

violação diante da não existência de nexo causal. Como forma de expressar a alienação a essa lógica, ao receber a população nos espaços de escuta, após as propostas de indenizações por abalo psicológico, era recorrente uma negativa ao convite de colocar-se à trabalho diante de seu sofrimento. Essa recusa vinha associada à esperança de superar o sofrer, por meio dos valores financeiros que viabilizariam a realização de prazeres objetais. No entanto, uma aposta que vacila ao longo do tempo, pois o recebimento das reparações não é suficiente para eliminar a insatisfação, o vazio e os afetos decorrentes da perda.

Em conformidade com a experiência apresentada, Cabana e Illouz (2022) refletem sobre a intensa aposta no eu. como meio de controle e gestão implícita neoliberal. Compreendem que essa forma de administração da subjetividade produz uma vivência ambígua para os sujeitos, em torno da projeção no ideal de eu, com um aspecto obsessivo de perfeição, e a fiel sensação de incompletude. Os autores apontam o ciclo interminável entre novas metas e a comprovação da falta inerente ao sujeito, movimento impulsionado pela demanda de gozo capitalista. Tal ambiguidade foi observada e retratada na escuta daqueles que, ao terem seu direito indenizatório concebido, sofriam frente à culpa do prazer derivado da perda trágica, paralisavam o desejo e a possibilidade de realização ao vir à tona a memória do dia 25 de janeiro de 2019, ou buscavam por uma nova indenização diante da continuidade do mal-estar e a impossibilidade da reparação dos afetos “nem vi o dinheiro, nem sei como gastei”.

A psicanálise se apresenta de forma antagônica a diversos pontos aqui apresentados, como na lida e no manejo do sofrimento, na patologização, nas classificações diagnósticas, na escuta e na ética do sujeito. Como aposta principal diante das intervenções e das estratégias neoliberais no que tange à subjetividade, elegemos como saída a vivência real do luto. Compreendemos que o estado de enlutamento, seus momentos e fases, em sua singularidade produzem de acordo com a teoria psicanalítica uma intensificação do trabalho de memória, ponto que se torna fundamental tanto para a possibilidade de amparo, estabilização diante da desorganização provocada pelo trágico e as mudanças decorrentes quanto ao deslocamento de posições e movimentos pessoais e principalmente coletivos.

Como a história de um sujeito é atravessada por sua vivência social e territorial, ao falar de si frente a um acontecimento que atinge toda uma cidade, reconstitui-se um lugar dentro de um todo, uma referência de apoio diante a “perda do chão” tão recorrente nas escutas clínicas. Uma coletivização do processo de luto, por meio do trabalho da memória, promove uma resistência à despersonalização e ao esquecimento do ocorrido, possibilitando não uma

melancolização e ruminação da perda, mas o questionamento, a politização de uma comunidade, a criação e a transformação do agora.

4 O LUTO E SEU POTENCIAL TRANSFORMADOR

Este capítulo abordará o desenvolvimento do conceito chave desta pesquisa: o luto, articulado à tragédia ocorrida na cidade de Brumadinho e seus vieses coletivo e político. Para tanto, utiliza como base teórica a psicanálise freudiana e suas releituras por autores como Judith Butler (2019, 2022), Paulo César Endo (2020, 2022), entre outros que contribuíram para a elucidação da temática e da pesquisa.

4.1 O luto brumadinense no viés freudiano

Então, não é que o luto seja o objetivo da política, mas sem a capacidade de enlutar perdemos aquela noção mais afiada de vida que necessitamos para que possamos nos opor à violência. (Butler, 2019, p. 12).

Barragem caracteriza-se como "qualquer estrutura construída dentro ou fora de um curso permanente ou temporário de água... para fins de contenção ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos" (Resolução Normativa Agência Nacional de Energia Elétrica nº 1.064, de 2 de maio de 2023). Uma barragem que se rompe é também o rompimento de uma estrutura interna sujeita e alicerçada por modos de reconhecimento e identificação do eu, constituída de investimentos libidinais e fortalecida por singulares modos de enlaçamento social. É o rompimento de uma estrutura externa composta por espaços simbólicos e históricos, mantida pela viva cultura e pela força dos territórios e comunidades. A lama derramada, um excesso que extravasava, vicosidade que paralisa corpos, imobiliza laços, impregna águas. É possível reconter? Novamente barrar, acumular, indenizar, apagar? O que se perde ao se romper? O que se rompe ao se mover?

Quatro anos de inúmeras escutas, apresentações múltiplas do sofrimento pela ausência do objeto de amor, que demandam um olhar ampliado, para além da perda do um. Diante do comum desamparo e da recorrente angústia que ressoa o trágico que permeia toda uma cidade, é necessário reconhecer um conceito que compreenda o luto para além do singular. Com uma metapsicologia que toca o social, Sigmund Freud, em *Luto e melancolia*, conceitua que o luto se trata da "... reação à perda de uma pessoa querida, ou de alguma abstração que esteja no lugar dela, como a pátria, a liberdade, um ideal etc" (Freud, 2016, p. 100). Esses tópicos se materializam por meio das vivências brumadinenses, e que se apresentam como forma de fazer testemunho, registro e memória das palavras que faziam escoar afetos e manifestos.

Indo ao encontro do primeiro aspecto apontado por Freud, temos como vítimas diretas da tragédia a perda de 272 pessoas queridas, próximas, conhecidas, vizinhas. Esses termos tentam descrever os modos dos vínculos sociais intimistas e interioranos, em que o valor dos laços ultrapassa as árvores genealógicas e as ligações consanguíneas. Nesse sentido, observa-se uma ampliação do luto pelo ente querido, que não se limita aos familiares, por meio de frases como: "Não aguento mais andar por Brumadinho, a cada dia eu descubro mais uma pessoa que morreu, é muito sofrido", discurso que se apresenta com frequência. Essa questão traduz o incômodo da descoberta diária de uma perda, concomitante à angústia dos familiares das vítimas que eram abordados de forma recorrente na busca por informações, além de alguns detalhes da perda e a tentativa de apaziguar o sofrimento desses, o que por sua vez se compreendia como um impedimento de expressar de fato.

Em continuidade aos tópicos do conceito, a perda da pátria colocada por Freud (2016) se assimila à perda de laços e identificações com o território, o que faz o sujeito se sentir pertencente a um grupo, um povo e um modo de vida. Logo, é necessário compreender o território como a terra delimitada pelo laço comunitário, o que mantém viva a história e a cultura local, um memorial em constante renovação e preservação. Nesse sentido, Brumadinho foi altamente atingido, pois a lama traz de forma intensa a desconfiguração de territórios rurais por onde passou, além de mudanças da cidade como um todo.

Nas escutas realizadas, diversos discursos marcam esse descontento: "Eu nasci lá, cresci lá, montei meu negócio, meus clientes eram de lá, muitos morreram e vou ter que mudar". Essa foi a tradução da angústia de pessoas dos territórios das zonas quentes que, mesmo ao resistirem à saída do local, eram invadidos novamente pelo som ininterrupto das máquinas, pela forte poeira da lama que havia secado, pela paisagem da destruição há alguns metros de casa. As perdas de modos e perspectivas de vida, por conta da imposta necessidade de mudar da zona rural para a área urbana, o que ocorria de maneira instável por parte da empresa: ora com imediatas indenizações para a concessão de nova moradia, ora por longas tentativas de acordo e trâmites judiciais que levavam famílias a morarem por anos em um quarto de pousada.

Desse modo, observam-se bairros e círculos sociais que passam por um processo de fragmentação, entre saídas imediatas e morosidades na resolução. Para quem fica, há a queixa do isolamento, do esvaziamento do bairro, da solidão de casas pulverizadas e distanciadas. Isso aumenta a insegurança, o medo, a sensação de injustiça e principalmente gerando o enfraquecimento da força coletiva de reivindicação de direitos. Para quem sai, resta a tentativa

de minimamente recuperar os vínculos passados, por meio da busca por novas casas em bairros escolhidos pelos antigos vizinhos, da demanda por atendimento em saúde no território de origem, por manter constantemente as visitas ao antigo lar agora vazio, além da tentativa de transpor para o novo território atividades e rotinas do passado.

Assim também a perda da liberdade é um aspecto que toca os munícipes, pois a desconfiguração da rotina e os modos de organização da cidade promovem uma insegurança que priva os moradores. É uma nova realidade sem parâmetros e referências que indiquem um caminho a seguir. Um futuro imprevisível mediante as consequências do rompimento como a contaminação ambiental e a exposição aos metais pesados, essas situações provocam insegurança, ansiedade e incertezas aos moradores, até mesmo nos órgãos públicos que buscam soluções e protocolos de cuidados, diante de poucas referências instrumentais e teóricas no campo de vigilância em saúde após o rompimento de barragens minerárias.

Por sua vez, as escutas clínicas também apontam para a perda da liberdade em expressar os diversos tipos de lutos diante dos contextos da imposição da felicidade e da limitação de tempo para o enlutamento. Essa questão é reforçada pelo estereótipo da psicopatologização dos fenômenos intrínsecos à subjetividade que passam a ser considerados transtorno mentais, com base nas regras dos manuais diagnósticos, como o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (2014). No manual, há a delimitação do tempo de 12 meses (para adultos) e 6 meses (para crianças) apresentarem afetos/sintomas relativos ao luto. Passado esse tempo a expressão da perda é classificada como “Transtorno do Luto Complexo Persistente”, estando apto às intervenções de cunho biomédico. Prazo ainda menor é colocado pela *Classificação Internacional de Doenças* (CID-11, 2022), que descreve como critério para definição do Transtorno do Luto Prolongado a vivência de sintomas típicos do luto por apenas 6 meses para todos os públicos.

Associado a essas questões, ainda se destaca a não liberdade em expressar-se ligada à suposta compensação financeira que, no senso popular e da empresa, eliminaria o sofrimento, conforme as frases: “Como eu já fui indenizado, acham que eu tenho que estar bem”. Além disso, há a comparação dos níveis de perda de cunho moralista que levavam a autorização ou não de se considerar atingido e enlutado. Tais questões dizem de uma reprodução dos diversos critérios das práticas jurídicas e dos acordos, o que reflete nas relações sociais e familiares.

Frente à tragédia, escancarou-se o fato de que a cidade sempre esteve aprisionada nas lógicas da indústria minerária, o que se afirma diariamente, ao escutar as buzinas dos trens e

ver os vagões carregados de minério, cortando o centro da cidade. No entanto, observa-se na cidade o início de uma busca pela mudança do contexto da minério-dependência, diante do lançamento, no dia 03 de agosto de 2023, do projeto de um distrito industrial em Brumadinho, como meio de incentivo às novas formas econômicas de sustentação municipal (Minas Gerais, 2023).

Esse movimento denuncia um luto também advindo da perda de ideais, pois o município e seus residentes mantinham idealizações do campo do trabalho alinhadas às propostas das minerações. Esse ideal coletivo lentamente se dissolve, mas é reforçado pela dependência financeira da mineração que passou a se manter por indenizações concedidas à população. Em meio às transformações dos ideais coletivos, a experiência do trágico que aproxima os sujeitos da vulnerabilidade do próprio corpo, perante a morte repentina, proporcionou reflexões sobre os ideais singulares.

Por meio do acolhimento e da escuta clínica, foi possível observar o constante questionamento dos representantes fálicos elegidos pelos sujeitos e os ideais correlacionados aos orientadores neoliberais que passam a cair e deixar de ser norteadores dos desejos. Notadamente também se manifestava a sensibilidade e a dificuldade em lidar com diversas experiências que remetiam à finitude, demandando a ressignificação da fantasia de imortalidade, potencialidade e projeções alienadas ao futuro. Ao serem acolhidas, essas questões traziam movimentos efetivos e, até mesmo, mais rápidos em relação aos tempos analíticos já apontados por Lacan (1998) entre o ver, o compreender e o concluir.

Como exemplo, nas discussões e nas reuniões clínicas entre os profissionais da rede da saúde mental, destacou-se com nitidez, em alguns casos acompanhados, uma amenização dos dilemas dos pacientes, que se mantinham há longa data, através da aposta mais resolutiva no desejo. Houve um avanço nas ações, nas escolhas e nos novos comportamentos, uma lida com o trágico que contrapôs a paralisação relacionada à mortificação do sujeito, e trouxe um alinhamento com movimentos de vida.

Seguindo a metapsicologia do luto, Freud (2016) descreve como sintoma e parte de seu processo, a perda do interesse pelo mundo externo e da capacidade de adotar um novo objeto de amor, o que significaria substituir o objeto perdido, além do afastamento de atividades que não estejam ligadas aos pensamentos relativos à perda. Traduz-se como consequência do luto a "inibição e limitação do Eu" (p. 100). Em meio às características de produtividade, eficácia e consumismo que marcam a expressão da política neoliberal na subjetividade, permitir a

vivência do luto é um ato político de resistência em prol da possibilidade de se fazer sujeito a cada perda. Recolhimento e introspecção do eu se tornam fundamentais para a viabilização das fases que conduzem o sujeito na direção da ressignificação da perda e de si mesmo.

Como aponta Freud (2016), no luto a perda do objeto está consumada, através da prova de realidade e se exige o desligamento da libido investida. No entanto, em contraste com a teoria, a violência da onda de rejeitos de minério sobre os corpos e sua consequência traz uma interferência no processo de comprovação psíquica da perda. As escutas realizadas perpassavam pelas peculiaridades das vidas que foram "mineradas". Como no processo de extração do minério de ferro, os corpos foram fragmentados e enterrados no chão da empresa de forma indigna, a muitos metros de profundidade. Ao longo dos quatro anos de procura das vítimas, ainda não localizadas em sua totalidade, a utilização de máquinas pesadas e próprias do processo de separação de minerais têm sido utilizadas na tentativa de localizar os fragmentos corpóreos que ainda resistem ao tempo.

Todas as características da tragédia impactavam diretamente na passagem pelo estado de luto, pois a experiência brumadinense trazia em si um "velório sem corpo", como nomeado por um familiar diante da espera da localização de seu ente e a indefinição da morte por ausência de informações. Esse aspecto que leva à dificuldade de simbolização e do teste de realidade da perda diante de rituais atípicos: velórios curtíssimos, de 30 minutos, devido ao alto número de mortos; caixões lacrados devido à desfiguração da imagem das vítimas; corpos incompletos, sendo avaliados diante do peso atípico dos caixões; filas de carros funerários; improvisações de espaços para o acolhimento de familiares e amigos para a breve despedida.

Ainda é necessário pontuar que, em relação ao trabalho do luto, Freud (2016) esclarece sobre a dificuldade de consentimento com a perda e a resistência em abandonar a posição libidinal ocupada diante do objeto. Esse ponto foi intensificado na vivência das perdas brumadinenses, juntamente com um literal afastamento da realidade, pela construção de fantasias relacionadas à sobrevivência dos funcionários que poderiam estar pelas matas. Uma "psicose alucinatória do desejo" (Freud, 2016, p. 92) em oposição à perda, foi incentivada pelo longo prazo de ausência de informações concretas e oficiais sobre as vítimas que deveriam ser fornecidas pela mineradora[8].

[8] Esse fato foi relembrado pelos familiares no primeiro seminário organizado pela associação AVABRUM, em que relataram a busca angustiante pelas listas atualizadas com os nomes das vítimas e resgatados e denunciam que até n data do evento, 24 de janeiro de 2023, não haviam recebido nem mesmo uma ligação formal da empresa responsável pelo crime.

Como citado por Freud (2020), os movimentos de desinvestimentos libidinais ocorrem em meio a vivências dolorosas por remeterem os sujeitos à consciência da própria finitude, reforçado pelo fato de que "no fundo ninguém acredita em sua própria morte, ou, o que vem a ser o mesmo: no inconsciente cada um de nós está convencido de sua imortalidade" (p. 92). De acordo com o psicanalista, a morte traz consigo algo do irrepresentável, em que, ao tentarmos imaginá-la, sempre ficamos na posição de expectador.

Nessa perspectiva, há também uma dificuldade para a vivência do luto, em meio à conjuntura contemporânea que contrapõe a necessidade de tempo para a realização do processo de superinvestimento libidinal no objeto que se foi e a aceitação da perda. Dentro dessa perspectiva, a teoria freudiana aponta: "Cada uma das lembranças e expectativas pelas quais a libido estava conectada ao objeto é enfocada, superinvestida (*uberbesetzt*), e nelas ocorre a dissolução da libido . . . O curioso é que esse desprazer doloroso nos parece natural" (Freud, 2016, p. 101). Em meio às difíceis escutas disponibilizadas à população[9], era frequente o discurso de agradecimento pelo simples fato de suportar o ouvir, algo raro e valioso para os pacientes que, por vezes, eram silenciados com imposições da superação do fato, a impaciência diante da repetição e da insistência na temática, a repugnação dos aspectos funestos e a ainda presente demanda de "falar de vida na cidade e esquecer o ocorrido". São expressões de uma sociedade que evita a escuta do sofrimento e enxergar suas expressões no outro, atitude de esquiva que visa manter este afeto encoberto.

Diante dessas considerações, destaca-se a vertente do tempo, pois é por meio da inversão do seu ritmo na lida com o trauma e o luto que identificamos importantes impactos subjetivos, como já refletido por meio das colocações de Endo (2022), em que a imediatez das vivências traumáticas conduz o sujeito à busca pela imediatez de soluções, muitas vezes repetidamente trágica. Na contramão das velozes e imediatas soluções para o mal-estar, o luto se apresenta, citando Freud (2016), "a tarefa que a realidade solicita não pode ser atendida imediatamente. Ela é cumprida pouco a pouco, com grande dispêndio de tempo e de energia de investimento (*Besetzungsenergie*), ao mesmo tempo em que a existência do objeto é psiquicamente prolongada" (p. 101).

[9] Os atendimentos realizados à população também impunham aos profissionais a acolhida de relatos jamais experienciados, com detalhamentos fúnebres das perdas, pelo potencial destrutivo da onda de rejeitos. Isso se aproximava de um cenário pós-guerra, sendo buscado como solução momentos de apoio mútuo entre os profissionais que se escutavam e revezavam as funções.

Desse modo, por meio do processo de superinvestimento no objeto perdido, apresenta-se o trabalho incessante de rememoração, em que as memórias relacionadas ao que se perdeu são trazidas para o discurso dos sujeitos de forma vívida e intensa, ao longo do tempo. Por meio desse processo, a leitura psicanalítica do luto e a escuta clínica orientam que é possível realizar uma reflexão ampliada sobre qual aspecto do Eu se perdeu juntamente com o objeto. Localizar-se perante a perda por meio de fragmentos retomados da própria história, revisitar lutos passados e vivências ainda não elaboradas, é um fenômeno clínico e singular, ao mesmo tempo que político e coletivo. A filósofa Jeanne Gagnebin (2006), em suas pesquisas sobre o Holocausto, retoma as teorias benjaminianas e descreve o processo de rememorar:

> Tal rememoração implica uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalcado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente (Gabnebin, 2006, p. 55).

Nesse sentido, na obra freudiana, as apresentações do modo de finalização do luto indicam a importância do processo de rememoração e sua influência na transformação do Eu. A questão é contemplada em dois momentos distintos dos escritos de Freud, indicando o avanço e o desenvolvimento da teoria, em que as mudanças teóricas são também influenciadas pela vivência de luto do próprio autor que perdeu sua filha Sophie, no ano de 1920, devido ao quadro de gripe avançada, como biografado por Peter Gay (1988)

Inicialmente, em 1917, Freud compreende que o luto termina quando o Eu realiza o gradativo desligamento, abandono ou renúncia ao objeto perdido, assim ocorrendo a liberação da libido para o investimento em outros objetos. Desse modo, ao enfim declarar a morte do objeto, é oferecido o "prêmio de continuar a viver" (p. 117). Já em 1923, o psicanalista retoma os escritos sobre o luto e a melancolia, declarando que em ambas as posições de lida com a perda (no luto e na melancolia), não é raro acontecer uma alteração do Eu. Essa alteração diz respeito ao processo de identificação do Eu com o objeto perdido, o que facilitaria o abandono do que se foi, tratando-se de uma conversão da libido dirigida ao objeto em libido narcísica

“para depois dar-lhe quiçá outra meta” (Freud, 1923, p. 25) e assim dar seguimento à cadeia desejante.

Didaticamente, o autor exemplifica que, quando o Eu assume os traços daquilo que se foi, ocorre um processo similar à lógica da recompensa, gerando maior controle da instância desejante, o Id. Essa questão foi observada por vezes na escuta clínica em Brumadinho, quando, por exemplo, alguns brumadinenses com vínculo de parentesco das vítimas fatais se dispuseram a participar de processos seletivos para trabalhar na mineração Vale após o ocorrido trágico. Em um caso específico, a escolha do novo trabalho apontava para uma possível reidentificação com a vítima e a empresa, pois traziam-se para os atendimentos de forma intensa os significantes produzidos pelo uso do uniforme, crachá e outros itens que um dia foram utilizados pelo ente. Isso gerava psicossomatizações consideráveis, até que o sujeito lentamente consegue direcionar suas escolhas para outras características do objeto de amor que eram possíveis de concretizar com menor sofrimento, como o apreço pela agricultura de seu familiar e a decisão de também investir e dar continuidade a esse desejo: “... então agora irei assumir o terreno, é isso que irei fazer”. Assim, o paciente realizava seu percurso de enlutamento em um trabalho dinamizado pela memória em ato, os movimentos de identificação e transformação do Eu, até se encontrar com o espaço político de uma associação, onde por meio da palavra e da força do coletivo, assume a perda e se movimenta por meio dela, fazendo “uma espécie de sublimação” (Freud, 1923, p. 25).

Nessa perspectiva, as mudanças de interpretação do processo final da vivência de luto, Freud (1923) aponta que não há um abandono do objeto perdido, mas uma introjeção de parte da história que ligava a ele, uma inscrição de um traço do objeto em nosso Eu. Assim, esclarece que, desde a constituição do sujeito, o caráter do Eu é formado por fragmentos dos objetos que perdemos, “um precipitado dos investimentos objetais abandonados, de que contém a história dessas escolhas de objeto” (p. 24). Deste modo que a vivência do estado de luto mediante a acolhida e a produção de espaços para a retomada da história dos sujeitos, dos territórios e de uma cidade torna-se fundamental para a reorganização do Eu e do espaço social atordoado pelo trágico. Então, a memória pode ser sustentáculo para a criação diante da perda, o novo que se constrói diante do olhar, por vezes questionador, para o passado.

4.1.1 A memória como instrumento do luto

Diante das colocações freudianas, é possível compreender que o luto compõe a gênese do sujeito em sua interface singular e social. Por meio do vínculo e do laço construído com o objeto, observa-se a vivência real do luto. Como já descrito, as suposições sobre a finalização do processo de enlutamento perpassam por momentos distintos, porém nesse momento, destacamos como ponto fundamental da vivência do luto o questionamento: O que de fato se perdeu na perda? Guilherme Rocha (comunicação pessoal, 03 novembro de 2023)[10] esclarece que, ao lidar com esse questionamento, o sujeito lida com um momento crucial no atravessamento do luto, pois a divisão subjetiva aparece e o não-saber sobre o que foi perdido permite uma travessia fantasmática, que move e conclui o processo da perda do objeto. Posição que contrapõe a típica "certeza melancólica" do que perdeu, onde não ocorre a dialetização do seu saber sobre o objeto perdido e não há o consentimento com esse movimento de travessia.

A busca pela resposta sobre o que foi de fato perdido na perda vivenciada, diz da singularidade dos laços construídos com os objetos: a cada relação, há um modo de se enxergar e se reconhecer por meio do Outro. Contudo, diante um acontecimento trágico ampliado, há uma vertente coletiva e social da perda, em que se torna necessário identificar a falta e o vazio que se instauram na comunidade e no território. Questionar, pesquisar, debruçar, repetir, descobrir são demandas inerentes ao trabalho do luto que descrevem a rememoração: "ato ou efeito, de avivar uma lembrança" (Houaiss, 2009, p. 1641). Essas ações possibilitam que a memória e a história coletiva se tornem amparo e alicerces para a ressignificação e a criação por meio das vivências trágicas.

No texto *Mal-estar na Cultura* (Freud, 1920), as ruínas de Roma são utilizadas por Freud para exemplificar a conservação do passado no psíquico. Uma desafiadora brincadeira realizada pelo psicanalista tenta projetar ou localizar o passado que subsiste ao presente, sobrepondo imagens de referências históricas da cidade às novas criações e arquiteturas modernas. Desse modo, é possível obter múltiplas visões que transitam entre o passado e o presente, por uma pequena alteração da posição ou direção do olhar.

O exercício proposto por Freud, vai ao encontro da presente pesquisa, ao demonstrar a marca de um passado que pode ser enxergado nos pequenos detalhes da cidade por meio dos múltiplos ângulos e posicionamentos dos indivíduos e dos coletivos. Diante dos cenários e

[10] Comentário proferido por Guilherme Massara Rocha, em comunicação pessoal, Belo Horizonte, 03 nov. 2023

paisagens brumadinenses, algo resiste e faz furo, na tentativa de apagar a história trágica. Detalhes minuciosos surgem entre os novos monumentos e obras reparatórias, anunciando que há ainda marcas do rompimento da barragem e do risco que a cidade se mantém exposta, por meio da exploração minerária.

Ao andarmos pelas estradas restauradas e com novas pavimentações, encontramos as inúmeras e tardias placas de orientações de risco e salvamento, ou, entre os tapumes que tentam limitar a visão da área atingida, vemos as grandes erosões provocadas pela lama, além do período das cheias do rio Paraopeba que fazem transbordar pela cidade os restos da lama que se concentraram no fundo. Tais questões indicam uma vívida memória que se coloca sob as ruas da cidade para a permissão e do desejo do olhar.

No referido texto, as primeiras construções sobre o psiquismo são colocadas, ao comparar Roma a um ser psíquico longo e rico em que "nada do que uma vez aconteceu tenha perecido, no qual, ao lado da última fase de desenvolvimento, subsistam também ainda todas as fases anteriores" (Freud, 1920, p. 252). Para Freud, mesmo diante das diversas possibilidades de interferências no que se passou e sua manifestação, é possível insistir que a conservação do passado na vida anímica é "antes regra do que estranha exceção" (p. 254).

Nesse sentido, desde os primeiros escritos metapsicológicos de Freud, alguns aspectos sobre a memória já se estabeleciam como conceito fundamental para a compreensão do aparelho psíquico. Ao longo do desenvolvimento da psicanálise freudiana, a memória se apresenta de forma "múltipla, dinâmica, inscrita e inconsciente" (Nascimento, 2018, localização 1043). O conceito ultrapassa a restrita ideia de a memória apenas compor parte da estrutura psíquica e avança para o âmbito social, indicando a influência da cultura e das experiências coletivas em sua constituição, fazendo-se compor por "restos deixados pelas experiências" (Nascimento, 2018, localização 1064) que se estabelecem por meio de lembranças e traços inconscientes, forjando suas funções basilares: o lembrar e o esquecer.

Como um memorial a céu aberto, a cidade testemunha rastros e símbolos da história que se mantêm à disposição para sua evocação, cenários do trágico dispostos ao tempo. A temporalidade, por sua vez, influencia a modificação do espaço e dos objetos que representam a tragédia e, também, ordena os distintos momentos de olhar, interpretar, lembrar e esquecer. Esses tempos são atravessados pelos sujeitos interligados aos territórios, grupos e entidades, em suas especificidades.

Ao retomar os primeiros escritos de Freud sobre a temática, observamos uma passagem significante para o acontecimento: “Portanto, o que há de fundamentalmente novo em minha teoria é a afirmação de que a memória não está disposta em apenas uma, mas em várias camadas, que é escrita com vários tipos de signos [Zeichen]” (Freud, 2016, p. 27). A tragédia em sua dimensão ampliada também aponta para diversos desdobramentos, como as camadas da memória, trazendo marcas e significantes singulares em seu desenrolar. No entanto, é presente um aspecto coletivo da vivência do luto, que no recorte proposto pela pesquisa reflete o trabalho de rememoração também coletiva.

Ao pensar sobre o potencial do viés político do luto, o filósofo Slavoj Zizek (2012) utiliza o esquema das etapas do luto de Kubler-Ross (2017), para pensar a consciência social diante de trágicas e importantes mudanças históricas, econômicas e comunitárias comparadas ao apocalipse. Apesar de compreendermos uma não linearidade no atravessamento do luto e suas expressões, utilizamos didaticamente Elisabeth Kubler-Ross (2017), que, juntamente com as construções de Zizek, indicam importantes momentos para a viabilização do reconhecimento de violações sociais, pela descrição das etapas: a negação e o isolamento, a raiva, a barganha, a depressão e a aceitação.

De acordo com o autor e articulando com a temática desta pesquisa, a negação é uma das primeiras reações mediante ao fato trágico, quando há a revelação das maquinações e as articulações empresariais, desrespeitosas ao direito à vida e à segurança pessoal. Em Brumadinho, a posição de negação foi expressa na idealização criada em torno da empresa; na tentativa de não reconhecimento do acontecimento como crime, e sim acidente; na não validação das inúmeras formas de prejuízo ambiental e social ocasionados por uma mineração; no silenciamento e nas críticas aos manifestos por justiça e mudanças; na permissividade em continuar as atividades ligadas às minerações, sem mudanças importantes para a garantia de segurança, dentre outros. Essas resistências se justificam por Freud (2016), por meio da dificuldade de frustrarmos as idealizações direcionadas ao objeto de amor, no qual realizamos investimentos libidinais.

Em observação participante, poucos dias após o rompimento da barragem, foram notórios discursos e postagens nas redes sociais que buscavam rememorar as práticas de segurança do trabalho da mineração e as regras rígidas direcionadas aos trabalhadores sobre os cuidados contra acidentes. Imagens de certificados de cursos circulavam via internet, com frases que diziam da prioridade da empresa em zelar pela segurança dos trabalhadores. A princípio,

esse movimento foi um meio de justificar a suposta inocência da empresa, mas ao longo do tempo tornou-se meio de manifesto popular.

O segundo estágio surge, segundo o filósofo, "nas explosões de raiva contra as injustiças da nova ordem mundial" (Zizek, 2012, p. 12), o que podia ser visto nas pichações com dizeres de ataques à mineração. A experiência das perdas múltiplas comprovadas após alguns dias de buscas das vítimas, os efeitos das mudanças territoriais e a divulgação de parte das investigações do acontecimento geraram as primeiras manifestações populares, com numerosa participação.

No sétimo dia do rompimento da barragem em Brumadinho, houve um movimento em todo o país, com manifestações organizadas pela Frente Brasil Popular. Em Brumadinho, a organização realizou o impedimento da passagem de trens e caminhões que continuavam a transportar minério de ferro normalmente (Hermanson, 2019), uma expressão clássica da necroeconomia e do neoliberalismo. As manifestações brumadinenses iniciais apontavam para as perdas, em uma posição saudosista da cidade antes do acontecimento e a esperança de uma retomada desse passado. Imagens na internet, em sites jornalísticos (Brumadinho antes e depois: veja imagens do rompimento de barragem da Vale, 2019), mostravam o antes e o depois da região atingida, reforçando a alusão entre passado e presente. Nesse momento, a memória coletiva estava a trabalho, mas ainda permeada pelos efeitos do trágico, com certa suspensão e desorganização dos afetos.

Entretanto, conforme aponta Zizek (2012), esse momento de revolta coletiva logo é sucedido por comportamentos de barganha, em que se compreende a tentativa de retomar uma estabilidade, uma reparação, um retorno ao momento anterior ao trágico, por meio de trocas e pequenas articulações. Isso pode se reconhecer na proposta da empresa de compensar as perdas, por meio do capital. A indenização emergencial gerou uma nova resposta da população que, em grande parte, subverteu o olhar e a posição que a mineração ocupava de criminosa e violenta, para provedora e detentora da garantia de uma estabilidade futura. Nesse momento, ainda se encontra a comunidade brumadinense, salvo algumas situações em que, como aponta Zizek (2012), houve o fracasso da barganha.

A saída por meio da barganha apresenta uma estratégia interligada ao duplo aspecto que contempla o funcionamento da memória: o lembrar e o esquecer. Observava-se em meio às escutas uma tentativa de apagamento dos afetos advindos da perda e do luto, pelas expectativas e projeções de realização pessoal embasadas nas indenizações. Nas buscas por relatórios com

fins indenizatórios, ao convocar os sujeitos a dizerem suas experiências diante da tragédia para além dos descritivos dos sintomas, o vazio se estabelecia. Essa situação muitas vezes era acompanhada por discursos radicais sobre o não desejo de lembrar ou, até mesmo, a impossibilidade de traduzir as lembranças sobre a experiência, devido à potência dos afetos produzidos, além de posicionamentos que indicavam claramente a intenção de compensação pela experiência trágica, sendo a lembrança uma moeda de troca.

Essas questões levavam a um posicionamento frequente de esquiva e negação à continuidade do trabalho de escuta ofertado. Excedendo os efeitos do trágico que silenciam os sujeitos, parte-se do pressuposto de que a barganha ocorria em consonância com a lógica da capitalização do sofrimento, alinhada à busca pelo apagamento da história dos sujeitos e de sua comunidade.

Contrapondo a ideia de desconstrução da memória, no texto "Lembrar, Repetir e Perlaborar", Freud (1914) realiza um descolamento da compreensão do esquecimento com o apagamento das lembranças, pois considera como componentes da memória os traços inconscientes e recalcados. Tracejados de uma história que faz marcas, algumas vezes encobertas, podemos compreender a memória como uma "incessante permanência dos restos deixados pelas experiências" (Nascimento, 2018, localização 1072). Freud exemplifica essa passagem com as falas recorrentes de seus analisandos sobre um saber que, antes de colocarem em trabalho analítico, não era acessado, mas revelava-se como algo que estava sempre ali, desprovido de atenção e olhar, inacessível por meio do processo de recalcamento das experiências traumáticas.

Como parte desses restos, ao longo das construções teóricas sobre a memória, Freud (2023) orienta sobre o surgimento das lembranças encobridoras. Essas surgem como substitutas de memórias significativas que foram recalcadas. Diante das vivências traumáticas, no qual a lembrança direta é impedida por uma resistência, surge uma lembrança de teor indiferente, mas acessível a consciência. Essa segunda lembrança carrega em si um traço da experiência original, havendo um deslocamento de uma lembrança com grande carga traumática para uma segunda que busca encobri-la, mas não a elimina.

Como exemplo, diante da disponibilização das escutas e atendimentos, chegou um sujeito que demandava de forma insistente e imediata a saída de sua casa, por meio de uma ação reparatória. Tomado por um rebaixamento do humor intenso, uma desvitalização e um isolamento social, era mantido durante vários agendamentos o silêncio e a negativa de falar de

si. Isso era sucedido por diversas tentativas de expressão pela via do corpo e do ato, quando estava em sua casa. Diante dos persistentes agendamentos, começa a surgir a associação do incômodo com o espaço de moradia e o rompimento da barragem, algo justificável e real diante da mudança do contexto territorial que levou à perda de suas referências territoriais, uma queixa coletiva dos territórios parcialmente atingidos pela lama. Mesmo diante da conquista da mudança de endereço, o sentimento persistia e os sintomas também. No entanto, ao longo do tempo e das escutas, algo de sua história surge como uma lembrança do passado, que, ao ser dialetizada, demonstra grande carga afetiva. Sua infância era interpretada através de um constante não lugar. Diante da perda traumática das referências de cuidado, o sujeito foi submetido a diversas mudanças de casa, entre uma constante insatisfação advinda da sensação de abandono e não adequação.

A retomada da lembrança da infância, por meio do exercício da rememoração, possibilitou um movimento importante no caso. Para além da estrutura psíquica do sujeito que se manteve, foi possível a construção de novos caminhos entre a busca pela garantia de seus direitos e seu posicionamento subjetivo. O acesso ao passado traumático, por meio da revivescência do trauma no presente que apresentava cenas distintas, mas com os mesmos traços, possibilitou a criação de novas apostas futuras e a elaboração de parte de suas vivências. O fragmento de caso aponta para uma reflexão sobre a repetição, juntamente com a passagem do texto freudiano: “. . . podemos dizer que o analisando não se lembra de mais nada do que foi esquecido e recalcado, mas ele atua com aquilo. Ele não o reproduz como lembrança, mas como ato, ele repete sem, obviamente, saber que o repete” (Freud, 1914, p. 136).

O imediatismo do acontecimento provocou efeitos em grande parte da população que, diante os impasses e entraves para a expressão do traumático, atuava por meio de comportamentos também imediatistas, nas demandas sempre urgentes direcionadas aos serviços de saúde, na irritabilidade diante da espera, na dificuldade em atravessar o tempo de compreensão analítico e, até mesmo, nas escolhas por saídas imediatas para o alívio do sofrimento, como demandas por psicotrópicos ou tentativas de autoextermínio. Uma constante repetição do que não foi elaborado e recebeu como estímulo, por propostas de reparação financeiras, a imposição de expressar o sofrimento por meio do sintoma que se manifesta no real do corpo. Assim, foi inviabilizada a palavra que traria uma dimensão ampliada dos lutos vivenciados no presente e no passado.

A repetição aponta para um automatismo paralisante no qual o sujeito se mantém em um limbo temporal. Suspenso no tempo, não há a viabilização da articulação de suas vivências presentes com sua história passada que levaria a elaborações e criações de um por vir. Como sintetizado por Endo (2022) sobre a repetição "Ela é a incorporação de um tempo sem tempo e por isso destrói a possibilidade de arquivo. Ela o faz porque o arquivo é o que se guarda para o futuro, para a posteridade e, ao mesmo tempo, é a única resposta à pergunta sobre a verdade – ainda que essa resposta seja sempre imperfeita e lacunar" (p. 323). E parafraseando o autor, diante da tentativa de supressão e manipulação da história, a que verdade se esquiva a empresa, ao perpetuar e estender ações que paralisam o sujeito no estado sintomático e credita a responsabilidade de todo o trágico ao adoecimento mental?

Diante da proposta de morosos acordos por indenizações, agora judicializados, por abalo à saúde mental, após 4 anos do rompimento da barragem os atingidos ainda estão na fase da produção de provas (TJMG, 2023) sobre o luto, o sofrer e as consequências das perdas. Assim, precisam passar por novas perícias médicas, como meio de avaliação dos requisitos para comprovação do abalo, o que demanda avaliação do prontuário, continuidade do uso de medicações e permanência dos sintomas.

Dessa forma, em busca da garantia dos direitos pela violência sofrida, é implicitamente colocada a necessidade dos sujeitos se fixarem e permanecerem na repetição do momento em que o corpo expressava pela via dos sintomas a vivência do trágico. É inviabilizado o movimento de mudanças, avanços terapêuticos e a transformação do psicossomático em palavras que dizem do sofrer singular, das perdas anteriores do sujeito e seus sintomas estruturais. Também se desconsidera o viés coletivo das violências sociais perpetuadas e as perdas múltiplas que dela advêm.

Para além do aspecto singular, o caso também aponta na segunda cena traumática a desconstrução da referência territorial que dizia da perda de identificação com o espaço: um bairro que antes do rompimento viabilizava acolhimento, sensação de pertencimento e vínculos afetivos. Essas questões apareciam quando o sujeito dizia do incômodo com os novos endereços, por não encontrar em nenhum a sensação de lar, pois não havia mais as particularidades e as características da região que agora habitavam apenas sua memória.

Nesse sentido, é necessário ressaltar que para a psicanálise o sujeito surge por meio de sua inserção na cultura. Assim, a história e a memória coletiva são consideradas como componentes do Eu. Desse modo, a separação entre os aspectos singulares e coletivos dos

engodos de um sujeito parte de uma linha tênue e solúvel. Em seu livro, Nascimento (2018) ressalta a abordagem moebiana da psicanálise, que frente ao estudo da memória, sempre em reconstrução no presente, permeia e circula entre o social e o individual, sendo inaplicável a separação dessas nuances.

Retomando o fragmento de caso, é perceptível que a ligação de duas vivências de lutos ainda não elaborados diante da interpretação sintomática: "novamente sem lugar" provocou angústia e sofrimento suficientes para ultrapassar e impossibilitar o tamponamento da perda pela barganha. A situação reforça o movimento de alternância entre o esquecer e o lembrar, como um mecanismo típico da memória, sendo frustrada a ideia da possibilidade de superação do luto, por meio da substituição de objetos perdidos, um viés teórico que contrapõe à tendência consumista moderna.

No exemplo descrito e em demais casos atendidos, a conquista de um bem reparatório, por vezes esvaziam os sujeitos de se lembrarem ainda mais da perda, gerando até mesmo uma dificuldade de usufruir da compensação em função da culpa gerada pela sombra do objeto perdido que atravessava o suposto momento de prazer. A possível estagnação nas etapas de negação e/ou barganha remete ao que Freud coloca sobre as ilusões e as idealizações, ressaltando que elas são bem-vindas, pois exercem o papel de evitar o desprazer, mantendo até uma posição de gozo.

No entanto, "Temos, então, de aceitar sem reclamação que, em algum momento, elas se chocam com uma parte da realidade na qual se despedaçam" (Freud, 2020, p. 82). Aplicando essa passagem à experiência de Brumadinho e sua relação com a mineração, é possível considerar que a forma de manejo do trágico por parte da empresa demonstra uma tentativa de manter intacta a imagem trincada pelo rompimento, não permitindo o despedaçar por meio do aporte financeiro destinado aos atingidos, ao município e ao estado; e das intervenções dos profissionais da saúde mental contratados, as ações de marketing, dentre outras articulações. Essas ações ultrapassam o sentido da garantia de direitos e reparação, e atingem algo do excesso, deixando atordoado, em êxtase e gozo, e a desvinculação é evitada, por levar ao encontro com o vazio, o pior e o luto.

Como aponta Zizek (2012), o fracasso da barganha possibilita a entrada na fase da depressão, compreendida como o encontro com a realidade da perda em seus diversos âmbitos e na sua multiplicidade de afetos, apresentando um abatimento singular e até mesmo em massa que, se acolhido e trabalhado, pode provocar movimentos, como a entrada na fase de aceitação.

Para o filósofo, o verbo “aceitar” é colocado não no sentido passivo do termo, mas buscando uma emancipação subjetiva por meio da perda, referindo-se à retomada do ponto zero em que “não vemos mais as coisas como ameaças, mas como uma oportunidade de recomeçar” (p. 13). A questão também é trabalhada por Endo (2022), ao dizer da entrada do sujeito em análise e o contato com o traumático não elaborado:

> Uma “imersão completa no passado traumático” aponta para um processo de retomada do marco zero da significação imposto pelo trauma onde algo permaneceu quieto e escuro. Algo que gera a mais absoluta ignorância e impossibilidade e que, talvez, por isso, insiste em despertar, abrir-se em perspectiva ou arrastar o eu à bancarrota (Endo, 2022, p. 55).

Nesse sentido, a emancipação do sujeito que atravessa a perda traumática pode ser constituída através do longo e necessário caminho da rememoração, onde por meio do outro perdido o sujeito se encontra com o núcleo de seu trauma, com aquilo que a perda evocou de seu Eu. Nesse momento, depara-se com a possibilidade de “abrir-se em perspectiva”, como citado por Endo (2022, p. 55), criando possibilidades de existir e de se posicionar, inserindo aquilo que se perdeu na cadeia dos lutos passados constituintes de seu Eu e de sua história.

4.1.2 O luto em seu potencial político, a vivência brumadinense orientada por Judith Butler

Ainda no viés da aceitação da perda, para Judith Butler (2019), o encontro com o traumático e o luto é o que nos unifica enquanto sujeitos, possibilitando a construção do coletivo, do “nós”, pois temos em comum, como parte de nossa subjetividade, a vivência da perda de algum objeto de amor. Segundo a autora, a vulnerabilidade de nossos corpos dispostos às perdas advém de nossa constituição política e social, apontando que nossos laços e apegos levam ao risco de lidar com a finitude dessas ligações, com a exposição aos outros e a viver possíveis violações. Sem grandes possibilidades de escolhas, ao nos tornarmos sujeitos, estamos submetidos à vivência coletiva da falta e do risco.

Assim, o atravessamento dos lutos advindos da coletividade traz consigo a dimensão da experiência de transformação social, pois não é possível a retomada de um estado anterior que desconsidere a falta, mas é necessário construir novas possibilidades de um corpo social permeado pela ausência do objeto perdido e alicerçado pelas memórias do que se foi. Butler (2019) ressalta a imprevisibilidade do processo de transformação que o luto evoca, inclusive em sua vivência cotidiana que é perpassada por ondas de sentimentos e posições diante a perda.

O acolhimento e o não rechaçamento dos momentos e afetos advindos do processo de luto no coletivo são fundamentais para que a comunidade redescubra o seu lugar, junto à perda, assim como as novas possibilidades de se colocar no mundo. Assim, a introjeção provocada pelo luto e o superinvestimento no objeto perdido, por exemplo, são meios de refletir sobre a identidade, a cultura, a riqueza territorial de uma cidade, aspectos que foram fragmentados, mas são passíveis de uma ressignificação coletiva.

> Quando perdemos certas pessoas, ou quando somos despossuídos de um lugar, ou de uma comunidade, podemos simplesmente sentir que estamos passando por algo temporário, que o luto passará e que alguma restauração da ordem anterior será alcançada. Mas talvez, quando passamos pelo que passamos, algo sobre o que somos nos é revelado, algo que delineia os laços que mantemos com os outros, que nos mostra que esses laços constituem o que somos, laços e elos que nos compõem (Butler, 2019, p. 30).

Partindo dessa perspectiva, o rompimento da barragem de rejeitos provocou um olhar para Brumadinho como nunca havia ocorrido. A cidade que antes era conhecida em outras regiões restritamente em função do museu contemporâneo Inhotim passa a ocupar espaços na mídia de modo frequente. A princípio, a exposição advinha do desenrolar da tragédia, o que de certa forma ainda se mantém de modo mais pontual. No entanto, principalmente em relação às emissoras de televisão regionais, outros vieses da cidade passaram a ser explorados e apresentados, como as riquezas ecológicas e da agricultura da região rural, a diversidade culinária, seus povos tradicionais, sua história e a história das vítimas diretas. Um movimento importante provocou efeitos na população que antes vivia certo automatismo que não possibilitava olhar para seu espaço.

Dentre as inúmeras invasões ocorridas juntamente com a lama, como o excesso de pessoas desconhecidas, ações, maquinários, helicópteros, entre outros, havia também a presença dos dispositivos midiáticos, através das inúmeras filmagens que ocorriam em todos os espaços: nas zonas quentes, nas casas das pessoas, nos comércios locais, no Instituto Médico Legal, com as famílias, nos postos de atendimentos, até mesmo nos velórios e enterros, algo gerou uma estranheza da população. Um grande olhar, pelas lentes de câmeras, sondava a cidade ininterruptamente, impossibilitando as vivências intimistas comunitárias. Porém, ao mesmo tempo, somente a mídia poderia minimamente retratar ao mundo, como um grande manifesto, a violação que ocorria. Era um espaço de voz e vez da população.

Por outro lado, enxergar a perda diante da tela e reconhecê-la como algo próximo a si, que lhe pertence, evidencia algo de nós mesmos, como um espelho. Tratava-se de uma tragédia que não estava distante, pelo contrário, compunha o presente e o futuro dos brumadinenses. Desse modo, não sem motivos, foi necessário acolher na Unidade de Pronto Atendimento da cidade pessoas que, ao assistirem o telejornalismo com as entrevistas de seus conterrâneos, tinham crises intensas de ansiedade, e ao serem acolhidas denunciavam associações de vivências de perdas e experiencias difíceis distintas, mas eram acionadas de um passado "esquecido" diante das palavras escutadas e das cenas apresentadas. Um contexto coletivo leva ao olhar para o particular.

Na mesma linha, enxergar as serras ruírem fizeram ruir também a sensação de estabilidade, segurança e conformismo, que pairava sobre a cidade sempre explorada, além de provocar efeitos nas subjetividades desafiadas pelas inúmeras perdas que evidenciavam a vulnerabilidade humana. Assim, conforme o pensamento de Butler (2019), diante da perda, evidencia-se e escancara-se algo de nós, enquanto um coletivo e enquanto particular. Nesse momento, é possível um trabalho analítico de grande valia, pois nos encontramos com a nossa verdade constituinte, que é muitas vezes desconsiderada pelo discurso neoliberal: somos seres interligados, que se estabelecem por meio do Outro e a ausência desse nos fragmenta.

Essas questões importantes podem ser evocadas diante do processo de autorreconhecimento por meio da perda, como levantado por Freud (1917). Saber o que de si se perdeu, diz também de que parte dos laços sociais que nos fazem comunidade foram perdidos e necessitam ser transformados, para que nos faça novamente ser pertencentes ao nosso meio. O exercício de reconhecimento do espaço social onde estamos inseridos aponta para um movimento de retomada da nossa história, de compreendermos o que nos leva a sermos nomeados como brumadinenses.

Desse modo, torna-se possível realizar um manifesto frente à tentativa de apagamento das características locais, como meio de impor um novo que elimine as referências passadas, e por sua vez evidenciariam a violação cometida. Somente após assumir a perda em um movimento de implicação subjetiva e política, podemos impedir a repetição que nos estagnaria na perpetuação das violências. Isso vai ao encontro com a teoria Butleriana:

> Acredito, no entanto, que o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética. Se meu destino não é,

> nem no começo, nem no fim, separável do seu, então o "nós" é atravessado por uma relacionalidade que não podemos facilmente argumentar contra; ou melhor, podemos argumentar contra, mas estaríamos negando algo fundamental sobre as condições sociais da nossa própria formação (Butler, 2019, p. 30).

Diante da visão política do sujeito, a autora propõe o viés de despossessão através do luto, considerando que, enquanto seres sociais, o nosso Eu se articula para ou em virtude do outro e sua perda nos projeta para fora de nós mesmos. Uma perda que envolve e marca nossa impossibilidade de posse, de controle sobre o Outro, de eliminar a finitude e de conter-se em si. Despossuídos, contrapomos a lógica neoliberal de supremacia do Eu e da individualidade, assumimos nossa vulnerabilidade e, a partir dela, podemos em meio ao coletivo nos posicionar, em prol da não utilização da violência contra os corpos, limitarmos as ações capitalistas predatórias e nos opormos à necropolítica.

Nesse sentido, os momentos pós tragédias iniciais movimentaram os moradores da cidade em diversas ações sociais de acolhida e suporte aos que necessitaram ser retirados de suas casas temporariamente, no auxílio às buscas devido ao conhecimento prévio da região, nas vigílias religiosas, no cuidado com a equipe do Corpo de Bombeiros desde a lavagem de suas roupas até as cartas de incentivos feitas pelas crianças direcionadas aos seus novos heróis (Cristini, 2019). Além dessa rede de amparo comunitária formada, eram visíveis manifestações. por meio de pichações, faixas e cartazes que traziam novos significantes ao nome da mineradora Vale, e marcou uma mudança temporária no laço da cidade com a empresa. Por vezes, a mineração passou a ter seu nome escrito em letras minúsculas (vale), como meio de expressão da diminuição do seu valor, termos e frases como: "vale de lágrimas", "vale de sangue", "o que vale a vida?", "o que vale é o lucro!" estampavam as ruas, como reconhecimento da violência vivida por meio do rompimento da barragem, mas sem ainda ter grande consciência que o fato se tratava de uma série de violações que se estenderam por anos.

A presença de organizações sociais politizadas que trabalhavam em prol da garantia de direitos dos municípios minério-dependentes, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), buscavam evocar em certas regiões, as mais atingidas, um olhar mais abrangente sobre a dimensão das perdas que passavam despercebidas diante do cotidiano de um munícipio extrativista. Porém, tratava-se de algo desafiador, pois deparar-se com a grade articulação dos empreendimentos minerários arraigados a todas as atividades da cidade impõe a demanda de mudanças estruturais na política

econômica do município, da organização comunitária e referências até então criadas em torno da mineração.

Assim, trata-se de atravessar a frustração das idealizações, vivenciar o luto que nela está incumbida, para chegar ao marco zero do trauma social. Nesse sentido, também as gestões governamentais necessitariam se ver despossuídas, vulneráveis e desejantes a construir novas possibilidades de estabilização municipal que viabilizasse a desvinculação do violador. Sobre as questões levantadas, observam-se na teoria de Butler (2019) aspectos elucidadores para as estratégias realizadas em Brumadinho, perante o movimento de recuo frente ao luto de cunho coletivo:

> Quando o luto é algo a ser temido, nossos medos podem dar origem ao impulso de resolvê-lo rapidamente, bani-lo em nome de uma ação investida do poder de restaurar a perda ou devolver o mundo a uma ordem precedente, ou revigorar a fantasia de que o mundo precedente era ordenado. Haveria algo a ganhar com o luto, com a sua persistência, com a nossa contínua exposição à sua força insuportável, e mesmo assim não tentar resolvê-lo pela violência? (Butler, 2019, p. 35).

A autora se inspira no atentado de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas nos EUA, e questiona a resposta ao terrorismo, por meio de novas ações violentas que só faziam desconsiderar a ética humana da vulnerabilidade, prosseguindo com mortes, guerras e violações. Em alusão a esse trecho, a saída imediata por meio das indenizações emergenciais e as demais reparações financeiras, ambas de caráteres individuais, colocadas como parte da solução da tragédia em Brumadinho, levaram a cidade ao retorno ao estado anterior de dependência e assujeitamento à empresa violadora.

Dito isso, é necessário destacar que as palavras “imediato” e “individuais” são características típicas das relações neoliberais, em que a aceleração das supostas resoluções inviabiliza o tempo de processamento e lida com os afetos da perda, e as práticas individualistas desfavorecem e desmobilizam a força coletiva. Como orientado por Butler (2019) e aplicando a proposta da pesquisa, o luto em seu viés coletivo demanda, ainda para mais, tempo para realização de seu processo. Esse movimento prolongado promove uma identificação com o sofrimento e, em meio à sua desorganização, propõe ao grupo questões como: “Quem nos tornamos?”; “O que restou de nós, de nossa cidade, de nossa história e cultura?”, “O que perdemos no Outro?” – perguntas que nos situariam enquanto comunidade diante e por meio do desconhecimento.

Em Brumadinho, ao longo dos quatro anos, percebe-se uma gradual desmobilização das ações comunitárias. Em observação participante, foi notória a diminuição de participantes na homenagem às vítimas e em favor das buscas das que não foram localizadas, que ocorrem mensalmente na entrada da cidade, organizada pela associação AVABRUM e que por vezes passou a gerar incômodo na população. Em escutas do convívio social, discursos, como: "Já passou, temos que esquecer isso"; "Para quê ficar lembrando isso sempre?", "Feriado no dia 25 de janeiro? Sempre arrumam um jeito para folgar né?"; "Estão atrapalhando o trânsito", descrevem um cenário contrário às respostas iniciais à tragédia.

Enquanto identificação social e linguística da população brumadinense, notou-se um movimento que parte da nomeação da população como atingidos até uma resistência e rechaço dessa nomenclatura. A palavra "atingido", que se manteve mais presente no primeiro ano da tragédia, gerou uma repercussão ampliada que rompeu os limites territoriais, havendo uma identificação de outras regiões e cidades mineiras com o significante, principalmente em função da reflexão gerada sobre os impactos diversos das minerações no nosso país. Esse significante ocupava as manifestações e as reivindicações em geral, e foi levado para os espaços de escuta clínica. Diante da subjetividade e das estruturas psíquicas dos sujeitos, o termo "atingido" se desmembrou em diversas nuances.

É válido refletir que ser atingindo diz também de se deixar impactar, contaminar (termos também muito utilizados na cidade), afetar pelos efeitos do trágico e, assim, dispor-se ao processo de luto. Esse movimento foi inviabilizado diante da intervenção na temporalidade desse processo e, consequentemente, passam a surgir na cidade discursos que indicavam um incômodo da associação da tragédia aos brumadinenses, representadas por falas: "Aonde vamos e dizemos nosso endereço, logo perguntam sobre a tragédia, precisam esquecer isso" ou até mesmo, como consequência das ações indenizatórias, é comum a queixa "Não posso falar que sou de Brumadinho, porque senão cobram mais caro, dizem que temos muito dinheiro". Correspondendo à tendência das teorias psicológicas positivistas, retrata-se: "Precisamos parar de falar de tragédia, passou, agora temos que falar de coisas alegres, de vida".

Diante das escutas participantes disponibilizadas, fazemos uma crítica à intenção do esquecimento que visa despolitizar a sociedade, desconstruir ou isolar uma parte da história das vivências e, consequentemente, manter o estado anterior. Como descrito por Paulo Endo:

> Em parte, porque a defesa do esquecimento aparece frequentemente na prática discursiva de perpetradores e defensores de práticas violentamente autoritárias que

> imaginam poder fazer desaparecer com o sentido histórico do esquecimento banalizando-o e confundindo-o com eliminação pura e simples, ou ainda como mentira histórica: “Vamos esquecer o passado”, “não vamos abrir feridas antigas”, “não vamos mexer com o que está quieto” (Endo, 2022, p. 325)

Ainda é necessário pontuar que não temos como intenção defender um discurso melancólico, com uma paralisação do sujeito, juntamente como uma fixação na queixa da não aceitação da perda e sua realização. Tampouco se trata de incentivar uma posição de ruminação obsessiva dos pensamentos interligados ao trauma, mas permitir o processo de rememoração, fazer da memória um meio de transformação do presente.

4.1.3 Interferências e intervenções no processo de luto: uma estratégia neoliberal?

Retomando o termo utilizado por Endo (2022): *manter no escuro*, o trauma e a perda, por meio de intervenções econômicas e administrativas e silenciar o mal-estar promovem uma interferência, uma modificação ou uma interdição no processo de luto. Assim, tende-se a transformá-lo em um estado patológico, não no sentido biomédico do termo, mas o que é fonte de paralisação e estagnação do sujeito, o que caracterizaria a melancolia.

Ao dizer do processo de formação da posição melancólica, Freud (2016) aponta que, diante da perda de um objeto de amor e/ou de uma idealização, observa-se uma alteração que se relaciona ao investimento de libido no objeto que “provou ser pouco resistente, foi suspenso, porém a libido livre não se deslocou para outro objeto, mas se recolheu no Eu” (p. 107). Desse modo, gera-se uma identificação do Eu com o objeto perdido, havendo um esvaziamento e empobrecimento. Uma marca muito presente nos melancólicos é a relação de ambivalência, amor e ódio com o objeto que, ao estar identificado com o próprio eu, justifica a relação de autorrecriminação, culpabilização e baixa autoestima desses sujeitos. Assim, o melancólico se fixa nesse conflito com o objeto e o Eu, sem fazer movimentos, transformações e sem entrar em trabalho, como no luto.

De acordo com o psicanalista, “no luto, o mundo se tornou pobre e vazio; na melancolia, foi o próprio Eu” (Freud, 2016, p. 102). Ampliando esse conceito, a política neoliberal e sua forma empresarial de abordar os sujeitos contribuem para a formação de uma sociedade melancólica, em que seus preceitos, regras e imposições da capitalização da subjetividade colocam seus integrantes em uma constante posição de autorrecriminação e na tentativa de alcançar o impossível de uma satisfação. Ao descrever a visão do Eu melancólico, Freud (2016)

ressalta os seguintes dizeres: “indigno, incapaz e moralmente desprezível” (p. 102), recriminações que *a priori* seriam destinadas ao objeto perdido. No entanto, diante do processo de identificação com o Eu, retornam para si acusações balizadas pela culpa e pela exposição dela, questões que remetem às expressões superegoicas.

Ao fazer uma articulação da melancolia com as formas de execução do poder, Vladimir Safatle (2015) retoma a temática da culpa na cultura, com base nos escritos freudianos, destacando como fator decisivo nas relações de autoridade e coesão social, além de apontar sua expressão na relação com os objetos que perdemos e que “ainda têm a força de projetar em nós a sombra de reprimendas sem-fim e autodestruição melancólica” (Safatle, 2015, p. 63). Em referência a aspectos importantes da melancolia em relação às configurações do Eu, o autor indica que os processos de identificações produzidos pelo poder político proporcionam aos sujeitos, em sua coletividade, uma posição melancólica:

> É possível dizer que o poder nos melancoliza e é dessa forma que ele nos submete. Essa é sua verdadeira violência, muito mais do que os mecanismos clássicos de coerção e dominação pela força, pois trata-se aqui de violência de uma regulação social que leva o Eu a acusar a si mesmo em sua própria vulnerabilidade e a paralisar sua capacidade de ação (Safatle, 2015, p. 64).

Na pesquisa etnográfica realizada, é possível compreender as intervenções pós-tragédia de cunho capitalistas e neoliberais: especificamente as de reparações individuais, da psicopatologização da violência social e das alterações dos territórios e seus símbolos culturais. Têm o objetivo de eliminar, paralisar e distanciar os sujeitos da possibilidade de entrada em trabalho de luto e, desse modo, reconhecer a dimensão da violação que essas mesmas políticas econômicas executam paulatinamente.

As condições impostas pela empresa para os brumadinenses acessarem as garantias de direito das indenizações individuais apresentavam implicitamente o viés da culpabilização do psíquico pelo sofrimento denunciado, pois somente a partir de um transtorno psiquiátrico é que permitiam um acordo. Nas avaliações realizadas, era condicionado o critério de associação de nexo causal dos sintomas psíquicos exclusivamente ao rompimento da barragem, ou seja, ao surgir no relato do requerente algum aspecto de sua memória pregressa que tipicamente poderia ser revivida em função do trauma atual, a indenização era negada. Desse modo, de forma velada, havia um estímulo ao apagamento da memória e da história de vida do sujeito, o que se

articulava naturalmente em seu discurso que expressava a cadeia de lutos e vivências traumáticas.

A síntese do amplo impacto gerado na comunidade em apenas um diagnóstico médico, a citar o Estado de Estresse Pós-traumático, promove simplificação da suposta solução para a tragédia. Como colocado por Endo (2022), o olhar particularizado para o sujeito por meio do entendimento do acontecimento, com foco apenas no trauma, empobrece a visão sobre as situações extremas, trazendo como alternativa os tratamentos dos sintomas, que muitas vezes surgem por apostas medicamentosas. Desse modo, os sujeitos se tornam reféns do trauma e do quadro sintomático.

Perante o olhar biomédico, a história e a memória dos sujeitos são pouco consideradas, ficando apagadas. Endo (2022) ainda elucida que um retorno breve aos processos de luto e memória em nosso país indica que "a melancolia é uma recusa e uma impossibilidade do trabalho de memória" (p. 66). Diferente do luto que até permite os momentos de esquecimento, pois a lembrança pode ser garantida diante a falta que é não totalmente eliminada e se mantém, não impedindo do Eu existir, a melancolia desconstrói a possibilidade de lembrar, pois há a paralisação na perda, diante do objeto que recai sobre o Eu, não havendo o que lembrar ou o que esquecer.

Judith Butler (2019) percebe a legitimação da violação como uma oportunidade de descobrir seus mecanismos e as formas de sofrimento que elas provocam. A autora coloca que a negação do luto poderia ser considerada um fator que geraria melancolia no âmbito social, o que leva a pensar que, ao desconstruir ou manipular a história trágica, torna-se impossível reconhecer e identificar o que se perdeu no âmbito social e o significante da perda. Diante da história da inserção da mineração em Brumadinho, é possível compreender o componente de violência e de violações presentes nos territórios desde o princípio, que ocorrem no âmbito espacial, na organização social e comunitária em geral.

> A atividade mineradora em grande escala por si só já instaura processos agressivos de intervenção no território, mesmo quando opera dentro de uma suposta normalidade. O rompimento imprevisto das barragens potencializou exponencialmente o grau destas intervenções e instaurou uma tabula rasa ecossistêmica que converteu todo o território atingido e suas imediações numa espécie de não-lugar. (B. M. Rocha & G. M. Rocha, 2020, p. 47).

O não-lugar apontado por Bruno Rocha e Guilherme Rocha (2020) pode ser considerado como a consequência da instalação desses empreendimentos nas cidades, pois se relaciona com o esvaziamento de todos os significantes sociais associados ao território e à desconstrução da memória, da história e dos monumentos culturais, questões essenciais para a constituição de vínculos, pertencimento e perpetuação cultural. O lugar ermo, vazio e descontextualizado da geografia local faz um furo na paisagem, como as grandes cavas minerárias que desconstituem as belas serras mineiras. Esse furo repercute no âmbito ambiental, social e subjetivo de uma cidade.

Considerando a expressiva dependência econômica de grande parte dos municípios mineiros da atividade minerária e a articulação de todo um território para a manutenção, um fato trágico poderia causar uma potente quebra e perda da idealização em torno dessas empresas, o que também seria uma situação passível ao luto em seu viés coletivo. No entanto, mediante as articulações pós tragédia, notamos a permanência da priorização das demandas de trocas e barganhas financeiras e econômicas típicas dessa relação, e um recuo diante dos desafios que compõem o processo de enlutamento.

Sobre as questões levantadas, podemos retomar as premissas da melancolia colocada por Freud (2016): perda do objeto, da ambivalência e da regressão da libido para o Eu, para referenciar alguns fenômenos observados nos brumadinenses. Além de um Eu esvaziado, com um discurso empobrecido sobre sua experiência afetiva diante do acontecimento, também é visível um sentimento ambíguo em relação à empresa, que, em momentos de lucidez e contato com a realidade, é reconhecida como cometedora de um crime, mas, em outros, como a provedora, a que ofertou novas possibilidades e condições de vida, e permite o gozo alicerçado por mortes. Essa ambiguidade se estende à utilização do valor recebido nas indenizações individuais que, por vezes, foram descritas em escutas como “um dinheiro que veio da morte”, provocando em alguns casos extrema dúvida, questionamento, sofrimento e imobilização dos desejos antes projetados no valor recebido.

Diante da regressão da libido, em que o sujeito entra em uma posição narcísica, foram observados no contexto do município frequentes conflitos gerados em torno da disputa pelos valores indenizatórios. Ocorria a comparação e o julgamento do sofrimento alheio, o que se resume a ações judiciais individualizadas que não conseguem contemplar o coletivo, questão presente também a nível governamental, em que estado e municípios ficam em lados opostos.

Em continuidade à teoria do luto de Freud (2016), destaca-se uma passagem na qual o autor indica que um contragolpe imediato e repentino na posição de dispêndio psíquico que os sujeitos ocupam diante de dificuldades, limitações e perdas na vida, fazendo com que se livre ou se desvie dela de maneira instantânea, também podem gerar o oposto da melancolia, a mania. No entanto, Freud orienta que o polo maníaco trata-se do outro lado da mesma moeda, por ter o mesmo fundamento em que o sujeito que não identificava o que perdeu, agora, não identifica o que superou. O psicanalista oferta um exemplo muito próximo das vivências ocorridas no município:

> Então, por exemplo: quando um pobre diabo, por ganhar uma grande soma de dinheiro, fica subitamente desobrigado da preocupação crônica com o pão de cada dia, quando uma longa e árdua luta se vê finalmente coroada de êxito, quando se chega a uma situação de poder se libertar, de um só golpe, de uma coerção opressiva, de uma dissimulação que se prolongou por muito tempo etc. Todas essas situações se caracterizam pelo estado de ânimo elevado, pelas marcas de descarga do afeto prazeroso e por maior prontidão para todo tipo de ações, tal como acontece na mania e em franca oposição com a depressão e com a inibição da melancolia. (Freud, 2016, p. 103).

Ao pensarmos na experiência de Brumadinho em relação às formas de compensação indenizatórias, articulando com a transposição da melancolia para a mania, compreendemos que, perante uma intervenção na temporalidade do luto, os sujeitos puderam abdicar dos afetos dispendiosos e voltar-se para a busca incessante e eufórica das reparações e dos valores monetários que implicitamente tinha por objetivo eliminar o sofrimento, o desamparo, dentre outros afetos. Diante do ocorrido, é possível assinalar que a cidade é levada a dois polos distintos a curto prazo de tempo: de um estado depressivo melancólico inicial a uma euforia maníaca de gastos, consumos, abandonos de trabalhos, dentre outros. Novamente, citando o autor, "o maníaco também nos demonstra, de maneira inequívoca, sua libertação do objeto que o fez sofrer, quando, como um faminto, sai em busca de novos investimentos de objeto" (p. 104).

Ao pinçarmos, no texto original, em alemão, a palavra "libertação", obtemos o termo *Befreiung*, que, na tradução, oferta como possibilidade o termo "isenção", que diz do efeito ou ato de eximir-se, sendo isento quem não está sujeito às obrigações ou ao dever, mas assim o faz também, por meio de esquiva, palavra que se encontra nas significações do verbo "eximir" (Ferreira, 2004). Esse jogo de palavras, orientado pelas traduções e dicionários, é utilizado para

questionar a afirmação da conquista da plena liberdade dos afetos negativos e melancólicos pelos movimentos maníacos. De certo modo, Freud (2016) também não faz forte e decisiva aposta, ao dizer, no parágrafo seguinte, que a explicação da superação da perda do objeto pela mania, invertendo toda a energia de contrainvestimento ocasionado pela melancolia em excitação para novos investimentos, soa de forma plausível, mas se mostra pouco definida, sendo cabíveis questionamentos e dúvidas.

Desse modo, podemos levantar que, diante da experiência relatada, obtemos sujeitos anestesiados pelo gozo, distanciados da possibilidade de criar um saber fazer com o Real e com a experiência trágica, além de uma cidade alienada no discurso imposto pela grande empresa que perpetua suas violações implícitas e explícitas. De acordo com Calazans e Matozinho (2021), "a experiência temporal da catástrofe do sujeito melancólico tem uma predominância do passado, enquanto o depressivo-maníaco, em sua depressão, tem uma angústia expectante quanto ao futuro que será uma tragédia." (p. 55).

Na mesma direção, Colette Soler (2007) realiza um estudo sobre a mania, indo além dos planos do afeto e da conduta apontados por Freud, referenciada por outros autores como Henry Ey, um psiquiatra francês próximo da psicanálise. Ele aponta um aspecto da mania voltado para uma falha na estrutura do tempo e do alter-ego, sendo o humor maníaco uma efervescência com a perda da direção orientadora e do controle moderador, caracterizando como "traço distintivo de uma vida que perdeu sua historicidade: 'fora de si', entregue ao 'salto' ou à 'dança', ao turbilhão pelo menos, à pura existência momentânea e 'aproblemática'" (Soler, 2007, p. 88). Mais uma vez, diante das experiências trágicas, a teoria aponta para a importância do sujeito se relocalizar em sua história, por meio da narração das memórias. Ao dispormos a escuta do sujeito em mania, a aceleração de seu discurso denota uma impossibilidade de se afetar pela experiência e a criação de uma realidade atípica como resultado da expansão do Eu, típicas das diretrizes neoliberais.

Em continuidade às construções teóricas de Colette Soler (2007), são retomadas outras referências da psicanálise, como Melaine Klein, que, resumidamente, denota o aspecto da negação da realidade psíquica à causa da mania, realidade que, por sua vez, se correlaciona ao efeito depressivo da perda. Essa questão se aproxima, de certo modo, às construções lacanianas sobre a temática, em que tanto a exaltação maníaca quanto a tristeza depressiva teriam como causalidade a covardia, citando Lacan (2003): "E o que se segue – bastando que essa covardia,

por ser rechaço do inconsciente, chegue à psicose – é o retorno no Real daquilo que foi rechaçado da linguagem; é a excitação maníaca pela qual esse retorno se faz mortal" (p. 524-525).

Ao elucidar essa passagem, Soler (2007) orienta sobre o sentido de uma covardia lacaniana que se relaciona a ceder no desejo de saber do inconsciente. A autora localiza a construção teórica lacaniana sobre a mania no polo psicótico das estruturas, pois aponta o rechaço do inconsciente ou da linguagem que está ligado à foraclusão. No entanto, a psicanalista amplia a concepção de covardia, ao não querer saber neurótico que se expressa por meio do recalque, destacando dois termos: a covardia foraclusiva e a covardia recalcadora.

Em seu *Tratado de Psiquiatria*, Ey, juntamente com os autores Bernard e Brisset (1978), em articulação com as construções psicanalíticas, compreende a mania como o oposto da melancolia, uma vez que "apressa o sujeito à satisfação de suas pulsões para escapar da angústia pelo orgasmo dionisíaco" (p. 220, tradução nossa[11]). Esse apontamento retoma e enlaça os pontos destacados pelos diversos autores abordados neste texto, em que a mania se exprime na negação, na tentativa de deixar no escuro, na posição de não querer saber da perda, das violações e do luto, vivendo de apostas urgentes e ilusórias. De acordo com os autores, "o maníaco se lança numa espécie de dilatação de sua existência; projeta-se para além do impossível presente e volatiliza ao extremo as possibilidades de seu poder de otimismo e ilusão" (Ey et al., 1978, p. 220). Como um ponto de saída, é possível pensar, juntamente com B. M. Rocha e G. M. Rocha (2020), que a solução maníaca diante da perda é passível de falha:

> A deriva metonímica que caracteriza o comportamento maniforme, e cuja sanha de alívio pulsional nenhum objeto parece capaz de esgotar, revela, no limite, o avesso reativo de uma perda irredutível, de um vazio abissal. Mas na medida em que a solução prometida pelas satisfações substitutivas fracassa, esse é também o momento em que os sujeitos se fazem capazes de dar início a uma narrativa (p. 51).

Assim, mediante sujeitos e cidade submersos no excesso e anestesiados perante a euforia do ganho, é preciso fazer emergir a palavra, como meio de resgate de corpos desejantes.

4.1.4 O Luto Coletivo e o memorial: uma saída por meio da preservação e ressignificação da tragédia

[11] Do original: "La mania es en este sentido lo contrario de la melancolia, en tanto que precipita al sujeito a la satisfacción de sus pilsiones como para escapar a la angustia por el orgasmo dionisíaco".

Ao realizar a escuta do corpo social que fala por meio das articulações dos territórios, foram observadas diversas expressões coletivas e posicionamentos sociais, desde as primeiras notícias do rompimento da tragédia, questões vastamente relatadas ao longo desse trabalho etnográfico. Porém, destacamos um movimento muito genuíno da AVABRUM que descreve os arranjos do coletivo em prol de uma possível lida com o luto. Como destacado em todas as ações da Associação, a entrada no processo de luto desses sujeitos que tiveram vítimas diretas da violência e da necroeconomia ocorre por meio da busca pela justiça para as vítimas, o encontro de todas as "joias" e a memória que visa evitar a repetição do crime.

Em meio à pesquisa, destaca-se a iniciativa da associação que, ao ser composta na maioria por mulheres, busca a dignidade perante a morte dos entes, por um espaço simbólico, um memorial. Como "Antígonas", objetivam eternizar a história das vítimas e deixar na lembrança o crime do rompimento da barragem e, assim, desafiam a ordem e o poder que regem os ditames sociais. Como a personagem grega, as mulheres se dispuseram a adversidades, desafios, frustrações em relação à criação de um monumento raro no país, com poucas referencias nacionais, grandes custos e demandas para criação e gestão. Além de se disponibilizarem a revivescências de afetos da perda ao lidar com os trâmites de um projeto que nasce do questionamento sobre qual seria a destinação dos demais fragmentos corpóreos de seus familiares localizados posteriormente ao enterro formal, pois os corpos despedaçados demandam tempo para localização em sua totalidade. Para evitar que todos esses restos mortais das vítimas, que já passaram pelo ritual fúnebre, fossem enterrados em uma grande urna coletiva em um espaço comum, o memorial contemplaria um cemitério vertical, devidamente identificado, em um de seus espaços[12].

Feita essa analogia, é necessário apresentar resumidamente a história de Antígona, que compõe a trilogia de Édipo, o Rei (Sófocles, 1990). Ela foi uma mulher que cometeu um crime, ao enterrar seu irmão Polinices, contrariando o decreto do rei Creonte, que por sua vez era seu tio. Em meio aos conflitos familiares e de disputas de poder, dois irmãos de Antígona morrem em batalhas do exército, a um deles é ofertado um enterro digno e honroso, mas a Polinices, considerado um traidor do rei destina-se a negação do funeral e seu corpo é deixado à exposição,

[12] Presenciamos a informação sobre o surgimento da sublime ação que envolve o trágico e o belo, ao conviver com uma das idealizadoras do memorial. Diante da sua angústia e seu luto, movimenta juntamente com a aprovação dos demais familiares, que oficializaram o desejo em um abaixo-assinado com todos os trâmites necessários para a realização. Além disso, Kênya Paiva Lamounier apresentou a história do Memorial, no primeiro Seminário realizado pela AVABRUM, 4 anos da tragédia-crime e os impactos em Brumadinho e municípios mineradores, no dia 24 de janeiro de 2023, na Faculdade Asa de Brumadinho.

jogado à terra, em situação de desonra. Assim, Antígona contraria a lei, a ordem e a política, e enterra o irmão por duas vezes, é capturada e não se abstém de seu ato, quando questionada pelo rei, sendo condenada à morte. Mais uma vez, contrapondo-se à ordem da morte lenta presa em uma tumba, a personagem se mata por enforcamento. Como descrito por um dos tradutores do livro:

> Onde convocar forças para derrubar o tirano quando cidadãos respeitáveis calam? Sófocles coloca em cena uma mulher sem partidários, sem exército, sem nada . . . Antígona morre? Morre! Morre como poucos. Morre para dignificar todos os que em todas as épocas atacam a injustiça (Schüler, 2011, p. 2).

Perante o movimento de busca de silenciamento da história, a ideia de um memorial surge como meio de eternizá-la. Como frisado no Seminário organizado pela AVABRUM, o memorial oferta voz para que a tragédia seja contada pelos reais personagens, e não manipulada ao longo do tempo pelos violadores. O desejo de manipulação do enredo trágico ficou muito explícito na luta jurídica, pelo direito de gestão do memorial, travada entre a Vale e a Associação, o que inviabilizou a inauguração do espaço, até então não aberto ao público.

Apesar da insistente tentativa da empresa em gerir por completo o monumento, no dia 05 de agosto de 2023, comemorou-se o acordo jurídico onde apenas passa a arcar com os custos de manutenção e conservação do memorial, e a Fundação Memorial Brumadinho, regida pela associação, o gerenciamento (Mallmann, 2023). De maneira especial, o território escolhido para a construção do memorial foi Córrego do Feijão, um terreno que dá vista direta para o local onde ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de minério. Quando realizada a cerimônia de lançamento da pedra fundamental, em 25 de janeiro de 2020, um texto poético, muito simbólico, com o título “Memorial para os Nossos”, foi apresentado, levando à maior compreensão do luto e seu viés coletivo:

> Difícil estar aqui.
>
> Difícil lembrar porque estamos aqui.
>
> Mas temos que pensar que estamos aqui porque é preciso!
>
> É necessário caminhar.
>
> E necessário continuar, Viver.
>
> Não podemos deixar o que aconteceu cair no esquecimento, é essencial trazer à tona todas as histórias de vidas que foram interrompidas, mas não foram caladas.

Não vamos deixar que 272 vítimas virem meramente número de uma estatística fria.
Voltaremos nosso olhar para as pessoas que aqui estavam.
Precisamos trazer para este local paz e serenidade.
Contaremos todas as histórias de vida, com respeito e com orgulho.
Memorial para dignidade, é a forma que temos de homenagear os nossos.
Memorial de Tributo a vida.
Neste local vamos fazer reverência a vida, temos que olhar e ver aqui flores, de todas as cores, de todas as espécies, de todos os lugares. Flores não morrem, viram sementes, sementes dão frutos.
Vamos erguer este memorial em honra as 272 vidas aqui ceifadas.
Hoje colocamos aqui a pedra fundamental marco da construção do memorial que será erguido em homenagem às vítimas da tragédia/crime da Mina do Córrego do feijão.
Aqui
Vidas
Histórias, memórias
Aqui
Contadas
Transformadas, lapidadas
Joias (Lamounier, 2020).

Longe de querer reduzir a arte poética à análise teórica, levantamos alguns efeitos da leitura do texto que conduziram à articulação com algumas questões pesquisadas. Inicialmente, diante da passagem onde a autora diz da precisão de estar ali, associada à necessidade de caminhar, remetemos ao potencial político do processo de luto, alicerçado pela memória que possibilita o movimento de um grupo em ir ao encontro de sua história.

Retomar um enredo marcado pela dor e tornar o projeto de construção de um memorial uma missão, algo que faz causa e provoca o desejo. O fato de colocar em palavras a representatividade do projeto que começa a se concretizar indica um ato de extrema importância, como descrito por Endo (2022): o "Dever de contribuir para que os outros saibam, conheçam tenha notícia daquilo que jamais estará acessível pela experiência é, antes de ser objetivo necessário e nobre, difícil e custoso" (p. 229).

Ainda no poema, observamos uma luta em favor da memória, um trabalho necessário em nosso país, que insiste em apagar e desvalorizar o histórico trágico de violações realizadas

pela imposição do poder em detrimento a tantas vidas, como o período escravocrata, a colonização, a ditadura militar, o rompimento da barragem de Mariana (MG) e recentemente as inúmeras perdas pela pandemia de Covid-19. Em escuta da população durante o trabalho de observação participante, ainda despontavam alguns questionamentos sobre o memorial: “Será que isso vai fazer bem pros familiares mesmo?”; “Eu não queria isso perto da minha casa, vou ter que lidar com essa obra sempre”; “Os funcionários (da obra de construção do memorial) questionam o porquê dessa parede marrom, não tinha que ser um ambiente mais alegre?”; “Pra que ficar lembrando?”. A fim de provocar uma reflexão fundamental sobre a quem servem as resistências em relação a memória, Judith Butler (2019) questiona:

> Temos que nos perguntar: sob quais condições o luto público constitui uma “ofensa” contra o próprio público, estabelecendo uma erupção intolerável nos termos do que se pode dizer em público? O que poderia ser “ofensivo” sobre a declaração pública de luto e perda, de modo que memoriais funcionariam como um discurso ofensivo? (p. 39).

Essas resistências se apresentam como reflexo da cultura brasileira descrita, a dificuldade típica da cultura moderna em lidar com a perda, o desvio dos afetos, entre diversas outras possibilidades. Levantamos também, como questão, o desconhecimento do projeto arquitetônico do memorial ainda não inaugurado, mas quando visitado em setembro de 2022, propõe um trajeto que vai da história do rompimento à ressignificação do ocorrido, com espaços de convivência, jardins, em uma mistura do belo e o trágico.

Em harmonia com Paulo Endo (2022), um espaço onde cada sujeito pode fazer uso a seu modo, com diversas intenções e motivações e pode levar as pessoas a “esse algo que o memorial abriga” (p. 235). Uma estrutura oferece em seu espaço a possibilidade de lembrar à maneira que for possível e tolerável para cada visitante, por permitir a criação múltipla de percepções a cada olhar e visita, por manter materializada a garantia de preservação da história, leva também a possibilidade de lidar com o esquecimento, sem culpa e angústia, como parte complementar do processo de memória. Assim, cria-se o entremeio e a possibilidade de nem tudo poder e desejar lembrar, mas nem tudo ser permitido esquecer, evitando a repetição da violência.

Ao pensar a elaboração do luto individual que trata de lidar com a impossibilidade de recuperar o objeto perdido, cria-se um memorial subjetivo e singular em honra ao que se foi, por meio da introjeção de um traço dele. Frente à perda coletiva irreparável, há o ato de inserir na cidade uma marca, um símbolo concreto do que se foi, por intermédio da obra do memorial,

introjetado em seu território. Ainda sobre Antígona, Butler (2022) destaca a busca de enlutar publicamente a perda do irmão, o que ao se associar à experiência de Brumadinho, o memorial pode representar o direito de realização de um rito fúnebre de fato coletivo e com o tempo necessário para o cumprimento de sua função no processo de realização da perda[13].

Com papel importante na lida com o luto coletivo e indicando sua função política, segundo Endo (2022), os memorias ofertam espaço para a convivência com o trauma, em uma tentativa de colocar frente a frente as ambiguidades advindas do atravessamento do horror da tragédia e seu potencial transformador. É um instrumento de transmissão da história, por meio da redefinição do passado e das marcas que se mantém no presente.

Por isso, o memorial jamais pode ser apenas um museu da catástrofe. A sua função é propor, constante e indefinidamente, o debate político sobre a memória do que somos e do que nos tornamos, ou seja, impor a pergunta: o que foi que fizemos para que essa catástrofe fosse possível? E o que fizemos (ou não fizemos) e nos tornamos depois dela? (Endo, 2022, p. 241) Como descrito por Lamounier (2020), é um local que contêm a esperança de, por meio de a morte fazer referência à vida transformada e lapidada, não apenas dos que se foram, mas por meio da lida com o luto coletivo, também da vida dos que ficam.

Como meio de eternizar a história e o manifesto, ao longo da pesquisa realizada, observamos a utilização de outros dispositivos, como a arte envolvendo o coletivo. Como exemplos, a obra intitulada *Beyond Walls*, do artista francês Saype, em uma pintura gigante no campo do território de Córrego do Feijão, realizada com a comunidade brumadinense (Barros, 2022); os painéis de Mundano, um artista ativista, que realiza releitura de grandes obras brasileiras com tinta feita com a lama de Brumadinho, prestando homenagem em São Paulo aos trabalhadores mortos (Oliveira, 2020); ou os desenhos realizados por crianças em homenagens aos bombeiros que estamparam um varal em Córrego de Feijão, na área de salvamento (Cristini, 2019).

Dentro do mesmo objetivo de propiciar a lida com o indizível por meio do coletivo, ao longo do desenvolvimento das políticas públicas de saúde pós tragédia, também foram ofertadas novas possibilidades de expressão, com a criação de grupos nos territórios, nas unidades básicas de saúde que ainda se mantém. Foi um momento de buscar por meio do artesanato local, da culinária e outros arranjos típicos da região aproximar novamente a comunidade, e possibilitar

[13] Fazemos menção aos primeiros momentos de localização dos corpos, quando os velórios eram realizados de forma atípica e acelerada, devido ao grande número de mortes, sem possibilidade da devida homenagem.

a circulação da palavra. Mesmo diante de uma maior adesão e busca pelos atendimentos individualizados, é uma ação que resiste em torno do objetivo de fortalecer o coletivo.

Ainda com a intenção de fortalecimento comunitário, a AVABRUM compõe o comitê gestor dos recursos do dano moral coletivo, juntamente com o Ministério Público do Trabalho (MPT), Defensoria Pública da União (DPU) e Justiça do Trabalho (TRT), que realizam e disponibilizam à comunidade diversos projetos, desde o acolhimento de crianças e adolescentes, por meio da arte e educação, até cursos de profissionalização voltado para mídias, cooperativas de cozinha comunitária, que visam emprego e renda diversificada. São exemplos de saídas e possibilidades criadas em valorização da história, da memória, da cultura, e permitem novas formas de existir, enquanto coletivo. São meios de atravessamento do luto e sinal de resistência ao movimento de apagamento da história e das marcas da violência advinda do capitalismo e da exploração mineral predatória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS CAMINHOS POSSÍVEIS TRAÇADOS PELA ETNOPSICANÁLISE

Como tentar pensar um lugar fora desse círculo de fixação e de identificação? Não temos que pedir desculpas, quando, por sorte, não somos os herdeiros diretos de um massacre; e se, ademais, não somos privados da palavra, mas se podemos fazer do exercício da palavra um dos campos de nossa atividade (como, por exemplo, na universidade). Então, nossa tarefa consistiria, talvez, muito mais em restabelecer o espaço simbólico onde se possa articular aquele que não faz parte do círculo infernal do torturador e do torturado, do assassino e do assassinado, aquilo que, "inscrevendo um possível alhures fora do par mortífero algoz-vítima, dá novamente um sentido humano ao mundo" (Gagnebin, 2006, p. 56).

É possível fazer surgir um novo lugar para o Eu e para o Nós, após a vivência do trágico, que transcenda a polarização de identificação com o violador ou a vítima inerte? Que ultrapasse a imposição do lembrar ou do esquecer? Que não se restrinja aos extremos melancólicos ou maníacos? Há um entremeio? A palavra e a escuta são as grandes apostas da psicanálise, sendo por meio desse instrumental, simples, econômico, mas que demanda algum tempo de trabalho analítico para manejá-lo, portamo-nos aos sujeitos e à comunidade de Brumadinho, como profissional e, posteriormente, como pesquisadora. O que foi possível colher dessa trajetória e reconhecer por meio dessa escolha?

Nas escutas clínicas realizadas, percebemos muitos corpos extasiados pelo trágico, sujeitos com afetos suspensos, o Eu arrasado pelo horror da violência, que passam a ser amparados pelo olhar atento de um outro disposto a uma escuta sem grandes intenções ou respostas prontas. Esses sujeitos começavam a colocar o pé no chão de sua história e trilhar um caminho muito singular de retomada das memórias de perdas anteriores e vivências difíceis que poderiam lhe trazer algum indício de foi possível, um dia, atravessar o luto, que acessar o passado seria meio para encontrar-se novamente, localizar saídas para o presente.

Diante da compreensão psicanalítica, enquanto uma ouvinte-testemunha, era necessário manter o lugar de uma presença esvaziada de sentido; possibilitando às pessoas que buscassem por uma escuta pudessem, na imagem do analista, depositar o que desejassem e necessitassem. Assim, observamos sutis movimentos e sinais de mudança de posição subjetiva diante do trágico. Por meio da palavra, da transferência e dos fenômenos que compõem o atípico processo analítico dentro das políticas públicas de saúde, algo da autonomia do sujeito diante da sua história e do seu sintoma foi resgatado.

Não raro, também encontramos sujeitos em que a tentativa de fazer furo, no discurso automatizado e engessado pela patologização da sua experiência, surgia como ameaça de levá-lo a se haver com os afetos que gostaria de apagar. Pouco depois, foi necessário acolher e reacolher sujeitos que, após fazerem uma aposta em objetos substitutivos na expectativa do tamponamento da falta e da resolução do luto, precisaram lidar com a frustração e sintomas que nesse segundo momento se abriram em discurso e narrativas.

Em concordância com Endo (2022), "é difícil encorajar alguém a verter em palavras uma experiência de perplexidade vivida, sofrida, testemunhada. A palavra não representa solução nem promete lenitivo para um dano sofrido. Seus efeitos são bem outros" (p. 229). Há um limite no dizer onde não se pode traduzir tudo, como colocado pelo autor. Assim, diante da escuta oriunda do trágico, presenciamos que justamente nas lacunas do não dito, é possível a criação, a ressignificação.

O que antecede a palavra: o ato, o silêncio, as lágrimas, necessitavam de acolhida, tempo e um corpo presente, disposto à transferência que poderia se instalar. Por meio da "autorização"[14] dada ao sujeito de dizer do seu sofrimento, queixar da incompletude das supostas saídas, de expressar as ambiguidades advindas da perda. Desse modo, foi possível testemunhar o surgimento da palavra enquanto manifesto.

A filósofa Jeanne Gagnebin (2006), em seus escritos sobre o holocausto, relata o caso do Primo Levi, sobrevivente do campo de concentração, que, quando ainda estava sob tortura, projetava em seus sonhos o desejo de voltar para casa. Em uma dessas cenas, Levi conta para seus próximos as vivências de horror, mas com muita felicidade por ter sobrevivido. Porém, durante seu discurso, ele é deixado sozinho, as pessoas se retiram com indiferença, deixando-o desesperado. Nesse fragmento de caso, encontramos um cenário próximo das vivências brumadinenses, em que a palavra sofrida dos que se dispunham a falar atordoava os ouvintes, que tentavam manter também suas memórias e afetos adormecidos. Em face do não lugar para a palavra, a ética psicanalítica coloca a função do testemunho.

> Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num

[14] Utilizo o termo "autorização", em função da frequente dificuldade de expressão dos sujeitos atendidos, devido às normativas sociais advindas da tendência da imposição da felicidade. Por vezes, o chorar era compreendido e expresso em atendimentos como vergonhoso, fracasso, incapacidade, exagero ou vitimismo. Isso foi vivenciado de maneira ampliada na população pelos familiares das vítimas, pessoas com perdas indiretas e principalmente os sobreviventes. Desses últimos, presenciamos em alguns atendimentos a demanda de terceiros por uma rápida retomada do cotidiano, uma vez que deveriam ser "gratos à segunda chance de viver", sem o direito de experienciar o luto pelos amigos perdidos e a vivência traumática da busca pela sobrevivência.

> revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2006, p. 57).

Juntamente com a tarefa da escuta imbuída, não apenas nos encontros formais da clínica pública e particular, mas também na imersão ao território, testemunhamos tentativas de lidar com o indizível, de olhar para os rastros da tragédia, movimentos coletivos, artísticos, associativos, que buscavam simbolizar aquelas vivências. Levantamentos etnográficos demonstram que, por diversos caminhos, a psicanálise em torno de sua ética leva a recolher alguns fragmentos de palavras, gestos, ações que emergem do mar de lama e, ainda emaranhados pela viscosidade e com as marcas de um passado que não pode ser apagado, ao serem reunidos, demonstram a possibilidade de criação de uma nova superfície, um porto seguro para recomeços. Ao escutar com os ouvidos psicanalíticos, narramos e reescrevemos uma história, como por Gagnebin (2006), ao interpretar a obra de Walter Benjamim (1892-1940):

> Esse narrador sucateiro... não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer. O que são esses elementos de sobra do discurso histórico? Em primeiro lugar, o sofrimento, o sofrimento indizível que a Segunda Guerra Mundial levaria ao auge, na crueldade dos campos de concentração Em segundo lugar, aquilo que não tem nome, aqueles que não têm nome, o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro, aquilo que foi tão bem apagado que mesmo a memória de sua existência não subsiste — aqueles que desapareceram tão por completo que ninguém lembra de seus nomes. Ou ainda: o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo — principalmente — quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido (Gagnebin, 2006, p. 54).

Como orientado por Endo (2022) e articulando com o viés político, a metodologia da presente pesquisa buscou assumir a responsabilidade de ofertar uma escuta que desvela os

efeitos do trágico, o que é inaudível, que o analisando ou a cidade em seu coletivo ainda não pode dizer ou escutar de si, algo que, por meio do silencio, da vergonha ou a ausência de coragem, permanece maltratando o eu e o nós, ferindo e fazendo estragos. Assim, ao longo da trajetória aqui descrita, em torno do questionamento sobre os modos de vivências do luto advindo do fato trágico na cidade de Brumadinho, em meio às vicissitudes neoliberais, enquanto pesquisadora-etnógrafa, dispomo-nos ao trabalho da própria rememoração, como parte do todo pesquisado.

Esta dissertação tornou-se um intenso desafio de escutar a cidade e os sujeitos, além de proporcionar novas formas de me escutar por meio do coletivo, da comunidade brumadinense. A missão só foi possível mediante o auxílio da minha própria análise que, por vezes, acolheu minhas descobertas, construções, indignações, afetos, angústias e desejos, tornando realizável uma pesquisa que prioriza as vivências e as narrativas de uma experiência dentro dos parâmetros acadêmicos.

Ao longo da pesquisa, propomos a narrar a experiência do luto social, político, individual e pessoal, como descrito por Butler (2019), seguindo as transformações da história ainda em curso, sem saber ao certo aonde chegaríamos. O processo de contextualização do objeto de estudo com a história da cidade, da mineração, da tragédia-crime e os acontecimentos que surgiram; juntamente com as construções teóricas psicanalíticas e filosóficas a serviço da experiência social brumadinense, como forma de maior compreensão e elucidação das experiências, levaram a apostar no cumprimento de todos os objetivos propostos.

Desse modo, acreditamos ter respondido ao problema de pesquisa – na medida em que demonstramos que as intervenções e os manejos da empresa, somadas às omissões governamentais, indicam a execução de um projeto político de inserção dos ideais neoliberais na cidade e em sua cultura, como meio de perpetuar a violência e, consequentemente, um ataque ao processo de luto. Isso se evidenciou em diversos momentos, em especial quanto: à posição da empresa de negar a responsabilidade da tragédia-crime diante da justiça; às estratégias de associação do adoecimento psiquiátrico às respostas advindas das diversas violações de direitos; às estratégias de indenização financeira e reparações individuais e seus impactos de desmobilização da força coletiva, questionadora e passível de demandar transformações no contexto econômico e político vigente; às alterações dos monumentos e signos sociais da cidade, alterando a cultura e a história nas obras reparatórias; e à tentativa de intervir até nas soluções criadas da preservação de memória e viabilização do luto.

Esse movimento tem sido utilizado em todo o país, como uma das principais ações de inviabilizar a criação e a fomentação da memória histórica de diversos acontecimentos trágicos e violadores que marcaram o povo. Em vista disso, defendemos que a promoção do espaço de fala, o incentivo do fortalecimento da coletividade, a preservação e a criação dos signos sociais e culturais, através da memória, são meios de garantir um espaço simbólico – para além do *setting* analítico formal. Essas ações permitem a ressignificação do traumático e o atravessamento do luto, em prol da transformação social, como meio de resistência às violências e colocação de um ponto final em suas repetições. Inclusive, a construção do Memorial de Brumadinho é um exemplo claro da preservação da memória e da história, possibilitando a ressignificação do trágico e o processo de elaboração do luto.

Longe de findar as possibilidades trazidas por este estudo, entendemos que algumas questões necessitam de uma discussão mais aprofundada acerca dos desdobramentos das especificidades do luto vivido pelos diversos grupos e coletivos da cidade que se diferenciam pelos distintos modos de perdas: dos familiares das vítimas, da população atingida sem perdas familiares, dos territórios mais atingidos da zona rural e da área urbana, das mulheres em seu novo papel na organização familiar e do corpo social, entre outros. Essas reflexões pedem a construção de pesquisas futuras que abordem a pluralidade do luto brumadinense, mantendo ativa, por meio da universidade, do espaço acadêmico e da escrita, a possibilidade de enlutar, em luta estar, memorizar e, através da história, criar, transformar, reavivar.

REFERÊNCIAS

Aguiar, T. (2022). *O solo movediço da globalização: trabalho e extração mineral na Vale S.A.* São Paulo.

American Psychiatric Association (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5* (5a ed., M. I. C. Nascimento et al. Trad.). Artmed.

Andrade, Z. (2004). Hino de Brumadinho. Brumadinho, Minas Gerais, Brasil.

Angrosino, M. (2009). *Etnografia e observação participante.* Artmed Editora.

Aráoz, H. M. (2022). *Mineração, genealogia do desastre: O extrativismo na América como origem da modernidade.* Editora Elefante.

Arbex, D. (2022). *Arrastados: os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil.* Editora Intrínseca.

Associação Brasileira de Saúde Coletiva. (2022). Epidemio. *Revista Brasileira de Epidemiologia, 25*. Suppl. 2.

Atchabahian, A. C. R. C. & Boas, I. Z. V. (2021). *Quanto vale? Uma análise interdisciplinar do direito sobre as tragédias de Mariana e Brumadinho*. Londrina, PR: Thoth.

Bairrão, J. F. (2005, dezembro). A escuta participante como procedimento de pesquisa do sagrado. *Estudos de Psicologia*, *10*(3), 441-444.

Bairrão, J. F. (2015, setembro). Etnografar com Psicanálise. Psicologias de um ponto de vista empírico. *Cultures-Kairós, Les numéros/Anthropologie et psychanalyse: débats et pratiques*, *5*.

Barros, B. L. (2022, 22 de julho). Beyond Walls: artista francês Saype realiza obra em homenagem a Brumadinho. *Estado de Minas.* https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2022/07/24/interna_cultura,1382328/beyond-walls-artista-frances-saype-realiza-obra-em-homenagem-a-brumadinho.shtml

Beer, P., & Silva Junior, N. (2017) Discurso da ciência, discurso do capitalista: interpretações do neoliberalismo a partir de Lacan. *Revista Cult*, *20*(8): 22-24.

Brasil (2001). *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Ministério da Saúde.

Brasil. (2021). Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. Um ano do desastre da Vale: Organização e resposta do Ministério da Saúde. *Cadernos Epidemiológicos*, *51*: 1-35. http://www.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos.

Brumadinho antes e depois: veja imagens do rompimento de barragem da Vale. (2019, 25 de janeiro). *G1*. https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/25/antes-e-depois-veja-imagens-do-rompimento-de-barragem-da-vale-em-brumadinho-mg.ghtml

Brumadinho: parte de tenda feita pela Vale para apoio a buscas dos bombeiros desaba. (2021, dezembro 29) *G1 Minas.* https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/12/29/brumadinho-parte-de-tenda-de-apoio-a-corpo-de-bombeiros-desaba-na-grande-bh.ghtml.

Brumadinho, Projeto Saúde. (2022). *Resultados da linha de base (2021).* Brumadinho.

Butler, J. (2022). A reivindicação de Antígona: o parentesco entre a vida e a morte. (J. D. Pinheiro Trad.). Civilização Brasileira (Trabalho original publicado em 1956).

Butler, J. (2019) *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica.

Cabanas, E., & Illouz, E. (2022). *Happycracia: fabricando cidadãos felizes.* Ubu.

Calazans, R.; & Matozinho, C. (2021) *Pandemia e neoliberalismo: a melancolia contra o novo normal.* MV Serviços e Editora.

Calligaris, C. (2022). *O grupo e o mal: estudo sobre a perversão social.* Fósforo.

Carvalho, D., & Damacena, F. (2013). *Direito dos desastres*. Livraria do Advogado Editora.

Conselho Nacional dos Direitos Humanos. (2019) *Relatório da missão emergencial à Brumadinho/MG após rompimento da barragem da Vale S/A*. CNDH.

Correa, C. P. (2006) O trágico e a tragédia, vinculação e escolha. *Cogito*, *7*: 41-47. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792006000100007&lng=pt&nrm=iso.

Cristini, F. (2019, 14 de fevereiro). Crianças mandam cartas para 'heróis de Brumadinho' e amparam bombeiros que buscam vítimas. *G1 Minas*. https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/14/criancas-mandam-cartas-para-herois-de-brumadinho-e-amparam-bombeiros-que-buscam-vitimas.ghtml

Csavina, J., Field, J., Taylor, M., Gao, S., Landázuri, A., Betterton, E., & Sáez, A. (2012). A review on the importance of metais and metalloids in atmospheric dust and aerosl from mining operations. *Science oh the total Environment*, *433*, 58-73

Dardot, P., & Christian Laval. (2016). *A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a sociedade neoliberal.* Boitempo.

Dias, A. L., & Repolês, M. S. (2021). *Dano-morte, Macroeconomia e Dano Existencial no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, MG.* Marginália Comunicação.

Dufour, D. R. (2008). *O Divino Mercado: A Revolução Cultural Liberal*. Companhia de Freud.

Dufour, D. R. (2013). *A cidade perversa: liberalismo e pornografia*. Civilização Brasileira.

Endo, P. C. (2020, abril). A morte como objeto, alvo e destino psíquico. *Revista Cult: Pulsão de Morte, a destruição no sujeito, na cultura e na política*, *256*, 37-41.

Endo, P. C. (2022). *Psicanálise: confins - Memória e sujeites sem direitos.* Blucher.

Estillac, B. (2023, 24 de janeiro). Tragédia de Brumadinho: Justiça Federal aceita denúncia do MPF. *Estado de Minas.* https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/01/24/interna_gerais,1448583/tragedia-de-brumadinho-justica-federal-aceita-denuncia-do-mpf.shtml

Ey, H., Bernard, P., & Brisset, C. H. (1978). *Tratado de Psiquiatria.* Masson.

Ferreira, A. B. H. (2004). Libertação. In: *Míni Aurélio: O dicionário da língua portuguesa*. (6a ed.). Editora Positivo.

Ferreira, M. C. (2020). *Impactos da paisagem na saúde humana e investimentos em unidades de conservação: contribuições para as políticas públicas*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal de Minas Gerais.

Fischer, F. M. (2018). Lidando com as longas jornadas de trabalho em turnos na mineração: desafios e possíveis intervenções. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, *16*(Suppl 1), 1-44.

Freud, S. (1916 /1915). Sobre a transitoriedade. In S. Freud. *Obras Completas Sigmund Freud Vol.XIVe* (Vol. XIV, pp. 315-319).

Freud, S. (1990). *Conferência XVII: fixação em traumas – o inconsciente*. (2a ed., Vol. 16). Imago, Recuperado de: https://www.bing.com/newtabredir?url=https%3A%2F%2Fwww.sbprj.org.br%2Ffreud-on-line. (Trabalho original publicado em 1917)

Freud, S. (1996) Observações suplementares sobre a ansiedade. In S. Freud *Inibição, sintoma e angústia*. (Vol. 20, pp. 160-163). Imago. (Trabalho original publicado em 1926)

Freud, S. (2016). Carta a Fliess 12 [52]. In: S. Freud (1856-1939). *Neurose, psicose, perversão*. (M. R. S. Moraes Trad). Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1896)

Freud, S. (2016) *Luto e melancolia. Neurose, psicose, perversão*. (M. R. S., Moraes, Trad.) Autêntica (Trabalho original publicado em 1917)

Freud, S. (2017) Lembrar, Repetir e Perlaborar. In S. Freud (1856-1939) *Fundamentos da clínica psicanalítica*. (C. Dornbusch Trad.). Autêntica (Trabalho original publicado em 1914)

Freud, S. (2017). *O chiste e sua relação com o inconsciente.* Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905).

Freud, S. (2020). *Reflexões para os tempos de guerra e morte. Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. (M. R. S. Moraes Trad). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1915).

Freud, S. (2020). *Além do Princípio de Prazer*. Autêntica. (Trabalho original publicado em 1920).

Freud, S. (2020). O mal-estar na cultura. In S. Freud. *Cultura, Sociedade, Religião: O Mal-estar na Cultura e outros escritos* (M. R. Moraes Trad.). (pp. 246-329). Autêntica (Trabalho original publicado em 1930).

Freud, S. (2023) *Psicopatologia da vida cotidiana: sobre esquecimentos, lapsos verbais, ações equivocadas, superstições e erros. (1856-1939)*. (E. Brose Trad.). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1901).

Fundação João Pinheiro. (2020, 02 de março). Indicadores Sociais. *Informativo Fundação João Pinheiro*.

Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar escrever esquecer*. Ed. 34.

Gay, P. (1988). *A biografia definitiva Freud:* uma vida para o nosso tempo. (D. Bottmann Trad.). Editora Schwarcz.

Godoy, D. B., & Bairrão, J. F. (2014). O método psicanalítico aplicado à pesquisa social: a estrutura moebiana . *Psic. Clin.*, vol. 26, n. 1, de pp. p. 47 – 68.

Godoy, D. B., & Bairrão, J. F. (2015). Psicanálise e trabalho de campo: uma perspectiva topológica. In J. F. Bairrão, & M. T. Coelho. *Etnopsicologia no Brasil: teorias, procedimentos, resultados* (pp. 81-111). EDUFBA.

Góes, C. (2008) *Psicanálise e capitalismo*. Garamond.

Gonçalves, M. A., Marques, R., & Cardoso, V. Z. (2012). *Etnobiografia: subjetivação e etnografia.* Viveiros de Castro Editora.

Gudynas, E. (2009). Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual. *Extractivismo, política y sociedad. Quito, Caap (Centro Andino de Acción Popular) y Claes (Centro Latino-Americano de Ecologia Social)* (pp. 187-225).

Guimarães, A. D., & Diniz, S. C. (2019). Equipamentos culturais, hábitos e território: um estudo de caso do Espaço do Conhecimento UFMG. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, *11*, e20180093.

Han, B. (2019). *Sociedade do Cansaço*. (2a ed. ampliada, E. P. Giachini Trad.) Vozes.

Haskaj, F. (2018). From biopower to necroeconomies: Neoliberalism, biopower and death economies. *Philosophy & Social Criticism*, *44*(10), 1148–1168.

Hermanson, M. (2019, 31 de janeiro). Protestos contra a Vale marcam o 7° dia do crime de Brumadinho. *Brasil de Fato*. https://www.brasildefato.com.br/2019/01/31/protestos-contra-a-vale-marcam-o-7degree-dia-do-crime-de-brumadinho

Inhotim (2023, 01 de agosto). *Sobre*. https://www.inhotim.org.br/institucional/sobre/

Instalação de torre publicitária causa questionamentos da população (2023, 19 de abril). *Folha de Brumadinho.* https://www.folhadebrumadinho.com.br/noticias/politica/instalacao-de-torre-publicitaria-causa-questionamentos-da-populacao/

Instituto Antonio Houaiss. (2009). Rememoração. In *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Objetiva.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estastística. (2014). *Brasil em síntese*. https://brasilemsintese.ibge.gov.br/servicos/pessoal-ocupado-por-segmento-de-servico.html

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?edicao=25845&t=downloads

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (2020, 13 de agosto). *Rompimento da Barragem de Fundão: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana /MG*. https://www.ibama.gov.br/informes/rompimento-da-barragem-de-fundao

Jardim, D. L. & Jardim, M. C. (1982). *História e riquezas do município de Brumadinho*. Brumadinho, MG: Prefeitura Municipal.

Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões.* Boitempo.

Konchinski, V. (2022, 06 de maio). Privatização da Vale, 25 anos: lucros e crimes cometidos evidenciam mau negócio para o país. *Brasil de Fato*. https://www.brasildefato.com.br/2022/05/06/privatizacao-da-vale-25-anos-lucros-e-crimes-cometidos-evidenciam-mau-negocio-para-o-pais

Kubler-Ross, E. (2017). *Sobre a morte e o morrer.* Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1926)

Lacan, J. (1957). O falo e a mãe insaciável. In J. Lacan, *O Seminário, livro 4: a relação de objeto (1901-1981)* (pp. 182-199). Zahar.

Lacan, J. (1998). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In J. Lacan. *Escritos*. (pp. 197-213). Zahar.

Lacan, J. (2003). *Outros escritos*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1974)

Lamounier, K. P. (2020, 26 de janeiro). *Memorial para os nossos*. https://avabrum.org.br/2020/01/26/memorial-para-os-nossos/

Lamounier. K. P. (2020, 24 janeiro). *Pequena e pacata cidade – um ano do crime da Vale. Brumadinho.* Facebook. https://web.facebook.com/PrefeituradeBrumadinho/posts/1642509129246314?_rdc=1&_rdr

Latif, M. (1978). *As Minas Gerais.* Agir Editora.

Lis, L. (2019, 14 de fevereiro). Presidente diz que Vale é 'uma joia' e não pode ser 'condenada' por rompimento de barragem. *G1*. https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/14/processos-da-vale-com-barragem-serao-revisados-por-orgao-dos-eua-diz-presidente-da-empresa.ghtml

Lyotard, J. F. (1988). *O pós-moderno.* José Olympio Editora.

Malinowski, B. K. (1978). *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia.* Abril Cultural.

Mallmann, D. (2023, 05 de agosto). Memorial em homenagem às vítimas da tragédia da Vale em Brumadinho será gerenciado pelas famílias. *CNN Brasil.* https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/memorial-em-homenagem-as-vitimas-da-tragedia-da-vale-em-brumadinho-sera-gerenciado-pelas-familias/

Martins, J. (2021, 05 de junho). Dia do Meio Ambiente: 5 desastres ambientais recentes para não esquecer (ou repetir). *Correio Braziliense*. https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/06/4929070-dia-do-meio-ambiente-5-desastres-ambientais-recentes-para-nao-esquecer--ou-repetir.html

Martins, R. B. (2018). *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX* . Instituto Cultural Amilcar Martins: Associaçã Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. (3a ed.) n-1 edições.

Mbembe, A. (2022). *Brutalismo*. n-1 edições.

Minas Gerais. (2006). Secretaria Estadual de Saúde. *Atenção em saúde mental*. http://www.saude.mg.gov.br/saúdemental.

Minas Gerais (2020, janeiro 21). MPMG e PCMG finalizam investigações sobre o rompimento da barragem em Brumadinho; 16 pessoas são denunciadas por homicídio qualificado e crimes ambientais. *Site do Ministério Público de Minas Gerais*. https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-e-pcmg-finalizam-investigacoes-sobre-o-rompimento-da-barragem-em-brumadinho-16-pessoas-sao-denunciadas-por-homicidio-qualificado-e-crimes-ambientais.htm.

Minas Gerais (2022, 01 de agosto). *Guia Judiciário*. http://www8.tjmg.jus.br/servicos/gj/guia/primeira_instancia/consulta.do?linesByPage=10&codigoMunp=0090&codigoComposto=MG_0090&opcConsulta=1

Minas Gerais (2023, 01 de agosto). *Indice Mineiro de Responsabilidade Social*. Fonte: mg.gov.br: https://www.mg.gov.br/servico/consultar-o-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs#:~:text=O%20que%20%C3%A9%3F%20O%20%C3%8Dndice%20Mineiro%20de%20Responsabilidade,a%C3%A7%C3%B5es%20e%20para%20o%20planejamento%20das%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas

Minas Gerais (2023). *Casa da Cultura*. https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/brumadinho/casa-da-cultura-22

Minas Gerais. (2023, 03 de agosto). Projeto do Distrito Industrial em Brumadinho é lançado em evento na Fiemg. *Pró Brumadinho.* https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/noticias/projeto-do-distrito-industrial-em-brumadinho-e-lancado-em-evento-na-fiemg

Minayo, M. C. (2004). *De Ferro e Flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária.* Garamond.

Nascimento, L. V. (2018). *Traços - ensaios e excursos sobre memória, psicanálise e cultura*. Editora Spargere.

Nestrovski, A., & Seligmann-Silva, M. (2000). *Catástrofe e representação.* Escuta.

Niemeyer, K. (2022). *Brumadinho de Braços Abertos*. Eshow.

Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho. (2023, 18 de junho). *Perfil dos casos CAT*. https://smartlabbr.org/sst/localidade/31?dimensao=perfilCasosAcidentes

Oliveira, C. (11 de fevereiro de 2020). Feito com lama de Brumadinho, mural em SP homenageia trabalhadores mortos. *Brasil de Fato.* https://www.brasildefato.com.br/2020/02/11/feito-com-lama-de-brumadinho-mural-em-sp-homenageia-trabalhadores-mortos

Oliveira, V. D. (2022). *Mídias locais, história e desenvolvimento de Brumadinho 1910-2013.* DNA Digital Gráfica Eirelle.

Organización Mundial de la Salud. (2022, 24 de setembro). *Clasificación Internacional de Enfermedades.* (11a rev.). https://icd.who.int/es

Quintão, A., & Dias, A. B. (2021). *Opção pelo risco: causas e consequencias da tragédia de Brumadinho, a CPI da ALMG.* Scriptum.

Ragazzi, L., & Rocha, M. (2019). *Brumadinho: a engenharia de um crime*. Editora Letramento.

Resolução Normativa Agência Nacional de Energia Elétrica nº 1.064, de 2 de maio de 2023. (2023, 2 de maio). Estabelece critérios e ações de segurança de barragens associadas a usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. Agência Nacional de Energia Elétrica. https://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren20231064.html.

Risco de rompimento em Brumadinho era 20 vezes maior que aceitável, dizem peritos (2020, 27 de janeiro). *Correio Braziliense*. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/01/27/interna-brasil,823698/risco-de-rompimento-em-brumadinho-era-20-vezes-maior-que-aceitavel-di.shtml

Rocha, G. M. (2007) O excedente trágico: filosofia, arte e psicanálise. In D. G. Alves Jr. *Os destinos do trágico: arte, vida, pensamento*. Autêntica/Fumec.

Rocha, B. M., & Rocha, G. M. (2020) Vidas precárias do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais: ecocídio, luto, reparação. *Revista da UFMG*, *(27)*2, 36-55.

Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, *22*(1), 180-188.

Rosa, M. D., & Penha, D. A. (2020, abril). Morte, política e moral. *Revista Cult: Pulsão de morte, a destruição no sujeito, na cultura e na política*, 42-47.

Rosa Jr., N. C. D. F. (2020). Os paradoxos do gozo em face do imperativo de desempenho e superação de resultados. In R. Coelho, & D. A. Motta, *Psicanálise & trabalho: retratos do contemporâneo* (p. 369). Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Jorge Zahar.

Rudge, A. M. (2005). Notas sobre o discurso perverso. *Interações*, *X*(20), 35-44.

Safatle, V. (2015). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.* Autêntica.

Safatle, V., Silva Jr., N., & Dunker, C. (2020). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.

Santos, J. C. (2020, 18 de dezembro). Operário morre após talude desmoronar perto da barragem da Vale que se rompeu em Brumadinho. *G1 Minas*. https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/12/18/talude-cai-sobre-maquina-que-operava-perto-da-barragem-da-vale-que-se-rompeu-em-brumadinho.ghtml.

Schüler, D. (2011). Apresentação. In: Sófocles (496a.C. - 406 a.C) *Antígona*. (D. Schüler Trad.). L&PM.

Shakespeare, W. (1999) *Hamlet*. (M., Fernandes Trad.) Porto Alegre: L & PM Pocket. (Trabalho publicado originalmente em 1601)

Silva, O. P. (1995). A mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro. *Revista Genomos, 3*, 77-86.

Sófocles (1990). *A trilogia tebana: Édipo Rei, Édipo em Colono, Antígona*. Zahar.

Soler, C. (2007). *O inconsciente a céu aberto da psicose*. Zahar. (Trabalho publicado originalmente em 1937)

Souza, F., & Fallet, J. (2019, 28 de janeiro). Brumadinho é maior acidente de trabalho já registrado no Brasil. *BBC News Brasil* https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47012091

Supermercados Super Luna (2023). *Conheça*. https://superluna.com.br/conheca/

Toledo, R. O. (2008). A "Teoria da Tragédia" de Schiller e o "Nascimento da Tragédia" de Nietzsche: um estudo comparativo. *Revista Exagium*, *4*(4), 1-20.

Vale inaugura S11D (2016, 17 de dezembro). *Conexão Mineral.* https://www.conexaomineral.com.br/noticia/216/vale-inaugura-s11d.html

Vale S. A. (2009, 22 de maio). Vale muda seu nome legal para Vale S.A. Disponível em: https://vale.com/pt/imprensa

Vale S.A. (2012). *Nossa História*. Verso Brasil Editora.

Vale S.A. (2019). *Comunicados, resultados, apresentações e relatórios*. Fonte: Vale: https://vale.com/pt/comunicados-resultados-apresentacoes-e-relatorios

Vale S.A. (2023, 22 de outubro). *Indenizações*. https://vale.com/pt/indenizacoes

Vale S.A. (2023, 01 de junho). *Nossa gente*. https://www.vale.com/pt/nossa-gente

Vale S.A. (2023, 11 de junho). *Nosso futuro*. Vale: https://www.vale.com/pt/nosso-futuro

Vale S.A. (2023, 11 de junho). *O que fazemos*. https://www.vale.com/pt/o-que-fazemos

Vale S.A. (2023, 11 de junho). *Quem somos*. https://www.vale.com/pt/quem-somos

Vieira, A. G. (2020). *O mapa da mina: a guerra dos conglomerados globais de mineração pela conquista da Carajás africana.* Kotter.

Viorst, J. (2004). *Perdas Necessárias* (A. S. Rodrigues Trad.) Melhoramentos.

Wildhagen, R. O. (2015). *Sustentabilidade é atributo de quem? Críticas às práticas de responsabilidade social empresarial a partir de um estudo em território minerador*. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Wise Uranium Prroject (2019). *Chronology of major tailings dam failures*. https://www.wise-uranium.org/mdaf.html.

Zizek, S. (2012). *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo. (Trabalho publicado originalmente em 1949)